

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS

**DIREITOS HUMANOS NO UNIVERSO DA CATAÇÃO DE RECICLÁVEIS DE
GOIÂNIA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO CONSTRUÇÃO DA
EMANCIPAÇÃO SOCIAL OU INCLUSÃO MARGINAL?**

VANESSA MARIA COELHO GUIMARÃES

Goiânia
2018

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Vanessa Maria Coelho Guimarães

Título do trabalho: Direitos Humanos no universo da catatã de recicláveis de Goiânia: a economia solidária como construção da emancipação social ou inclusão marginal?

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ **SIM** ☐ **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data: 16 / 11 / 2018

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

VANESSA MARIA COELHO GUIMARÃES

**DIREITOS HUMANOS NO UNIVERSO DA CATAÇÃO DE RECICLÁVEIS DE
GOIÂNIA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO CONSTRUÇÃO DA
EMANCIPAÇÃO SOCIAL OU INCLUSÃO MARGINAL?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestra, sob a orientação do Professor Doutor Mauro Machado do Prado e coorientação do Professor Doutor Tiago Camarinha Lopes.

Goiânia
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Guimarães, Vanessa Maria Coelho

Direitos Humanos no universo da catação de recicláveis de Goiânia:
[manuscrito] : a economia solidária como construção da emancipação
social ou inclusão marginal? / Vanessa Maria Coelho Guimarães. -
2018.

CXXVII, 127 f.

Orientador: Prof. Dr. Mauro Machado do Prado; co-orientador Dr.
Tiago Camarinha Lopes.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Pró
reitoria de Pós-graduação (PRPG), Programa de Pós-Graduação em
Direitos Humanos, Goiânia, 2018.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, abreviaturas, lista de tabelas.

1. Economia solidária. 2. Cooperativismo. 3. Emancipação social.
4. Inclusão marginal. 5. Direitos Humanos. I. Prado, Mauro Machado
do, orient. II. Título.

CDU 342.7

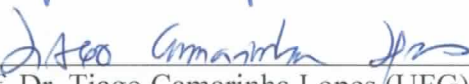


UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DIREITOS HUMANOS

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DA MESTRANDA VANESSA MARIA COELHO GUIMARÃES

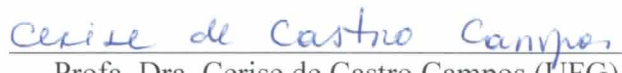
Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta minutos, na sala de aula do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (UFG), foi instalada a sessão pública para julgamento da dissertação final elaborada pela mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás, Vanessa Maria Coelho Guimarães, matriculada sob o número 2016101778, intitulada: “Direitos humanos no universo da catação de recicláveis de Goiânia: a economia solidária como construção da emancipação social ou inclusão marginal?”. Após a abertura da sessão, o Prof. Dr. Mauro Machado do Prado (UFG), orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores, Prof. Dr. Tiago Camarinha Lopes (UFG), coorientador, Prof. Dr. Roberto Marinho Alves Da Silva (UFRN), Profa. Dra. Cerise de Castro Campos (UFG) e Prof. Dr. Maico Roris Severino (UFG). Foi dada a palavra a mestranda, que expôs seu trabalho. Em seguida, procedeu-se a arguição da dissertação, iniciando pela examinadora externa da banca, seguida imediatamente pela resposta da mestranda. Ao final, a banca reuniu-se em separado para avaliação da mestranda. Discutido o trabalho e o desempenho da mestranda foram solicitadas as correções no texto que seguem em anexo a esta ata. A banca julgadora considerou a mestranda apta e foi, então, declarada aprovada pelo presidente da banca examinadora. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por todos e entregue à Secretaria do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos, para os fins.


Prof. Dr. Mauro Machado do Prado (UFG)
Presidente


Prof. Dr. Tiago Camarinha Lopes (UFG)
Coorientador


Prof. Dr. Roberto Marinho Alves Da Silva (UFRN)
Examinador Externo


Prof. Dr. Maico Roris Severino (UFG)
Examinador Externo


Profa. Dra. Cerise de Castro Campos (UFG)
Examinadora Interna

*Aos catadores. Catadores de sonhos.
Catadores de esperança.*

AGRADECIMENTOS

Minha primeira gratidão é aos meus pais, Ged e Glória, os quais, desde sempre, foram meu espelho de luta, honestidade e estudos. Com amor, agradeço meu melhor amigo e marido David, pela paciência e dedicação a nós durante esta trajetória e, para completar nossa família, meu carinho pela Nina e pelo Mandela, meus companheiros durante os dias de estudos. Para completar minha força de resistência, agradeço com carinho aos meus irmãos Greg e Yuri e às minhas cunhadas. Agradeço às minhas preciosas Vó Lia e Vó Batista, pelo amor incondicional.

Meus agradecimentos ao Lindomar, pois, sem ele, não teria conseguido chegar até aqui. Aproveito também para agradecer a Thelma e a todo o pessoal do Baruzeiro, pelo apoio e força que me deram.

Agradeço a Incubadora Social e a todos que integram este projeto de construção de uma sociedade melhor, em especial ao Fernando Bartholo e ao Flávio Silva, por terem me dado a oportunidade de conhecer o mundo dos catadores, o que me possibilitou seguir com novos caminhos.

Meus agradecimentos aos meus amigos Luiz Henrique, Carol Jajah, Sherloma, Milena e Marianna. E também a todos os meus colegas do mestrado, em especial Katariny, Raquel e Manoel.

Ao meu orientador, professor Mauro e também, ao coorientador, professor Tiago, dedico meu reconhecimento e meu agradecimento.

Meus agradecimentos aos membros da banca professor Roberto Marinho, Professor Felipe Addor, Professor Maico, Professora Cerise e Professora Helena, pela disponibilidade e contribuições; a todos os professores e funcionários do PPGIDH, à Professora Vilma e às servidoras Ana Maria e Jéssica, pela paciência e dedicação. Ainda, meus especiais agradecimentos à Marisa Damas, pelo acolhimento no GEIDH, onde iniciou meu envolvimento com o NDH, sem o qual nada teria sido possível.

Por fim, agradeço com muito carinho todos que de uma forma ou outra contribuíram para a pesquisa, em especial os catadores que me acolheram em suas cooperativas e contribuíram para o trabalho.

RESUMO

O presente estudo consiste em análise sobre empreendimentos de catadores de materiais recicláveis de Goiânia, a partir da perspectiva de garantia de direitos humanos e sociais dos trabalhadores. O objetivo foi analisar as possibilidades de a economia solidária ser promotora da emancipação social dos trabalhadores e de suas organizações, bem como compreender possíveis entraves, como a crítica da inclusão marginal. O trabalho parte, primeiramente, da análise sobre o histórico da origem e dos fundamentos do cooperativismo e da economia solidária no mundo, e o seu surgimento e desenvolvimento no Brasil. Após a crise do desemprego na década de 90, há o ressurgimento da economia solidária no país como possibilidade de uma nova inserção do trabalhador no mercado. Um dos grupos que se apoiaram nas organizações solidárias é o de catadores. Porém, trazendo uma história diferente dos demais grupos: com uma trajetória de exclusão, marginalidade e permeada de estigma, os catadores de materiais recicláveis buscarão no contexto da reciclagem uma forma de desenvolvimento de uma atividade laboral. Buscando a superação das barreiras do preconceito, o catador emergiu como protagonista da sua própria história no universo da reciclagem, a partir da união em cooperativas populares baseadas na autogestão, gestão democrática e na solidariedade, com o apoio de entidades, como as incubadoras sociais ligadas às universidades. A partir da pesquisa em campo, com a observação e as entrevistas, buscou-se construir a caracterização geral das quatro cooperativas pesquisadas da cidade de Goiânia, e as possibilidades da construção da emancipação social, partindo da ideia de que é por meio da união dos homens que se constrói a possibilidade de mudança. Os empreendimentos pesquisados, organizados com fundamento na economia solidária, possuem marcantes práticas da autogestão e possibilidades de construção da emancipação social, e, como consequência, promoção dos direitos humanos e sociais dos cooperados.

Palavras-chave: Economia solidária. Cooperativismo. Emancipação Social. Inclusão Marginal. Direitos Humanos.

ABSTRACT

The present study consists an analysis about the enterprises of collectors of recyclable materials from Goiânia, by the perspective of guarantee of human and social rights of workers. The objective was to analyze the possibilities of the solidarity economy being a promoter for workers' social emancipation and for their organizations, as well as to understand possible obstacles, such as the critique of the marginal inclusion. The study starts, firstly, from the analysis about the history of origin and the foundations of the cooperativism and the solidarity economy in the world, and its emergence and development in Brazil. After the unemployment's crises in the 90's, there is a resurgence of the solidarity economy in the country as a possibility of a new workers' insertion in the market. One of the groups that have relied on solidarity organizations is the one of collectors of recyclable materials. However, bringing a different story from the other groups: with a trajectory of exclusion, marginality and permeated by stigma, the recyclable material collectors will seek in the context of recycling a way of developing a work activity. In seeking to overcome the barriers of prejudice, the collector emerged as the protagonist of his own history in the recycling universe, starting from the union in popular cooperatives based on self-management, democratic management and solidarity, with the support of entities such as social incubators linked to universities. From the field research, through observation and interviews, the aim was to construct the general characterization of the four cooperatives surveyed in the city of Goiânia, and the possibilities of building the social emancipation, starting from the idea that it is through the union of men that builds the possibility of change. The enterprises under study, organized on the solidarity economy bases, have strong self-management practices and possibilities for building social emancipation, and, as a consequence, the promotion of the human and social rights of the members.

Keywords: Solidary economy. Cooperativism. Social Emancipation. Marginal Inclusion. Human Rights.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Total de catadores de materiais recicláveis cadastrados em Goiás.....	59
Tabela 2. Total de catadores pesquisados e distribuição da participação e liderança conforme o gênero nas cooperativas pesquisadas.....	60
Tabela 3. Distribuição geral de idade nas cooperativas de Goiás e nas cooperativas pesquisadas	60
Tabela 4. Distribuição geral de escolaridade nas cooperativas de Goiás e nas cooperativas pesquisadas	61
Tabela 5. Tabela padrão exemplificativa com os critérios a serem observados pelas cooperativas pesquisadas	68
Tabela 6. Cooperrama: Inclusão Marginal x Emancipação Social.....	69
Tabela 7. Coopermas: Inclusão Marginal x Emancipação Social	74
Tabela 8. Cooprec: Inclusão Marginal x Emancipação Social.....	79
Tabela 9. Acop: Inclusão Marginal x Emancipação Social.....	84
Tabela 10. Resultados gerais comparativos das cooperativas pesquisadas: Inclusão Marginal x Emancipação Social.....	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI – Aliança Cooperativa Internacional

ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária

EES – Empreendimentos de Economia Solidária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IS/UFG – Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

MNRC – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MP-GO – Ministério Público do Estado de Goiás

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

PNRS – Plano Nacional de Resíduos Sólidos

PERS – Plano Estadual de Resíduos Sólidos

PUC-GO – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFG – Universidade Federal de Goiás

UNIFORTE – Cooperativa Central das Cooperativas de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis de Goiânia “Unidos Somos Mais Fortes”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
OBJETIVOS	17
Objetivo Geral	17
Objetivos Específicos	17
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
I. O COOPERATIVISMO, A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL	22
1.1. O cooperativismo em suas origens	22
1.2. O cooperativismo no Brasil	27
1.3. A economia solidária e seu desenvolvimento	31
1.4. Os traços da economia solidária no Brasil.....	35
1.5. Ser catador: o estigma do “lixo” e sua transformação em resíduos sólidos.....	37
1.5.1. Breve panorama sobre a realidade nacional e goiana no universo da catação	43
II. UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO MARGINAL E A CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL	48
2.1. As possibilidades da emancipação social	48
2.2. Uma crítica à economia solidária: a inclusão marginal	54
III. IMERSÃO NAS COOPERATIVAS DE CATADORES: UMA ANÁLISE PARA ALÉM DOS RESULTADOS	59
3.1. Panorama geral dos catadores de Goiânia e dos catadores pesquisados.....	59
3.2. A visão da Incubadora Social	62
3.3. As cooperativas pesquisadas: uma construção comparativa entre emancipação social e inclusão marginal	66
3.3.1. A Cooperrama	68
3.3.1.1. Competição x Solidariedade	70
3.3.1.2. Heterogestão x Autogestão	70

3.3.1.3. Gestão hierarquizada x Gestão democrática.....	71
3.3.1.4. Trabalho precário x Direitos sociais fundamentais	71
3.3.2. A Coopermas	73
3.3.2.1. Competição x Solidariedade.....	74
3.3.2.2. Heterogestão x Autogestão.....	75
3.3.2.3. Gestão hierarquizada x Gestão democrática.....	76
3.3.2.4. Trabalho precário x Direitos sociais fundamentais	76
3.3.3. A Cooprec.....	78
3.3.3.1. Competição x Solidariedade.....	80
3.3.3.2. Heterogestão x Autogestão.....	80
3.3.3.3. Gestão hierarquizada x Gestão democrática.....	81
3.3.3.4. Trabalho precário x Direitos sociais fundamentais	81
3.3.4. A Acop.....	82
3.3.4.1. Competição x Solidariedade.....	85
3.3.4.2. Heterogestão x Autogestão.....	85
3.3.4.3. Gestão hierarquizada x Gestão democrática.....	85
3.3.4.4. Trabalho precário x Direitos sociais fundamentais	86
3.4. Os discursos da solidariedade, da autogestão e da gestão democrática.....	87
3.5. As possibilidades de construção da emancipação social e a busca pelos Direitos Humanos dos trabalhadores	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS DOS CATADORES	109
APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM PARTICIPANTES DA INCUBADORA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS.....	111
APÊNDICE C – ROTEIRO DA PESQUISA OBSERVACIONAL NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	112
APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	114

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	117
ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS DA EMENDA SUBMETIDA.....	122

INTRODUÇÃO

A ideia do desenvolvimento da pesquisa de mestrado com os catadores nasceu após o envolvimento em um dos projetos da Incubadora Social da Universidade Federal de Goiás de incubação de cooperativas populares de catadores de materiais recicláveis. Após alguns anos trabalhando com a advocacia tradicional, ligada ao estrito formalismo jurídico, a pesquisadora sentiu uma necessidade de aproximar-se da reflexão sobre os direitos humanos e sociais, buscando uma crítica à hipertrofia legislativa que reduz o Direito, na maioria das vezes, a mera teoria que não é posta em prática, distante da realidade social.

Sob a influência de Sousa Junior (2008), que aponta ser alarmante a necessidade de se desenvolver nos agentes jurídicos um perfil não apenas teórico, mas também humanista, criando bases para se promover a reflexão sobre a condição humana que contextualize o Direito no seu ambiente histórico, cultural, político e existencial, surgiu para a pesquisadora, após as experiências na economia solidária, a oportunidade de pensar as normas legais em consonância com o contexto social.

O pensamento crítico às normas positivadas mostrava-se como uma inquietação pessoal necessária para conseguir colocar o Direito aliado a uma visão social sobre a realidade do grupo com o qual estava envolvida naquela época – o de catadores de materiais recicláveis. Objeto da presente pesquisa, o grupo de catadores é tradicionalmente tido como excluído e marginalizado da sociedade, e, quando inserido em cooperativas, busca um melhor acesso aos direitos humanos e sociais constitucionalmente garantidos.

O contexto social deste grupo clama por uma visão humanista no momento de uma assessoria jurídica e explicação sobre assuntos legais. O acompanhamento técnico vinculado a uma visão pedagógica e social mostra-se indispensável ao lidar com conflitos legais e a forma como devem os litígios ser solucionados. A visão estritamente legalista mostrou-se insuficiente e limitada para enxergar a realidade social dessa população trabalhadora. Foi quando surgiu o interesse de buscar estudar e entender o Direito em um universo social até então desconhecido para a pesquisadora, através do mestrado interdisciplinar em Direitos Humanos. Inseridos em cooperativas populares, o catador busca uma nova forma de produção, desenvolvimento de uma atividade laboral e inserção no mercado de trabalho, diferente dos padrões de relações de trabalho vivenciados até aquele momento pela pesquisadora.

O catador buscou no “lixo”¹ – tratado assim pela maioria da população – uma esperança de um trabalho digno. Muito além de ideais sobre o meio ambiente saudável e um ecossistema equilibrado, o catador, inserido em uma sociedade com um modelo de mercado neoliberal, luta por trabalho e vida digna, trazendo consigo toda a história estigmatizada que envolve o lixo e sua transformação em resíduos sólidos.

Desfazer-se do lixo é uma prática que acompanha o homem desde os primórdios da humanidade, em especial, a partir do momento da sua inserção em sociedade. O ato de eliminá-lo do seu convívio próprio foi um dos esforços da humanidade para mostrar-se evoluída e civilizada, que talvez tenha entendido como era desconfortável conviver com restos que cheiravam mal. Ao mesmo tempo, há registros de que, já na Antiguidade, o lixo já tinha diversas utilidades, como, por exemplo, ser usado na agricultura, em compostagens e adubação natural, revelando a mão dupla que sempre acompanhou a temática do lixo: a necessidade do seu descarte e a possibilidade do seu reaproveitamento (EIGENHEER, 2003).

O ato de catar, que é uma atividade quase tão antiga quanto a sociedade, esteve presente em diversos momentos históricos da humanidade e na sua relação com o lixo. O catador sempre desempenhou tarefa relevante no reaproveitamento dos materiais, desde a mais simples reutilização doméstica às grandes reciclagens em indústrias. A partir do início da concepção de separação dos resíduos sólidos, que podem ser reciclados, da fração orgânica, que são os compostados, o catador de materiais recicláveis, erroneamente chamados de catadores de lixo, passa a ter ainda mais importância na cadeia produtiva da reciclagem.

É nesse sentido que o reaproveitamento e a reciclagem tiveram destaque no Brasil a partir da implantação da coleta seletiva, em 1985, e os atores principais dessa cadeia produtiva, os catadores, que nem sempre estiveram inseridos somente nos conhecidos “lixões”, mas também, em trabalhos esporádicos com a catação nas ruas das cidades, passam a se unir em cooperativas ou associações em busca de melhores condições de trabalho.

Após a união dos catadores na primeira cooperativa, registrada em 1989 (EIGENHEER, 2009), os catadores intensificaram a luta pelo reconhecimento de sua profissão, como grupo de trabalhadores sujeitos de direitos e, com isso, procuraram adquirir autogestão nos seus empreendimentos, autonomia individual e emancipação social. O catador passou a se colocar como um indivíduo que busca encontrar reconhecimento não só como ser autônomo e livre, mas também como cidadão em busca de sua emancipação.

¹ O objeto material com o qual os catadores trabalham é corretamente chamado de resíduo sólido. Lixo é uma palavra que traz estigma. O lixo é objeto de descarte e não reaproveitamento ou reciclagem, como é o caso dos resíduos sólidos, o que será tratado em tópico específico sobre estigma.

Os catadores, muitas vezes excluídos do mercado de trabalho formal e até mesmo da própria sociedade, com fundamento na economia solidária, conforme aponta Singer (2002) buscaram, com suas cooperativas, uma estratégia contra o desemprego e a exclusão social, sob novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta à que rege o mercado capitalista. Ainda de acordo com Singer (2002), a economia solidária proporciona, aos que não teriam opções de um novo emprego no mercado de trabalho, a oportunidade de se reintegrarem à produção de forma coletiva.

Porém, as cooperativas ainda enfrentam diversos entraves, como a não valorização do trabalho e a dificuldade de garantir a eficácia dos direitos humanos e sociais constitucional e legalmente garantidos. Muito é questionado se as leis e as concepções teóricas sobre o cooperativismo e a economia solidária têm sido formas eficazes para a defesa dos direitos humanos e sociais dos catadores, sua emancipação social e promoção da autonomia desses trabalhadores e dos seus empreendimentos.

Os Empreendimentos de Economia Solidária no Brasil ganharam destaque na década de 90, quando foram se organizando por meio de políticas públicas com a proposta de serem inclusivas e de promoção do desenvolvimento econômico e social. Um dos grandes passos para essa conquista foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)², que serviu de suporte na articulação para a formalização de empreendimentos solidários e disponibilidade de assessoria técnica e investimentos do Estado. Assim, as cooperativas instituídas no âmbito dos Empreendimentos Solidários surgem como uma proposta de estruturar e permitir a inserção econômica de um grupo que tem, há muito tempo, a conquista de seus direitos humanos e sociais comprometidos.

Um marco na mudança de paradigma, no contexto legal, quebrando o conceito estigmatizado do lixo, foi a partir da instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, pela Lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010). Com ela, foi definida uma série de mecanismos para a implementação do princípio da sustentabilidade ambiental, como forma de materialização do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Foi também estabelecida uma série de recomendações a serem seguidas por todos os entes da federação, como, por exemplo, a prática da coleta seletiva pelos Municípios e o fomento à criação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis com apoio de recursos da União para a realização de suas atividades. Uma das formas de desenvolvimento e promoção das cooperativas, em parceria com projetos

² O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foi criado pelo mesmo ato legal que, em junho de 2003, instituiu a Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, através do Decreto 5811/2006.

financiados pelo Poder Público, são as Incubadoras de Empreendimentos Solidários, criadas no âmbito das Universidades, com a proposta de ajudar nos processos pedagógicos de aprendizagem nas cooperativas, com possibilidade de emancipação social e coletiva.

O Cooperativismo e a Economia Solidária ainda enfrentam diversos desafios, por estarem inseridos em uma sociedade herdeira de deficiências educacionais, que lida com comportamentos individualistas, presos a um modelo econômico que freia e impede reais transformações sociais. O mercado e o estado neoliberais, muitas vezes, dificultam uma promoção da autonomia de grupos vulneráveis. Nesse sentido, quando uma nova concepção de economia propõe desenvolvimento social, emancipação do trabalhador, bem como sua inclusão social, depara-se com uma cultura econômica excludente, que propaga o individualismo e que, aparentemente, não permite a promoção de valores diferentes, como empoderamento, o coletivismo e a solidariedade. Ainda, a economia solidária enfrenta diversas críticas, sobre suas bases teóricas e questionam-se as reais possibilidades de existirem empreendimentos verdadeiramente solidários, autônomos e que funcionem de forma democrática e autogerida.

Nesse contexto, a pesquisa partiu do questionamento se poderiam ser as cooperativas de empreendimentos econômicos solidários de Goiânia um meio para os catadores adquirirem emancipação social, em busca de autonomia e efetivação dos seus direitos humanos e sociais como trabalhadores dignos de direitos, e uma forma de buscarem novas formas de inclusão no sistema, reconhecimento e direito ao trabalho digno.

Por outro lado, a pesquisa questiona se seria a economia solidária e essa união em cooperativas uma forma de desenvolvimento econômico dos empreendimentos de catadores que podem aparecer marcados por dinâmicas não efetivamente includentes e emancipatórias, e que promoveriam uma “inclusão marginal” ao criar mecanismos de assistência social apenas para “acomodar o pobre no sistema, em modos mais toleráveis de marginalização social” (DEMO, 2006).

É nesse contexto que, a partir da pesquisa em campo, aliada ao levantamento bibliográfico, buscou-se uma análise sobre as cooperativas de Goiânia, com ênfase em aspectos sobre como foram suas formações, a que ponto está seu desenvolvimento e a concepção dos seus membros sobre a realidade que os permeia. A análise procurou também entender e pensar os princípios cooperativistas, os alicerces que sustentam os ideais da economia solidária, bem como as nuances e reflexões sobre as possibilidades de se promover inclusão social dos trabalhadores, esclarecimento e emancipação social.

Estruturalmente, o primeiro capítulo aborda o tema do cooperativismo, percorrendo sobre suas origens e o seu desenvolvimento. Há um arremate histórico para compreensão da formação

das primeiras ideias cooperativistas e sua estruturação no Brasil. O caminhar e desenvolvimento da economia solidária também serão abordados neste capítulo inicial. Após, é estudado o estigma no universo da catação e o poder do “lixo” de se tornar meio garantidor dos direitos humanos. Por fim, encerra-se com um breve panorama geral sobre cooperativas de catadores, em cadeia nacional e sobre as cooperativas de Goiânia e sua história de constituição.

No segundo capítulo, é feita uma análise sobre as possibilidades da construção da emancipação social, e sobre os entraves que ocorrem nesse caminho, como uma possível inclusão marginal. Neste capítulo, está a análise fundamental do que se busca com os empreendimentos solidários, exemplos de construção da emancipação social, e as críticas que a economia solidária enfrenta.

Por fim, o terceiro capítulo é uma imersão no universo da catação em Goiânia, construindo a realidade dos empreendimentos pesquisados. São trazidas a história e a estruturação dos empreendimentos pesquisados, bem como uma breve explanação sobre a construção interna da autogestão, da solidariedade e da gestão democrática. Ainda, tem-se uma tabela didática e objetiva sobre os empreendimentos pesquisados, comparando se estão caminhando ou não para a promoção de uma emancipação social, ou se estão envoltos em práticas de inclusão marginal.

A necessidade de se ter registrada a opinião e experiência de pessoas que tiveram diretamente envolvidas com os grupos de catadores em Goiânia, é que acarretou, nesta pesquisa, as entrevistas com os coordenadores geral e pedagógico da Incubadora Social da UFG, que estão também inseridas neste capítulo. Ao final, expõe-se uma reflexão sobre as possibilidades do alcance aos direitos humanos nas cooperativas de catadores.

A temática dos catadores envolve um estudo interdisciplinar, pois aborda trabalhadores que buscam reconhecimento e acesso a direitos fundamentais básicos, em um intrincado contexto de teorias e críticas sobre a economia solidária, e também de possível construção da emancipação social e a crítica da inclusão marginal. Mostra-se relevante, ao discutir sobre os modelos nos quais se desenvolvem o entendimento sobre os empreendimentos de economia solidária e de que forma isso promoverá uma verdadeira emancipação social dos trabalhadores. Por fim, discutir sobre os catadores unidos em cooperativas e a forma como esses trabalhadores podem alcançar e buscar a efetivação dos seus direitos, bem como entender toda a dinâmica social e econômica na qual o catador está inserido é tema de direitos humanos e do presente estudo.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

A pesquisa tem como objetivo geral analisar se as cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Goiânia têm conseguido um verdadeiro desenvolvimento econômico, garantia de uma efetiva inclusão social, autonomia dos trabalhadores e dos empreendimentos, promoção da emancipação social e, como consequência, promoção dos direitos humanos e sociais dos cooperados.

Objetivos Específicos

- Evidenciar a prática da economia solidária e os princípios da solidariedade, autogestão e gestão democrática nos EES pesquisados;
- Levantar a percepção de catadores de materiais recicláveis a respeito da autonomia individual e do grupo cooperado, bem com a possibilidade de emancipação social;
- Analisar as possibilidades de promoção da emancipação social nos EES pesquisados;
- Estudar sobre a ocorrência da inclusão marginal dos catadores nos EES pesquisados.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se baseia em noções além dos princípios e ideias abordadas pela teoria, procurando enxergar também as concepções de mundo, vida e sociedade do grupo pesquisado, que são os catadores de materiais recicláveis inseridos em organizações de economia solidária. A pesquisa foi realizada na cidade de Goiânia, em busca de observação da dinâmica social dos empreendimentos cooperativos e análise dos sujeitos inseridos em organizações que se propõem a ser contra-hegemônicas à estrutura econômica e social majoritária hoje existente nos moldes capitalistas.

Propõe-se, fundamentalmente, uma análise qualitativa, apesar de aparecerem dados quantitativos sobre os grupos organizados em torno da economia solidária, sabendo-se que os dados quantitativos e qualitativos não se opõem, mas sim, se complementam-se (MINAYO, 1995). Segundo Minayo (1995), a pesquisa qualitativa busca uma análise mais profunda do universo subjetivo, permitindo identificar questões fundamentais, como as atitudes, os

significados e as aspirações – que são aspectos sensíveis e essenciais para a pesquisa em questão.

Os dados quantitativos foram oriundos, além da pesquisa em campo, também de fontes secundárias, através de pesquisas realizadas pelo IPEA e pelo IBGE. E também por dados obtidos nos documentos e relatórios da Incubadora Social da UFG, que, durante 10 anos, apoiou e acompanhou vários projetos ligados à economia solidária, não somente em Goiânia, mas em diversos outros municípios.

A proposta inicial da pesquisa é que fosse realizada em quatro cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Goiânia, por meio de observação e entrevistas. A ideia era que fossem pesquisadas duas cooperativas que já receberam acompanhamento dos projetos de Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária, e duas cooperativas que não foram incubadas durante o seu processo de formação, para evidenciar e questionar sobre a importância e relevância das práticas pedagógicas e de incubação nesses empreendimentos.

Porém, muitas cooperativas em Goiânia, como percebeu-se ao longo da pesquisa e através de informações dos empreendimentos pesquisados, potencialmente funcionam como verdadeiras fraudes à relação empregatícia, não configurando-se como um verdadeiro empreendimento cooperativista, distanciando-se ainda mais do solidário. Nas duas cooperativas “não incubadas” procuradas pela pesquisadora, os presidentes não aceitaram fazer parte da pesquisa, o que dificultou que se mantivesse essa estrutura de comparação.

Pretendendo continuar com a proposta inicial, foram eleitas mais duas cooperativas, que acreditava-se não terem sido incubadas e assessoradas no seu processo de formação e desenvolvimento. Porém, percebeu-se durante a pesquisa e entrevistas que, apesar de não terem recebido incubação da Universidade Federal de Goiás, receberam direta ou indiretamente apoio de outras instituições, como a Pontifícia Universidade Católica de Goiás e associação de moradores, o que impossibilitou fazer o paradigma de comparação inicial.

Segundo Minayo (1992), a amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões. É por essa razão que a escolha das cooperativas a serem estudadas teve como fundamento aquelas que melhor representam significativamente a realidade dos empreendimentos de Goiânia, bem como já estivessem inseridas há mais tempo na dinamicidade da economia solidária e da coleta seletiva no município.

Ainda, durante o desenvolvimento da pesquisa, sentiu-se a ausência da escolha de uma cooperativa que tivesse cooperados com uma história de vivência na catação nas ruas e até mesmo em lixões ou favela e que tivessem vinculação com o movimento social dos catadores

em busca de melhores condições de vida e moradia. Nesse sentido, para se trazer uma maior proximidade da pesquisa com o universo da catação e da luta dos catadores, procurou-se incluir na pesquisa uma cooperativa que tem um histórico vinculado ao movimento social em busca de melhores condições de vida, moradia e trabalho.

Dessa forma, a pesquisa trará dados de quatro empreendimentos de catadores da cidade de Goiânia, que tiveram em seu processo de formação a incubação da Universidade Federal de Goiás, ou outras universidades, assim como apoio de outras instituições, como a igreja.

As cooperativas escolhidas foram quatro das cinco fundadoras de Rede UNIFORTE, que é Cooperativa Central das Cooperativas de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis de Goiânia “Unidos Somos Mais Fortes”, que é uma Rede de Cooperativas que se uniram para melhor comercialização dos produtos e negociação com o Poder Público e outras entidades.

A autorização para pesquisa foi dada por cada cooperativa, por escrito, e os TCLEs foram todos preenchidos e assinados, tendo-se iniciado a pesquisa a campo somente após a aprovação no Comitê de Ética da UFG.

Uma das estratégias metodológicas utilizadas foi a observação, que, segundo Flick (2008), significa aplicar atentamente todos os sentidos em um objeto, para dele adquirir um conhecimento claro e concreto. Como aponta Lévi-Strauss (1975, p. 215), citado por Minayo (1995), “numa ciência, onde o observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação”. Ou seja, a pesquisa que lida com seres humanos, acaba por se formar algum vínculo entre o investigado e o investigador, que se estabelece definitivamente durante a investigação, veiculando interesses e visões de mundo historicamente construídas.

Foi feita a observação participante (MINAYO, 1995), que permitiu uma relação direta no espaço social da pesquisa, nas reuniões cotidianas dos grupos, observando o processo de tomada de decisão, processo de gestão no dia a dia da cooperativa, observação da rotina de trabalho e relacionamentos interpessoais dentro da cooperativa.

A entrada em campo contou com estratégias indicadas em Minayo (1995), com uma prévia manutenção de laços com os membros da cooperativa e apresentação de um estudo prévio da proposta de pesquisa. Em razão de participação em um dos projetos da Incubadora Social da UFG, já havia certo laço de proximidade com algumas cooperativas pesquisadas. Em momentos anteriores à pesquisa, foi apresentado um resumo do que seria feito nas cooperativas para os seus presidentes, para que pesquisados e pesquisadora pudessem escolher um melhor momento para a análise de campo. Os dias de recebimento do rateio e os dias de venda do material são dias conhecidos como tumultuados dentro da cooperativa. A rotina de trabalho

normal fica um pouco prejudicada em razão de tais eventos. Por isso, foi escolhido que a observação se desse em dias que não fossem ocorrer tais eventos, para que não houvesse prejuízo para a rotina de trabalho.

Os presidentes das cooperativas efetivamente estudadas mostraram-se, desde o primeiro contato, dispostos a colaborar com a pesquisa. Dessa forma, foi feita observação em dias comuns de trabalho e em dias de reuniões. As reuniões decidiam assuntos corriqueiros das cooperativas, como estruturação do trabalho e pequenas normas internas. A observação colaborou para que se conseguisse perceber comportamentos e falas não obtidas nas entrevistas.

Além da observação, foram realizadas entrevistas. Primeiramente, foi feito um pequeno questionário sobre dados pessoais, para a obtenção do perfil social dos entrevistados e de dados objetivos. Com o que foi obtido, juntamente com dados secundários encontrados em estudos da Incubadora Social e IPEA, foi possível elaborar o perfil geral dos catadores nas cooperativas entrevistadas.

Assim, foram realizadas entrevistas com 4 cooperados em cada empreendimento, escolhidos de forma aleatória em cada cooperativa, procurando-se buscar um grupo heterogêneo, entre cooperados que são membros de cargo de gestão e que não ocupam tais cargos. A escolha dos entrevistados foi pela necessidade de se obter diferentes formas de visão sobre a cooperativa e tentativa de captar a distribuição dos trabalhos, de responsabilidades, noções sobre a gestão democrática e a autogestão.

A entrevista optada foi do tipo semiestruturada, na qual houve a necessidade de um roteiro, mas este não foi fixo, construído com base nas hipóteses, dando a possibilidade da ampliação de questões na medida em que se prosseguia com a entrevista, com a finalidade de se trazer à fala suas condições de vida, trabalho, percepção sobre a realidade do mundo da reciclagem, dos empreendimentos solidários e a forma de promoção da autonomia e da emancipação social. Através de um gravador, foram registradas todas as vozes e estas foram posteriormente transcritas. As entrevistas foram realizadas após autorização por escrito dos entrevistados, em TCLE devidamente assinado. Ainda, a pesquisa traz a entrevista com membros participantes dos projetos da Incubadora Social da UFG, para se entender o processo de formação dos EES em Goiânia, sob o olhar daqueles que acompanham e vivenciam os projetos de incubação, fortalecimento e crescimento dos empreendimentos econômico solidário. Assim, foi realizada entrevista com o Coordenador da IS/UFG e com um dos coordenadores pedagógicos de um dos projetos da IS/UFG.

Após a realização das entrevistas e a pesquisa observacional, os dados obtidos foram analisados pela técnica de análise de conteúdo (BARDIN, 2011) e postos em estudo e

comparação com as bases teóricas sistematizadas para a pesquisa. A técnica utilizada para a análise de conteúdo foi a análise temática, em que, segundo Bardin (2011, p. 105), “o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. Esta via, pela sistematização, torna-se a mais apropriada para elucidar a autogestão, gestão democrática e solidariedade, categorias de grande relevância no universo da pesquisa.

Assim, a análise e reflexão sobre a temática apresentada buscou a compreensão dos empreendimentos populares de catadores de recicláveis, com análise de seus limites e possibilidades para a promoção da emancipação social do trabalhador e do empreendimento, sob a crítica de uma possível inclusão marginal e precarização do trabalho.

Vale destacar que, para Minayo (1992), um dos obstáculos para uma análise eficiente é a ilusão do pesquisador em ver as conclusões à primeira vista como transparentes, pensando que a realidade dos dados obtidos são, logo de início, clara e precisa. Quanto mais familiar é o objeto estudado, maior é o risco do pesquisador ter a ilusão de que os resultados obtidos foram óbvios e claros. Dada a proximidade com o objeto de estudo, desde o início da pesquisa, foram criados critérios apontados pela citada autora, para que se obtivessem dados reais, como, por exemplo, o critério de se ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, o analisando com o contexto cultural em que estão inseridos os catadores dos EES de Goiânia.

Em razão de as ciências sociais possuírem caráter histórico, eis que existentes em um determinado espaço cuja formação social e configuração são específicas (MINAYO, 1995), a pesquisa procurou embasar seus fundamentos e análise do que foi obtido em campo com a dinamicidade histórica na qual o grupo social está inserido. Além da noção da historicidade externa, procurou-se inserir o catador e as cooperativas na dinâmica histórica do mundo, do Brasil e principalmente de Goiânia. Buscou-se também inserir o catador entrevistado e observado dentro da história da cooperativa, e, ainda, analisa-lo dentro da sua própria história de vida.

A partir das entrevistas, observação e análise de dados, foram estudadas as definições teóricas e conceituais, como momentos cruciais da investigação científica, partindo-se da análise de conceitos do cooperativismo, da economia solidária, da promoção da autonomia, busca pela emancipação social, bem como foi estudada a levantada hipótese de situação de inclusão marginal e precarização do trabalho, na qual os empreendimentos podem estar inseridos.

I. O COOPERATIVISMO, A ECONOMIA SOLIDÁRIA E AS COOPERATIVAS DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL

1.1. O cooperativismo em suas origens

Pensar coletivamente em prol de um bem comum, com ideais fraternais, para que se construa uma sociedade em que todos tenham direitos e possibilidades igualitárias, talvez tenha sido o sentimento inicial daqueles que decidiram unir-se em cooperação para que pudessem sentir o real valor do seu trabalho, tentando dele verdadeiramente desfrutar e ter uma vida melhor. Ao longo dos séculos, a relação dos homens entre si e com a natureza se deu de forma diferente em cada momento da história.

Andrey (2012) aponta que o homem é um ser integrante da natureza e, para sobreviver, ele precisa com ela se relacionar, de forma que não existe homem sem natureza, ao mesmo que tempo que não existe natureza sem homem. A atuação do animal sobre a natureza, em busca de sobrevivência, difere-se da atuação do homem sobre a natureza, eis que o homem atua não somente para suprir suas necessidades imediatas, mas para produção e consumo. Ainda, quando o homem atua sobre a natureza, ela adquire a marca da atividade humana, e, ao mesmo tempo, o homem altera a si próprio e o seu meio: eis então, o processo de produção da existência humana, no qual o homem cria novas necessidades e desenvolve novas ideias, exercendo alteração na natureza de forma consciente, adaptando-a às suas necessidades e valores.

O processo de produção da existência humana, como teoriza Andrey (2012), é um processo social e, na base de todas as relações humanas está o trabalho como “uma atividade humana intencional que envolve formas de organização, objetivando a produção dos bens necessários à vida humana.” (ANDREY, 2012, p. 10). As formas de se desenvolver e realizar esse trabalho, como organiza-lo e dividi-lo, quem detém os instrumentos para realiza-lo, formam a base econômica de uma determinada sociedade, que assim, determinará as ideias, as formas políticas e jurídicas que existem naquela sociedade. Dessa forma, “é a transformação dessa base econômica, a partir das contradições que ela mesmo engendra, que leva à transformação de toda a sociedade, implicando um novo modo de produção e uma nova forma de organização política e social” (ANDREY, 2012, p. 11), como, por exemplo, a forma cooperativista.

A autora aponta que, assim como os produtos da existência humana, as ideias são também representações das relações e atividades do homem, ou seja, o desenvolvimento do homem é impulsionado quando surgem suas necessidades materiais, a forma de satisfazê-las, de com elas

se relacionar. É nesse processo de desenvolvimento humano que envolve interrelação entre ideias e necessidades materiais, que está a base econômica como chave fundamental para compreendê-lo na vida social.

Andrey (2012) aponta que em todas as sociedades existem interesses antagônicos, de forma que predomina aquelas que representam os interesses do grupo dominante. É nesse sentido que hoje “tanto as ideias políticas que pretendem conservar as condições existentes, quanto as que pretendem transformá-las correspondem a interesses específicos às várias classes sociais” (ANDREY, 2012, p. 13). Pode-se dizer que a relação entre os homens manifestou-se de diferentes maneiras nos diversos modos de produção existentes, predominando os interesses do grupo dominante, assim como ocorreu na transição do sistema feudal para o capitalismo, da manufatura para o sistema fabril.

Conforme sistematiza Andrey (2012), a transição do feudalismo ao capitalismo trouxe diversas novas significações, trazendo o novo regime social, com nuances do velho e já fazendo aparecer no sistema feudal uma degradação que fornecia condições para o surgimento do sistema capitalista. Esse processo, que se deu de forma lenta e muitas vezes violenta, marcou os séculos XV, XVI e XVII com o fortalecimento de monarquias por toda a Europa.

A passagem do regime feudal ao capitalista se deu com variações nos diversos países; além disso, num mesmo país, a passagem se deu de forma lenta e gradual, de modo que, ao mesmo tempo em que surgem características do novo regime, persistem características do anterior (ANDREY, 2012, p. 163).

Para Vilar (1975, p. 36), citado por Andrey (2012, p. 165) o termo “capitalismo” irá aparecer somente quando se trata de uma sociedade moderna “onde a produção maciça de mercadorias repousa sobre a exploração do trabalho assalariado, daquele que nada possui, realizada pelos possuidores dos meios de produção”. Como aponta a autora:

A transformação da matéria-prima em produtos é feita pelo trabalhador, que vende sua força de trabalho ao capitalista em troca de um salário. O capitalista é dono dos meios de produção (matérias primas, ferramentas, etc) e se apropria dos produtos acabados. A sociedade capitalista tem como elementos fundamentais a propriedade privada, a divisão social do trabalho e a troca (ANDREY, 2012, p. 165).

Para Andrey (2012), antes da introdução do capitalismo, a acumulação de capital, que serviu de base para a grande expansão industrial dos séculos XVII e XVIII, deu-se não somente por meio de troca de mercadorias, mas também por pirataria, saques e explorações em vários

níveis, e a mão de obra necessária para a indústria veio da expulsão dos camponeses de suas terras.

Os trabalhadores sem propriedades e o crescimento do comércio deram impulso ao surgimento do sistema de manufatura. Nele, o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de um salário, realiza apenas parte do trabalho necessário para elaborar um produto, bem como perde os meios de produção, que passam a ser de propriedade do capitalista, que jamais realiza o trabalho manual, exercendo somente a função de orientar e vigiar as atividades (ANDREY, 2012).

Diante das limitações impostas à expansão da manufatura, que impedia o aumento da produção, que era um interesse cada vez maior da época, surgem as máquinas, que culminou na ascensão do sistema fabril. Como observa Huberman, (1979, pp.177-178), citado por Andrey (2012, p. 174):

O sistema fabril, com suas máquinas movidas a vapor e a divisão do trabalho, podia fabricar os produtos com muito mais rapidez e mais baratos do que os trabalhadores manuais. Na competição entre trabalho mecanizado e trabalho manual, a máquina tinha a vencer. E venceu – milhares “de pequenos mestres manufatores e independentes” (independentes porque eram donos dos instrumentos do meio de produção) decaíram à situação de jornaleiros, trabalhando por salário.

A insatisfação com o trabalho nas fábricas logo apareceu. O marco inicial na Europa Ocidental de uma união de operários para enfrentamento de um sistema econômico, buscando melhores condições de vida, partindo de um sentimento comum, ocorre no século XVIII, com a Revolução Industrial. Tida como “o mais importante acontecimento na história do mundo” (HOBSBAWM, 1977, p. 45), este evento, que teve início na década de 1780 e, apesar de não se ter um consenso entre os historiadores de um episódio que marcasse seu princípio e fim, pode-se dizer que findou-se com a construção das ferrovias e da indústria pesada na Grã-Bretanha, na década de 1840 (HOBSBAWM, 1977).

Ao mesmo tempo em que neste momento da história a economia se desenvolvia de forma rápida e assustadora, mostrando grande avanço comercial e industrial, crescimento econômico e das cidades, expectativa de aumento do lucro das empresas, construção de ferrovias, desenvolvimento de sistemas de importação e exportação e do sistema fabril de produção, a vida do trabalhador nas fábricas foi marcada pela miséria, exploração, desvalorização da mão de obra, baixa remuneração, e, conseqüentemente, descontentamento dos operários com o novo sistema.

A falta de limites legais culminou em uma crescente exploração dos trabalhadores, tendo como exemplos que marcaram o capitalismo industrial: jornadas de trabalho exaustivas, exploração do trabalho infantil, além de despedimento em massa. Ainda, a falta de qualificação para manuseio das novas maquinarias fez com que diversos operários perdessem seus postos de trabalho. Na época, não somente os operários eram esmagados pelo sistema explorador, como também os pequenos produtores agrícolas e pequenos empresários e comerciantes ficaram sem opções de melhoria das condições de vida e trabalho. A sociedade capitalista burguesa, que não deu espaço para outro modelo econômico crescer, mostrava como era enriquecer somente uma parcela da população e empobrecer a vida dos trabalhadores e dos demais, o que gerou uma insatisfação em massa no Ocidente Europeu. Segundo Hobsbawm (1977), outras formas de sociedade talvez teriam lidado de forma diferente com o sucesso da produtividade econômica:

Uma moderna sociedade de bem-estar socialista teria sem dúvida distribuído alguns destes vastos acúmulos para fins sociais. No período que focalizamos nada era menos provável. Virtualmente livres de impostos, as classes médias continuaram portanto a acumular em meio a um populacho faminto, cuja fome era o reverso daquela acumulação (...) Em termos de produtividade econômica, esta transformação social foi um imenso sucesso; em termos de sofrimento humano, uma tragédia, aprofundada pela depressão agrícola depois de 1815, que reduziu os camponeses pobres a uma massa destituída e desmoralizada. (HOBSBAWM, 1977, p. 63 e 66).

Foi a Revolução Industrial, na Inglaterra, que deu origem à formação social capitalista, ou seja, à formação social em que o modo capitalista de produção domina a infraestrutura (SINGER, 1998). O capitalismo mostrou, desde seus princípios, uma vantagem de organização e produção em larga escala, diferentemente de outras formas de produção, como aquelas que se baseavam em uma produção familiar, como argumenta Singer.

Hobsbawm (1977) aponta que o crescimento industrial mostrava a indústria algodoeira, em 1845, por exemplo, com um capital de giro em torno de 47 milhões, ao passo que a população trabalhadora estava na miséria e exaustão com o trabalho. Assim, acreditando serem as máquinas as responsáveis por tudo que ocorria, os operários ingleses do ramo da tecelagem e fiação se uniram em uma revolta que quebrou o sistema maquinário das fábricas, no movimento conhecido como Ludismo.

Vários foram os movimentos de massa dos trabalhadores pobres, em busca de melhores condições de vida e trabalho. Um deles foi o socialismo britânico ou cooperativismo, com a ideia de criar união da classe operária ao modelo de sindicatos. Foi então que, com inspiração

nas teses de Robert Owen – um empresário do ramo têxtil que começou a pensar no bem-estar dos seus trabalhadores, propondo formas de proteção ao trabalho – algumas pessoas começaram a pensar nas sociedades cooperativas como uma resposta às situações de desemprego e precariedade que se encontravam. Enxergaram, neste contexto, “um embrião de uma nova sociedade, onde as pessoas poderiam trabalhar conjuntamente, libertando-se do jugo do capital e suprimindo interesses pessoais e coletivos” (RECH, 2000, p. 10). Sobre o contexto, Hobsbawm aponta que:

Mas a própria novidade e a rapidez da mudança social que os envolvia, encorajava os trabalhadores a pensar em termos de uma sociedade totalmente diversa, baseada na sua experiência e em suas idéias em oposição às de seus opressores. Seria cooperativa e não competitiva, coletivista e não individualista. Seria "socialista", e representaria não o eterno sonho da sociedade livre, que os pobres sempre levam no recôndito de suas mentes, mas na qual só pensam em raras ocasiões de revolução social generalizada, e sim uma alternativa praticável e permanente para o sistema em vigor.” (HOBBSAWM, 1977, p. 230, 231)

Foi neste contexto que as ideias cooperativistas criaram seus primeiros contornos e princípios, que foram se modificando o longo do tempo. Os primeiros comunistas alemães que adotaram os conceitos da doutrina cooperativista de Owen eram, em sua maioria, artesãos, mecânicos, ambulantes, alfaiates, de acordo com Hobsbawm (1977). Em novembro de 1843, na cidade de Rochdale, distrito de Lancashire, no noroeste da Inglaterra, alguns trabalhadores se reuniram em busca de melhorar a precária situação econômica em que se encontravam. Então, fundaram a primeira cooperativa de consumo, em 1844, que mais tarde, serviu de inspiração para outras cooperativas, como a de fiação, tecelagem, habitação, etc. Após Rochdale, em 1895, foi fundada a ACI, Aliança Cooperativa Internacional, que ainda hoje atua como organização para a união das cooperativas de todo o mundo.

Em termos etimológicos, como aponta Pinho (1966), cooperação advém do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari*, que tem como significado operar juntamente com alguém. Ou seja, significa a prestação de um auxílio para um fim comum. A cooperação, quando organizada segundo regras pré-estabelecidas, dá origem a determinados grupos sociais, que visam, “em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos” (PINHO, 1966, p. 8).

As experiências cooperativas ao redor do mundo, no decorrer da história, manifestaram-se de diversas maneiras, de acordo com o contexto social e peculiaridades de cada país, sustentando-se na tentativa de serem uma alternativa à organização popular, surgindo em diversas partes do mundo como uma tentativa de se buscar uma emancipação social,

vislumbrando uma forma de reivindicação de um desenvolvimento alternativo, como uma forma de se confrontar o capitalismo, “desde a luta dos camponeses ingleses do século XVIII, até as lutas contemporâneas das comunidades indígenas nos países semiperiféricos e periféricos contra a exploração dos seus territórios ancestrais, passando por todo o tipo de movimentos operários” (SANTOS, 2005, p. 23).

A ideia associativista foi se desenvolvendo como uma alternativa às práticas individualistas, baseada em princípios não capitalistas de cooperação, na igualdade, solidariedade e democracia participativa, expandindo por toda a Europa, chegando, em 1965 a ser uma prática ativa em 60% da economia da sociedade do norte europeu. Atualmente, na Inglaterra e na Suécia, por exemplo, cerca de 50% das famílias são vinculadas a cooperativas de consumo (RECH, 2000). Já na América Latina, o anseio de se renovar uma alternativa econômica, partiu da reativação da economia solidária, buscando, no setor da economia, outras formas de produção associativista. (SANTOS, 2000). Em países com uma democracia participativa mais avançada, as cooperativas mostram-se livres e autônomas, sendo definida por Rech (2000) como:

“A cooperativa é, pois, uma iniciativa autônoma de pessoas, caracterizada por possuir dupla natureza, partindo do fato da mesma ser simultaneamente uma entidade social (um grupo organizado de pessoas) e uma unidade econômica (uma empresa financiada, administrada, controlada comunitariamente), tendo como objetivo principal o de ser utilizada diretamente pelos associados como meio para prover bens e serviços que necessitam e que não conseguem obter individualmente em condições semelhantes” (RECH, 2000, p. 22).

Em 1995, em Manchester, com base nos princípios de Rochdale de 1844, a Aliança Cooperativa Internacional, em um dos seus congressos, estabeleceu alguns princípios cooperativistas que ainda são seguidos em alguns empreendimentos, que são: livre acesso e adesão voluntária; controle, organização e gestão democrática; participação econômica dos seus associados; autonomia e independência; educação, capacitação e informação; cooperação entre as cooperativas e, por fim, compromisso com a comunidade.

1.2. O cooperativismo no Brasil

Na América Latina, contexto social no qual o Brasil está inserido, de uma forma geral, as cooperativas estiveram diretamente ligadas às questões agropecuárias, tendo sido introduzidas principalmente pelos governos. Mostraram, em alguns momentos, importante ligação com o

desenvolvimento econômico da América Latina, tendo desempenhado papel relevante na colocação de produtos no mercado. (PINHO, 1966).

Na história brasileira, os primeiros registros de cooperativas ocorrem no final do século XIX, podendo-se citar como relevantes os seguintes acontecimentos: no ano de 1894, em Limeira houve a criação da Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica; em 1895, foi fundada a Cooperativa de Consumo de Camarajibe; e em 1906, há a criação de uma cooperativa de crédito, a Sicredi Pioneira, em Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul, que teve como fundador o Padre suíço Theodor Amstad, na tentativa de trazer melhores condições de vida para a população daquele município.

Porém, mesmo com alguns exemplos surgidos em tempos esparsos, foi durante o governo Vargas, no período conhecido como Governo Provisório, entre 1930 e 1945, que foram instituídas as primeiras linhas legalistas sobre a questão cooperativa. Em um governo conhecido pelo seu paternalismo, conservadorismo e seu caráter interventor, tendo surgido após o Golpe de 30, foi editado o Decreto 22.239/1932 que trouxe ao formato cooperativista o intervencionismo centralizador do governo Vargas. O governo viu na ideia cooperativista uma forma alternativa à crise daquele momento histórico, que vivia um abalo na monocultura do café, além de consequências trazidas pela Primeira Guerra Mundial e pela a crise de 1929, (PINHO, 1966). Assim, no Brasil, a princípio, as raízes cooperativistas não brotaram de um movimento popular ou de uma união de trabalhadores em busca de melhores condições de labor, tendo o apontamento de que as ideias cooperativistas surgiram como uma “ação governamental de controle e intervenção social” (RIOS, 2007, p. 26) em torno de uma elite agroexportadora.

Em 1971, durante o Governo Ditatorial Militar, foi editada a Lei nº 5.764/71 (BRASIL, 1971), que manteve o modelo rígido e controlador para as cooperativas, não permitindo desenvolvimento e conhecimento desse modelo de produção que poderia ter sido, desde o princípio, inovador e transformador como forma de desenvolvimento para a população brasileira. Infelizmente, as experiências legais não estiveram envoltas com boas práticas, como observa Rech:

Particularmente, o confirmam o Dec.-Lei 5,154 de 1942 (sobre a intervenção do Estado nas cooperativas); o Dec.-Lei 5.893 de 1943 (sobre organização, funcionamento e fiscalização das cooperativas) apesar de em menor escala; o Dec.-Lei 6.277/44 (que aumenta a interferência do Estado), todos de ditadura getulhista. E da ditadura militar, as 4.380 (que submeteram as cooperativas habitacionais aos BNH) e 4.595 (que regula a vida das instituições financeiras, entre as quais as cooperativas de crédito), ambas de 1964; o Dec.-Lei 59/66

(que revogou todas as conquistas de liberdade cooperativista anteriores); e a Lei cooperativista de 1971. (RECH, 2000, p. 20)

É neste formato que as cooperativas irão tentar se desenvolver legalmente no Brasil, com poucas interferências positivas e poucos incentivos à sua criação. Diferentemente do que ocorreu na Europa, no nosso país a imensidão territorial dificultava a comunicação, o que não permitiu a difusão de ideias novas, advindas principalmente do exterior. Outro ponto que não permitiu a formação de um cooperativismo popular, nos primórdios desta formação no país, foi a questão de os trabalhadores de massa do país serem submetidos à escravidão, que foi abolida somente em 1888. Assim, não permitiu logo cedo que se desenvolvessem formas associativistas de produção. Foi assim que o espírito individualista, característico dos povos pioneiros, dominou, de forma drástica e por muito tempo, a cultura do povo. Como aponta Pinho (1966):

Nossa indústria, demasiadamente insipiente, não sofrera diretamente o impacto da Revolução Industrial, nem tampouco reunia um grupo razoável de indivíduos com consciência de classe ou em condições de buscar soluções para seus próprios problemas; a pequena propriedade, tão propícia ao cooperativismo, era aqui praticamente inexistente, predominando o latifúndio, a fazenda autossuficiente, onde girava em torno do senhor autocrático; a população era reduzida e muito rarefeita, enquanto na Europa a alta densidade demográfica ensejara a busca de soluções para os mais complexos problemas da Produção, da Repartição e do Consumo (PINHO, 1966, p. 79).

As leis e incentivos governamentais às ideias cooperativistas foram poucos ao longo das décadas. As próximas menções a questões legais de promoção do cooperativismo ocorrem com a Constituição de 1988, com tentativas de mudanças desta perspectiva, quando se coloca no rol dos direitos e garantias fundamentais que o Estado não irá interferir na criação e funcionamento das cooperativas (Artigo 5º, inciso XVIII da CF/88). Outros relevantes pontos da CF/88 são: quando aparece na estrutura que trata dos princípios gerais da atividade econômica que a lei “apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo” (Artigo 174, parágrafo 2º da CF/88); quando afirma que o Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas (Artigo 174, parágrafo 3º); e ainda quando traz que o cooperativismo será levado em conta na execução e planejamento da política agrícola (Artigo 187, inciso VI da CF/88).

Em 2012, foi editada a Lei 12.690 (BRASIL, 2012), que não revogou o texto de 1971 e trouxe apenas complemento a ele. Rodeada de controvérsias, críticas boas e ruins, esta lei trouxe como principal mudança o estabelecimento dos direitos mínimos dos trabalhadores associados. Por um lado, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), critica a

lei, por possibilitar flexibilização dos direitos trabalhistas. Por outro, o MNRC (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis), coloca que os encargos trabalhistas exigidos pela lei são pesados e onerosos para os empreendimentos (ARAÚJO, 2014). Segundo a Declaração do MNCR de 2012, citado por Araújo (2014):

(...) os empreendimentos populares solidários e da economia solidária, não podem ser transformados em empreendimentos meramente mercantis, conforme o entendimento prático desta lei. Pois garante aos cooperados direitos obrigatórios da relação empregatícia, tradicionalmente as mesmas do trabalhador subordinado ao capital, submetendo os cooperados a um pretenso dono do capital que deverá pagar as obrigações (ARAÚJO, 2014, p. 87).

E, neste contexto, há atualmente grande discussão em torno da formação cooperativista. Muito além do cooperativismo tradicional de Rochdale, existe o cooperativismo popular, que é a formação das cooperativas de catadores, envoltos aos princípios da economia solidária. Há também o cooperativismo empresarial, usado no Brasil como uma afronta aos direitos sociais dos trabalhadores e nítida tentativa de burlar a legislação trabalhista. Cooperativismo não pode ser confundido com economia solidária, pois esta, cujo arranjo organizacional mais comum é em cooperativas, é uma modalidade de cooperação mais vinculada a transformações emancipadoras, sendo também uma proposta oferecer alternativas de geração de trabalho, renda e produção, tendo como princípios a livre adesão, autogestão, participação econômica dos membros, gestão democrática, solidariedade, autonomia, independência.

Atualmente, há expressiva ação dos órgãos de fiscalização do trabalho e do Poder Judiciário para barrar as conhecidas cooperativas fraudulentas, que tentam usar de mecanismos para dizer ser uma cooperativa, a fim de burlar a legislação trabalhista, fraudando o vínculo empregatício subordinado e os demasiados encargos legais que são consequências dele. É com fundamento na CLT, artigo 442, parágrafo único, que diz que “qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela” (BRASIL, 1943), que algumas cooperativas fraudulentas tentam furtar-se às obrigações impostas a uma relação empregatícia subordinada.

Porém, na aplicação da legislação, procura-se verificar a presença de alguns princípios para que não haja a utilização do cooperativismo de forma meramente simulatória, rebaixando o valor do trabalho na economia e na sociedade. É nesse sentido que a Lei 12.690/12 (BRASIL, 2012) procurou estabelecer, de acordo com os artigos 3º e 5º, que a cooperativa de trabalho deve se reger pela preservação dos direitos sociais, do valor social do trabalho e da livre

iniciativa, não podendo ser usada como intermediação da mão de obra subordinada, bem como devem ser estruturadas sem a presença dos pressupostos da relação de emprego.

Porém, mesmo presentes formas de se esquivar da aplicação correta da legislação, e, com isso, precarizando o trabalho, existem teorias que colocam que o cooperativismo não é uma forma sólida de se promover melhorias na condição de vida do trabalhador, apontando que, no Brasil, ele desenvolveu em bases frágeis e não emancipatórias. É a partir dessa crítica que podemos apontar o desenvolvimento da economia solidária no nosso país, que trouxe formas expressivas à população marginalizada e excluída de se unir em organizações de cooperativas populares. É o caso, por exemplo, das cooperativas de catadores, que surgirão como um movimento de resposta à exclusão e à marginalização, como será tratado ainda neste capítulo, item 1.5 sobre a formação das cooperativas de catadores de recicláveis de Goiânia.

1.3. A economia solidária e seu desenvolvimento

Para falar sobre as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, é necessário entender as bases teóricas em que elas buscam sua inspiração e fundamentação. Os catadores têm formalizado suas organizações produtivas não só com direcionamento nos fundamentos do cooperativismo, mas também, na economia solidária, que se interligam diretamente. Quando se fala em catadores unidos em cooperativas, diretamente é feita uma ligação com os princípios da economia solidária, eis que uma cooperativa de catadores que não se insere na economia solidária pode ser tão fraudulenta quanto o exemplo narrado no tópico anterior.

Entender a economia solidária tem sido tarefa para os principais teóricos que a estudam ao longo dos séculos. No Brasil, um dos nomes de maior destaque para se falar sobre isso é o economista Paul Singer, que a coloca como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, “criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho” (SINGER, 2003, p. 13). Essa realidade é o que ocorre no universo da catação: trabalhadores muitas vezes excluídos e marginalizados, que se propuseram, em união, buscar formas alternativas à sobrevivência e ao trabalho.

A economia solidária é uma categoria difícil de ser definida e enquadrada em um conceito pronto e acabado. Os autores que a estudam, ligam-na a concepções políticas e filosóficas, distanciando-se dos conceitos prontos e legalmente postos de cooperativas. A economia solidária, cujo arranjo organizacional mais comum é em cooperativas, é uma modalidade de cooperação mais vinculada a transformações emancipadoras, sendo também uma proposta que oferece alternativas de geração de trabalho, renda e produção, tendo como princípios a livre

adesão, autogestão, participação econômica dos membros, gestão democrática, solidariedade, autonomia e independência.

As contribuições sociológicas e filosóficas de diversos autores foram crescendo diversidade e desenvolvimento à ideia do que é conceitual e socialmente a economia solidária. Owen, Fourier e Saint-Simon, como os “clássicos do Socialismo Utópico” (SINGER, 2002, p. 38), foram uma inspiração fundamental para o cooperativismo, a partir do qual os praticantes da economia solidária “foram abrindo seus próprios caminhos” (SINGER, 2002, p. 38), possibilitando que hoje pudéssemos entendê-la como “uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo” (SINGER, 2003, p. 13).

Segundo Singer (2002), a economia solidária torna-se uma forma de ajuda mútua entre as camadas mais pobres, não necessariamente abrangendo a ideia de que os mais pobres tornam-se solidários sempre, bem como não se pode dizer que a pobreza e marginalidade tornam as suas vítimas iminentemente solidárias. O que Singer aponta é que, muitas vezes, há solidariedade entre aqueles acometidos pela pobreza, em razão de um instinto de sobrevivência. O que se observa quando as pessoas decidem se unir em cooperativas solidárias é que, em vários casos, anteriormente à decisão, houve uma eminente exclusão principalmente do mercado de trabalho formal ou não adaptação a ele.

Apesar dos inúmeros conceitos que sobrevoam a esfera do que é a economia solidária e sua forma de expressão nas sociedades, há certa proximidade em todos os conceitos deste fenômeno, quando apontam que “as novas formas de solidariedade dizem respeito a uma série de iniciativas de organizações de caráter social que ganha força neste contexto de crise dos mecanismos de regulação da sociedade, em especial no Estado-Providência”. (FRANÇA FILHO, 2001. p. 247).

A economia solidária nasce a partir de um momento de recusa aos modos de produção até então estabelecidos. Para Singer (2002), em razão das contradições do capitalismo, surgem oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas, cuja lógica e estrutura são opostas ao modo de produção hegemônico. A inconformidade com o que se é estabelecido como natural a partir do capitalismo, como a desigualdade, a exploração e a opressão aos trabalhadores, é que faz surgir outras formas de querer pensar o labor. Ainda, para o autor, a economia solidária, que surge como um outro modo de produção, tem a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual como princípios básicos.

O movimento cooperativista é uma das primeiras expressões da economia solidária. Singer (2002) afirma que, historicamente, a economia solidária nasceu logo após o capitalismo industrial, juntamente com o surgimento do cooperativismo de Robert Owen, na primeira

década do século XIX. Proprietário de um complexo têxtil Owen decide, diante do empobrecimento dos trabalhadores e artesãos, não explorar os operários, criando uma forma de aumento da produção através do bem estar laboral. Singer também aponta como crucial, em termos históricos, a experiência de Charles Fourier, na França, que acreditava nas paixões humanas e na capacidade de que cada pessoa poderia trabalhar em uma ou mais paixões, e então, dedicar-se-ia tanto àquilo, ao ponto de se entregar quase sem se importar com a remuneração.

Ainda, há o exemplo de Rochdale, que teve grande expansão nos anos 40 e 50 do século XIX, conhecido como um cooperativismo misto, que agregava co-gestão entre os acionistas, provedores de capital e trabalhadores. É neste século, segundo Laville e França Filho (2004) que surge o movimento operário associativo e as primeiras cooperativas autogestionárias de produção, como consequência às lutas sociais e operárias em busca de melhores condições de trabalho.

Singer (2002, 2003) aponta, em suas obras, a possibilidade de a economia solidária ser uma proposta alternativa ao desemprego em massa, bem como ser também um projeto político vinculado à luta operária inspirada nos socialistas utópicos. Uma não se contrapõe à outra, mas sim se complementam. Singer (1998b) ainda concebe a superação da sociedade de classes, apontando que é possível que se conviva com modos de produção diferentes, até chegar o momento em que o solidário superaria o capitalismo, mostrando que a empresa autogerida, representativa da economia solidária, pode ser tida como um implante socialista na sociedade capitalista e levará à outro modo de produção. Para ele, o fracasso do socialismo real demonstra a necessidade da descentralização dos controles do meio de produção, que devem estar sob o domínio direto dos trabalhadores, sendo que esta possibilidade só se realiza por meio das cooperativas (SINGER, 2000).

Nesta concepção, a economia solidária mostra-se como uma real possibilidade de transformação da sociedade, por meio de uma nova forma de se produzir que não seja o modelo hegemônico existente. É nesse sentido que se tem os apontamentos de Laville e França Filho (2004), que entendem que mesmo que haja o modo de produção capitalista como dominante, juntamente a ele está a economia solidária como uma solução complementar a outras formas de trabalho a serem criadas, principalmente como meio de superação de crise e alternativa ao trabalho. Os autores colocam – de forma bastante enquadrada à realidade dos catadores – que economia solidária se apresenta como uma rearticulação entre Estado, mercado e sociedade, em uma forma de organização popular de combate à pobreza, com o objetivo de ser uma “revolução

no plano dos direitos sociais que possa atingir a maioria das pessoas” (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p.176). Apontam os autores que:

Hoje, a economia solidária pode, em parte, atenuar os efeitos devastadores para a democracia de uma mercantilização e de uma abstração das relações sociais. No plano econômico, ontem, a economia solidária constitui uma abertura na direção de uma economia plural quando se implantava uma sociedade industrial baseada no trabalho assalariado. Hoje ela pode reatar com esse élan original na passagem a uma sociedade de serviços, em particular, apoiando-se sobre formas plurais de trabalho (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004, p. 93).

A economia solidária, como uma economia que admite uma pluralidade de princípios, desenvolveu-se e originou-se de forma diferente, porém, com bases teóricas aproximadas, nos mais diversos locais do mundo. Gaiger (2003) coloca que a economia solidária aponta empreendimentos com formas sociais de produção específicas, se contrapondo ao capitalismo, no entanto, com ele devendo conviver, não reproduzindo “em seu interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento” (GAIGER, 2003, p. 194). O autor ainda aponta que para que a economia solidária se caracterize como um modelo de produção distinto, deve assumir três características fundamentais, a observar:

Que exigências apresentam-se aos empreendimentos solidários, para que mantenham os seus traços distintivos? Penso serem três: a) assumir a base técnica herdada do capitalismo, dela retirando benefícios para a sua forma social de produção própria ou, ainda, alcançando desenvolver, paulatinamente, forças produtivas específicas e apropriadas à sua consolidação; b) cotejar-se com os empreendimentos capitalistas, dando provas de superioridade do trabalho associado perante as relações assalariadas, à medida que impulsionam, em seu interior, uma dialética positiva entre relações de produção e forças produtivas; c) resistir às pressões do ambiente econômico, por meio de mecanismos de proteção e da externalização da sua lógica cooperativa às relações de intercâmbio e de troca. Se isto vier a ocorrer, estaremos presenciando uma experiência econômica genuinamente sob a ótica do trabalho, fundada em relações nas quais as práticas de solidariedade e reciprocidade não são meros dispositivos compensatórios, mas fatores operantes no âmago da produção da vida material e social (GAIGER, 2003, p. 201).

A economia solidária se mostra com diversas nuances e faces para demasiados autores. Diante de uma nova forma de comercialização de bens e produtos, somada a novas formas de inserção no mercado de trabalho, a economia solidária se mostra como uma real possibilidade

de ser um processo de mudança social, seguindo seus princípios básicos, como destaca Paul Singer:

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comercializar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez de contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo de empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela do capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual (SINGER, 2002, p. 9).

De fato, a economia solidária faz parte de um universo rico e com enormes possibilidades de crescimento e mudança social. Os empreendimentos de economia solidária irão surgir com princípios norteadores distintos de uma empresa capitalista, como, por exemplo, “ela exige dos seus integrantes uma opção contra os valores dominantes da competição individual e da primazia do capital sobre o trabalho” (SINGER, 2003, p. 21). E ainda, busca como princípios norteadores básicos a solidariedade, a autogestão, a gestão democrática, que serão melhor tratados no capítulo 2, sobre a possibilidade da economia solidária apontar-se como uma emancipação social dos trabalhadores.

1.4. Os traços da economia solidária no Brasil

A economia solidária no Brasil tem sido vinculada às acepções de novas formas de trabalho e geração de renda, que não se resume apenas a algumas formas de união de trabalhadores em cooperativas, mas também a diversas formas de união em associações, ONGs, fundações e também cooperativas. Diversos autores apontam variadamente sobre a origem da economia solidária no Brasil, com a formação de cooperativas de consumo no meio urbano e, no meio rural, de agrícolas.

Ela encontra-se expressa na agricultura familiar, em associações de moradores de uma determinada região, clubes de trocas, em mulheres camponesas, em catadores de recicláveis, em várias formas de união democrática para produção, consumo, trabalho e geração de renda e até mesmo na recuperação de fábricas e de empresas em processo de falência. Em razão de nosso país ter uma imensidão territorial, diversidade cultural e dinamicidade econômica, muitas vezes, nas 5 regiões do país, a economia solidária aparece em modelos distintos, não sendo possível enclausura-la em um único conceito fechado e modelo padrão.

É assim que, como resultado da crise do desemprego em massa, a economia solidária – que tem seu nascedouro na década de 80, segundo Singer (2002b), começa a tornar-se crescente a partir dos anos 90. Para Singer (2002), em razão das contradições do capitalismo, e o desemprego crescente na década de 90, intensifica-se, no Brasil, o desenvolvimento de organizações econômicas ligadas aos movimentos sociais, aos sindicatos, universidades e até mesmo às igrejas.

Várias foram as entidades e os momentos históricos que deram impulso à formulação da economia solidária no Brasil. Singer (2003) aponta alguns acontecimentos relevantes, como a criação da ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas Autogestionárias e de Participação Acionária, em 1991, que teve seu impulso inicial a partir de filiação de fábricas recuperadas. Outro exemplo é o MST como uma organização de relevância para impulso aos movimentos sociais, que congrega trabalhadores ligados à promoção da agricultura familiar tendo suas bases na economia solidária.

Outras entidades são ou já foram importantes para a promoção da economia solidária no país, como por exemplo: A ADS – Agência de Desenvolvimento Solidário – ligada à CUT, que mobiliza sindicatos em apoio à economia solidária; a Cáritas, órgão da CNBB (Conselho Nacional dos Bispos do Brasil); as ITCP – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que surgiram no início dos anos 90 e foram criadas no âmbito das universidades, integradas por professores, alunos da graduação e pós-graduação, técnicos administrativos, com o intuito de promover apoio administrativo, jurídico-legal e apoiar a formação pedagógica e política das organizações econômicas solidárias; e, por último, a Rede Brasileira de Sócio-Economia Solidária, criada no âmbito do primeiro Fórum Social Mundial, realizado em 2001 no Brasil.

Em 2003, com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no âmbito do MTE, há grande impulso nas políticas públicas de incentivo às organizações sociais solidárias. O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foi criado pelo mesmo ato legal que, em junho de 2003, instituiu a SENAES e, através do Decreto 5811/2006 (BRASIL, 2006), foram determinadas sua estruturação, competência e composição. Nos dois últimos anos, o governo enfraqueceu as políticas públicas de incentivo às minorias e ao desenvolvimento social, tendo extinto a SENAES, que até então era uma secretaria independente.

Segundo dados divulgados pelo IPEA (2016), há em torno de 19.708 empreendimentos solidários, organizados e distribuídos em 2.713 municípios brasileiros em todos os Estados da Federação, tendo como um total de 1.423.631 pessoas associadas. De acordo este mapeamento, boa parte das pessoas envolvidas nos EES organizam-se como uma alternativa ao desemprego,

mostrando que 46,2% associam-se a esses empreendimentos motivados pela alternativa ao desemprego, e 48,8%, motivados por uma complementariedade de renda.

Uma das organizações que congloba organizações de economia solidária é o Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável³ (MNCR), que surgiu da organização política coletiva dos catadores de material reciclável no final dos anos 1990. O catador, que é uma antiga profissão, conhecida pela exclusão da sociedade, marginalidade e estigma sobre sua forma de vida e desenvolvimento de trabalho, teve no MNCR uma forma de fortalecer a união dos trabalhadores através do movimento social. Buscando uma articulação entre os trabalhadores, em âmbito nacional, o movimento luta por direitos e melhores condições de trabalho. O auxílio e fortalecimento das associações e cooperativas é uma das formas de se promover a economia solidária e valorização do trabalho do catador como associado e membro de uma organização que busca reconhecimento pelas suas formas específicas e peculiares de vida e trabalho.

1.5. Ser catador: o estigma do “lixo” e sua transformação em resíduos sólidos

A trajetória do lixo e sua transformação em resíduos sólidos é um tema recorrente e constante nas indagações e pensamentos sobre uma provável vida digna quando inserido o labor humano no universo da catação. O resíduo objeto de descarte, como já tratado na introdução do trabalho, traz estigma quanto à sua dualidade, desde os primórdios da humanidade.

A relação do homem com a higiene e o descarte dos restos nem sempre foi da forma como conhecemos hoje. Na Idade Média – marco histórico para se falar de higiene e descarte do lixo, a relação da sociedade com o lixo era contrária ao que se registra hoje. O que atualmente nos causa nojo, temor ou asco, naquele período, causava riso, familiaridade, intimidade. Como afirma Rodrigues (1995), o corpo, na Idade Média, não é o conhecido “corpo-ferramenta” que o capitalismo inventará séculos mais tarde.

Vários autores utilizam esse período histórico como um marco para se discutir a temática da higiene e do lixo, eis que “as mentalidades e as sensibilidades medievais são aquilo contra o que a cultura capitalista e, mais adiante, a cultura industrial – territórios próprios da questão do lixo – se definira” (RODRIGUES, 1995, p. 20). Não havia noções de higiene básica da forma como vemos no mundo contemporâneo.

O ato de conviver com lixo tem sua passagem histórica pela Idade Média como algo natural e comum. As noções de higiene e limpeza como hoje conhecemos, naquele tempo,

³ O MNCR dispõe de um sítio eletrônico, de onde foram retiradas tais informações: <<http://www.mncr.org.br/>> Acessado em 05/01/2018.

sequer pairavam pela noção de bem estar na época. Hábitos como banhos regulares, limpeza bucal, forma de lidar com animais e o descarte de rejeitos não eram preocupações das sociedades naquele mundo. Era comum a convivência das pessoas com cadáveres de humanos e animais, bem como não existia a concepção de que dejetos eliminados pelo corpo humano eram substâncias asquerosas.

Até 1372 era permitido em Paris ‘lançar-se água’ direto das janelas, bastando que se gritasse três vezes: “Gardez l’eau!” Certamente, como observa Hösel, não se tratava apenas de água! Na Paris do ano de 1780 esta prática ainda precisava ser coibida pela polícia. Não era, com certeza, uma prática exclusivamente parisiense: vamos encontrá-la inclusive no Brasil. (EIGENHEER, 2009, p. 48).

As exceções normalmente ficavam por conta de representantes da cultura ‘oficial’: nobres de altíssima estirpe, magistrados, membros do alto clero, que normalmente compartilhavam com seus familiares uma sepultura que hoje chamamos de individual e que em geral eram enterrados dentro das igrejas. Aos comuns, as sepulturas coletivas, situadas em um cemitério adjacente à igreja. E essas sepulturas coletivas ficavam mais ou menos abertas até serem preenchidas (RODRIGUES, 1995, p. 30).

No final deste período, por volta de meados do século XIV, começaram as mudanças de concepções sobre a higiene e saúde coletiva. Questões de saneamento e saúde na cidade começaram a ser levantadas. Grandes transformações foram surgindo sobre a relação da sociedade com a limpeza urbana e a higiene, e o lixo passa a ser algo que deve ser expulso e eliminado.

Na “vanguardista do Século das Luzes” (RODRIGUES, 1995, p. 40) foi quando começaram as mudanças de concepções de limpeza, que tiveram início com a expulsão dos cemitérios das cidades, quando em Paris exuma-se o Cemitério dos Inocentes com o objetivo de o transferir para fora do centro urbano. A transição do significado do lixo para a sociedade ocorreu de forma mais rápida após a Revolução Francesa. No século XIX, mais precisamente em 1846, é que se passou a entender que o lixo merecia um tratamento ligado às políticas públicas. Até poucas décadas antes, os responsáveis pela higiene social eram presos, loucos, doentes, o que mostra o estigma de se trabalhar com lixo.

Esta lógica e este movimento são completamente contemporâneos à lógica e ao movimento de expulsão do lixo. A expulsão dos Inocentes data de 1780, enquanto o primeiro projeto de reunião e expulsão do lixo urbano data de 1779: um ano apenas separa estes dois gestos que, em essência, são a mesma coisa. Tanto na expulsão dos mortos como na do lixo, o mesmo drama está em questão: o lixo do século XVIII é ainda fundamentalmente orgânico e o que

se quer expulsar em ambos é a evidência do transcurso do tempo biológico, a presença da decomposição, a memória orgânica acumulada no solo (RODRIGUES, 1995, p. 41).

Em 1794, é realizada a primeira movimentação pública sobre a higiene, com o objetivo de saber porque os rios cheiravam mal, quando, então, iniciam-se as primeiras preocupações em lidar com o solo urbano. Neste período, o trabalho de descarte dos resíduos era executado por prisioneiro, prostitutas, loucos e doentes (EIGENHEER, 2009). Ou seja, por aqueles que, na época, ou eram considerados a escória da sociedade, não dignos de respeito, ou que já não eram tidos como pessoas de importância. É neste contexto que se pode apontar, desde então, o nascedouro do estigma e preconceito de se trabalhar com lixo e com o que era ou deveria ser objeto de descarte.

É então que, a partir da Revolução Francesa, a noção de expulsão do lixo passou a acontecer de forma mais acelerada, quando questões de limpeza urbana e saneamento básico passaram a ser objetos de preocupação do orçamento público. A população elitizada ficou afastada do lixo, dos restos, que ficaram mais próximo do subúrbio, dos bairros mais pobres.

Os prédios são construídos em espaçamentos entre uns e outros. Muito é destruído e reconstruído. Os esgotos são instalados. As populações são deslocadas, de modo que os bairros das populações pobres e ainda envolvidas pelas mentalidades e sensibilidades anteriores sejam afastados dos locais de residência das elites, que vão ficar agora relativamente preservadas deste odor que insiste em permanecer em certas esferas da sociedade (RODRIGUES, 1995, p. 43).

Assim, após a Revolução Francesa e, em seguida, a Industrial, juntamente com o processo acelerado de urbanização, os resíduos urbanos passaram a ser grande problema. A reciclagem e a incineração ganham destaque dada a alta produção de resíduos.

Com as duas Grandes Guerras, a reutilização e a reciclagem ganharam bastante destaque, como aponta Eigenheer (2009), pois, após a Primeira Guerra, com a produção em grande escala e a exacerbação do consumo e do descarte, houve mudança de relação com a reutilização dos materiais.

Conforme aponta Mészáros (2002), até o século XIX existia uma concepção de se reaproveitar e reutilizar materiais e instrumentos produtivos, acompanhado de uma mentalidade de se procurar aumentar a vida útil das mercadorias. Após a Segunda Guerra Mundial, houve expansão da produção militar-industrial e também a crescente dissipação dos resultados da superprodução. Os avanços produtivos foram preferencialmente direcionados para os produtos

de consumo rápido e para a “produção generalizada do desperdício” (MÉSZÁROS, 2002, p. 635).

No Brasil, durante o período Colonial e Imperial, até a abolição, os escravos eram os encarregados de transportarem o que chamavam de as “imundices” (EIGENHEER 2009, p. 98). Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, após a proclamação da República, o Rio de Janeiro, como principal cidade da época, enfrentou desenfreado crescimento e, entre 1865 até 1949, destinava todo seu lixo para Ilha de Sapucaia. Na década de 70, o estado brasileiro começou a usar o aterro sanitário na cidade de Duque de Caxias e a prática de aterros começou a ser utilizada em diversas outras cidades brasileiras.

A concepção de consumo em massa que apontava no ocidente Europeu após as duas Grandes Guerras também atingiu a forma de vida brasileira e sua relação com o descarte de materiais. No último século, a questão do lixo se tornou um problema agudo em decorrência do consumo em massa pela sociedade atual. Os conhecidos “lixões” se espalharam pelo país. As populações excluídas, marginalizadas e sem teto começaram a tê-los como locais de trabalho e até mesmo moradia. Com a implementação da coleta seletiva, que tem seu registro no ano de 1985, o catador e sua profissão começaram a ser discussão sobre questões de limpeza urbana.

Os catadores de lixo são de grande interesse para uma discussão sobre a limpeza urbana, não apenas no Brasil. Presentes há séculos nas cidades, buscam o reaproveitamento daquilo que é jogado fora e ainda pode ter valor. Já em 05/01/1806, temos notícia, pelo Jornal do Comércio, de sua presença deles nas Ilhas de Sapucaia e do Bom Jesus, na Baía da Guanabara, para onde, como dito, foi levado, por décadas, o lixo do Rio de Janeiro. (...) A coleta seletiva foi implantada no Brasil a partir de 1985, inicialmente no bairro de São Francisco, Niterói. Foi uma iniciativa do Centro Comunitário de São Francisco (associação de moradores) e da Universidade Federal Fluminense. Em 1988, Curitiba se torna a primeira cidade a ter o sistema. Hoje, mais de 200 cidades têm a coleta seletiva implantada. Esta forma de coleta pressupõe a separação na fonte dos materiais que se deseja tratar. (EIGENHEER, 2009, p. 103 e p. 114).

Muitas vezes, trabalham sozinhos; em outras, unem-se informalmente ou em aglomerações familiares. Mas é somente em 1989 que há registro do surgimento da primeira “cooperativa de catadores autônomos de papel” (EIGENHEER, 2009, p. 130). Desde sua união em cooperativas ou associações, os catadores buscaram fortalecer a luta pelo reconhecimento de sua atividade laboral, fortalecimento de seus empreendimentos como forma de inclusão social e promoção da emancipação social, mesmo que a luta contra o estigma e preconceito deva ser uma de suas principais bandeiras.

Destinar o lixo para longe dos grandes centros tornou-se algo comum. O ato de descartar, ou de “jogar fora”, passou a ser, mesmo que de forma subentendida, para longe do convívio de classes mais altas, e para perto das populações mais baixas. Os lixões das cidades que foram sendo criados sempre se concentraram nos bairros periféricos.

Reciclar, reutilizar e reaproveitar é quase tão antigo quanto à sociedade. E desde a Modernidade, vincular o lixo às classes mais pobres e desfavorecidas também tem sido um fator social que envolve questões de poder, riqueza, marginalidade e discriminação. Com o passar dos séculos, as concepções de saneamento básico e limpeza urbana fizeram com que o “lixo”, percorresse uma identidade vinculada a um campo de imundices, recaindo aos escravos, aos pobres, aos excluídos a tarefa de dele desfazer-se. Enfatiza-se, pois, que a limpeza dos locais públicos, desde então, é realizada por camadas mais pobres da sociedade.

A vinculação dos rejeitos a uma parcela excluída, não possuidora de dignidade, fez com que se criasse na sociedade uma noção de poder e exclusão na sociedade. Quanto mais próxima a convivência pessoal e laboral da pessoa com os restos, menos poder, detentor de dignidade, respeito e sujeito de direitos essa pessoa se faz. Como observa Rodrigues (1995), a luta contra a poluição, contra o que é sujo, está sempre associada ao estabelecimento de uma relação de poder entre as classes, na qual, quem detém o capital se sobrepõe ao que não o possui. Portanto:

(...) a lógica disso tudo é muito simples: quanto mais próximo do centro de poder, mais distante da sujeira; quanto mais periférico em relação ao centro de poder, tanto mais íntimo com a sujeira. Aplicando esta lógica às aglomerações urbanas, não é difícil deduzir o que forçosamente acontecerá com favelados e outros ‘periféricos’, por mais objetivamente higienizadas e urbanizadas que venham a ser suas condições de vida (água em abundância, coleta frequente do lixo, etc). De um ponto de vista simbólico e relativo, a hierarquia social inventará outros critérios de discriminação de pureza e poluição (RODRIGUES, 1995, p. 97).

As camadas mais pobres da sociedade vivem sob a ótica do estigma, preconceitos e exclusão do que a sociedade entende como vida e trabalho dignos. Goffman (1988) traz que o estigma faz parte de uma ideia para explicar a inferioridade de alguém. Dada a história e temática que envolve os resíduos, os catadores, em razão da ignorância da sociedade que não enxerga os resíduos sólidos como produtos que podem ser bens de valor, são estigmatizados por manusearem os resíduos, mesmo que aquilo se trata de uma profissão. Para o autor, estigmas são “sinais corporais, sobre os quais se intentava exibir algo mau e pouco habitual no *status* moral de que os apresentava” (GOFFMAN, 1988, p. 11), sendo o termo empregado aos sinais e características de desgraça da própria pessoa, do que uma característica pessoal.

As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular. Então quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” – para usar um termo melhor do que “status social”, já que nele se incluem atributos como honestidade, da mesma forma que atributos estruturais como ocupação (GOFFMAN, 1988, p. 12).

A sociedade, enquanto não estiver livre do preconceito frente ao catador diante do seu trabalho com resíduos sólidos, não entenderá a escolha de ser catador como uma profissão. Assim, permanecem estigmatizando-lhes no imaginário social.

Em Goiânia, em uma realidade panorâmica, a fase do trabalho no lixão, aparentemente já está superada comparada a décadas anteriores. Hoje, o catador trabalha com resíduos sólidos, com a reciclagem e sua possibilidade de inserção econômica e social. O catador, como trabalhador estigmatizado, é visto pela sociedade de uma forma geral, como não digo de direito e respeito, eis que “acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida” (GOFFMAN, 1988, p. 15).

Na cultura ocidental, conforme aponta Rodrigues (1995), existem formas quase padronizadas de lidar com os restos, aquilo que não se quer mais. Uma dessas técnicas é “jogar no lixo”. O ato de desfazer-se, empurrar para longe de si, demonstra uma repulsa e rejeição com aquilo que não é mais útil, ou com aquilo que não tem mais valor. Aquilo que é “impuro” (RODRIGUES, 1995), passa a contrapor-se à ideia do que se aproxima ao puro, aproximado a uma ideia de poder e alta posição hierárquica.

É nesse sentido que os lixões devem ficar cada vez mais longes dos centros urbanos. É para essa população pobre e marginalizada que as classes altas julgam ter que voltar as políticas de educação ambiental. Colocam os catadores como os responsáveis pela limpeza urbana, até mesmo pela produção do lixo. As cooperativas sofrem grande discriminação da população que mora ao redor dos galpões, culpando os catadores pela falta de educação ambiental.

Acusar de impureza significa reivindicar a própria superioridade. Em lugar de estudar social e politicamente o sentido das regras de pureza, em vez de questionar a sociedade de consumo, assim como os industriais eminentemente poluidores e os próprios consumidores, os canhões se direcionam contra os ‘marginais’, isto é, apontam para os inferiores. Estes últimos se transformam assim em bodes expiatórios e passam a ser culpados do perigo de impurificação: os rejeitados pela sociedade se transformam em responsáveis pela sociedade dos dejetos. São eles que devem ser reprimidos, esclarecidos, educados... Para eles devem se dirigir as campanhas, as vigilâncias, as repressões. Por baixo das boas intenções aparentemente inquestionáveis, quanta discriminação! (RODRIGUES, 1995 p. 106, 107)

Quando o lixo começa a perder sua característica natural, visto como algo asqueroso, que cheira mal, começa a perder sua identidade, permitindo que então possa ser visto de outra forma. Ainda falta para a sociedade encarar o resíduo que ela descarta como algo passível de gerar trabalho e renda. Com o avanço da reciclagem, as empresas capitalistas perceberam naqueles resíduos o valor que precisa ser catado, reciclado, e posto de volta no mercado para consumo. Já para a população marginalizada, unida nas organizações de economia solidária, encontra no resíduo sólido uma forma de trabalho e renda.

O lixo, quando perde a característica perigosa, asquerosa, vai deixando de ser tabu, “na proporção em que vai perdendo sua identidade já parcial: quando vira cinza, quando volta a ser terra, quando é queimando e se transforma em fumaça, quando é reciclado e adquire vida nova” (RODRIGUES, 1995, p. 104). O estigma que envolve a temática do lixo impede a sociedade de vê-lo e aceita-lo como fonte de trabalho e renda.

Nosso ponto de vista individualista nos impede de ver a sociedade em sua totalidade. Para isso, não percebemos que a perda do ‘valor de uso’ de algo, que o institui como dejetos, não abole absolutamente o seu ‘valor de troca’. Aquilo que cada indivíduo em particular, um grupo ou um país rejeita e joga na lixeira apenas inicia uma nova fase de seu itinerário de circulação social, passando a ser ‘valor de uso’ para outros (RODRIGUES, 1995 p. 107).

A sociedade, presa em sua bolha social não consegue perceber o valor social dos resíduos sólidos, e ver nele objeto de geração de trabalho e renda, apenas conseguindo enxergá-los como lixo, o que deve ir para longe de si. Uma sociedade livre de preconceito e estigma poderia encarar o universo do descarte de uma forma diferente da que se vê hoje. Os rejeitos orgânicos poderiam ir para compostagem. Aqueles não passíveis de reaproveitamento, para o aterro sanitário, com os devidos cuidados ambientais. Os resíduos sólidos, destinados às cooperativas, para separação, triagem, venda – e então, construção de um novo conceito e forma de garantia de trabalho, de garantia de vida digna, e de caminhar para que os direitos humanos estejam ao alcance de todos.

1.5.1. Breve panorama sobre a realidade nacional e goiana no universo da catação

O ato de coletar “lixo” na rua, reaproveitar restos, reutilizar e reciclar materiais tem sido uma prática bastante comum desde os primórdios da sociedade. No cenário da sociedade moderna, diante da produção e acúmulo excessivo de resíduos e a forma exagerada de consumo,

a reciclagem tem ganhado espaço diante da possibilidade de se tornar uma aliada à diminuição dos impactos ambientais na tentativa de minimizar as consequências do descarte dos resíduos.

De acordo com os dados do United Nations Environment Programme (UNEP)⁴, é estimado que, a cada ano produza-se no mundo em torno de 11,2 bilhões de toneladas de resíduos sólidos. No Brasil, segundo dados de estudos vinculados ao IPEA (SILVA, 2017), a geração de resíduos sólidos é em torno de 160 mil toneladas diárias. A gestão desses resíduos tem um histórico de precariedade e falta de atenção do Poder Público em toda a América Latina, como é o caso do Brasil. Na última década, algumas conquistas começaram a mudar esse cenário, porém, de acordo com o IPEA (2010), apenas 13% dos resíduos urbanos gerados são encaminhados para a reciclagem.

A vida de catar “lixo” nas ruas integra a vida social de trabalhadores desde o processo de urbanização no Brasil. Os catadores, imersos em um mercado de trabalho informal, diante dos altos índices de desemprego e pobreza, começam a trabalhar com a venda de materiais que coletam, separam e selecionam nas ruas, nos lixões e nos aterros sanitários. A atividade da catação resume-se em recolher resíduos que podem ser reaproveitados, como garrafas de plástico, latas de alumínio, vidro, papel, papelão, etc, e realizar a venda para empresas de reciclagem. Segundo dados do IPEA (2010), cerca de 90% do material que é reciclado no Brasil, advém do trabalho dos catadores, chegando estes a recolher, individualmente, 3 toneladas de material reciclável por mês.

A precariedade na destinação adequada dos resíduos faz com que os catadores se insiram em uma constante luta por reconhecimento social, direitos básicos e cidadania. Segundo dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008 (IBGE, 2010), 50,8% dos municípios brasileiros destinavam seus resíduos a áreas conhecidas como lixões. Ainda nos dias atuais, os aterros sanitários costumam receber quantidade considerável de resíduos que poderiam ser destinados à reciclagem, de forma correta, caso a coleta seletiva estivesse mais presente nos municípios.

Os catadores ainda trabalham em lixões e na catação nas ruas. Porém, após união em suas organizações, sejam elas associações ou cooperativas, adquiriram maior visibilidade e respeito quando do surgimento e fortalecimento como movimento social. O MNCR⁵ foi fundado no ano de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis em Brasília, em um evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras. No congresso, foi lançada a Carta

⁴ UNEP. United Nations Environment Programme. Disponível em <<https://www.unenvironment.org/explore-topics/resource-efficiency/what-we-do/cities/solid-waste-management>> Acessado em 30/02/2018.

⁵ Informações trazidas do site oficial do MNCR <<http://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/sua-historia>>.

de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis. O objetivo do movimento é garantir o protagonismo popular da classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social, e coloca como tarefa lutar pelo reconhecimento, inclusão e valorização do trabalho dos catadores e catadoras, lutando contra a incineração e a privatização do lixo, construindo o poder popular, dentro outros.

Com a organização dos catadores como movimento social, a categoria desses trabalhadores tem conseguido avanços na conquistas dos seus direitos e busca por melhores condições de trabalho e vida, buscando fortalecimento da economia solidária, em defesa do trabalho associado e da autogestão. Em 2010, com a Instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos pela lei 12.305/2010 (BRASIL, 2010), uma série de bases para a gestão adequada dos resíduos foram estabelecidas. A partir dela, foi determinado o fim dos lixões e a inclusão dos catadores no ciclo da coleta seletiva.

Dentre outras relevantes conquistas, podemos citar a Portaria nº 397/2002 do MTE (BRASIL, 2002), que incluiu a atividade de catador de material reciclável na classificação brasileira de ocupações; o Decreto 5.940/2006 (BRASIL, 2006b), que destina o material reciclável dos órgãos públicos para os catadores; e o Decreto 7.405/2010 (BRASIL, 2010c) que instituiu o Programa Pró-Catador, que buscou efetivação de política públicas para o setor.

A Política Estadual de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 14.248/2002 (GOIÁS, 2002), trouxe, no artigo 2º, inciso XV, que um dos princípios da política é “incentivar a criação de cooperativas de trabalhadores autônomos dedicados à coleta dos resíduos sólidos urbanos”. Assim, legalmente, os catadores possuem o apoio do estado e da união para a criação e formalização das cooperativas ou associações dos catadores. Já o Plano Estadual de Resíduos Sólidos de Goiás - PERS (GOIÁS, 2017) foi concluído no final do ano de 2015 e trouxe uma série de informações oficiais sobre a situação dos catadores, como, por exemplo, que apenas 14% dos municípios goianos possuem cooperativas de catadores formalizadas, e 65% não possuem cooperativas de catadores, no restante, os catadores não estão formalizados.

Ainda, de acordo com os dados do PERS (GOIÁS, 2017), a realidade das cooperativas em Goiânia apontam que a produtividade por mês varia de acordo com a estrutura com a qual a cooperativa conta. Desse modo, em centrais que fazem uso de mesa de separação, a produção é variável entre 2,0 a 2,5 toneladas de materiais triados. Nas cooperativas com esteira mecanizada, essa produtividade situa-se entre 3,5 a 4,0 toneladas/mês (GOIÁS, 2017).

Com os projetos pedagógicos das Incubadoras Sociais, vinculados às Universidades de todo o país, as organizações de economia solidária, como as cooperativas de catadores, tiveram apoio para sua criação, manutenção e orientação quanto à formação em cooperativismo popular

de economia solidária. Vinculada à Universidade Federal de Goiás, e à Pró-reitora de Extensão e Cultura, a Incubadora Social da UFG foi implantada com o apoio dos recursos do PRONINC-2007, que é o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares, criado pelo Decreto 7.357/2010 (BRASIL, 2010b), tendo auxiliado no processo de formação de várias cooperativas de Goiânia através dos seus projeto de incubação. O auxílio técnico e pedagógico se mostraram cruciais para o desenvolvimento e expansão da economia solidária no âmbito da catação no estado de Goiás.

De acordo com o IPEA (2013), à época da pesquisa, Goiás era o estado do Centro-Oeste com maior número de catadores de materiais recicláveis. Estimou-se que existiam em torno de 15.333 catadores. Desde a formalização da IS/UFG, ela tem desenvolvido projetos pedagógicos com esses catadores e, um dos principais projetos foi o Projeto Catasol⁶.

Antes do Projeto Catasol, foram cadastrados por outros projetos da IS/UFG e por ela auxiliados, um total de 598 catadores, unidos em 9 grupos formalizados. Durante o desenvolvimento do Catasol, foram cadastradas 12 novas cooperativas, totalizando 400 catadores. Assim, um total de 21 empreendimentos foram atendidos e acompanhados pelas assessorias técnicas e pedagógicas da IS/UFG, durante seus 10 anos de existência, contabilizando 998 trabalhadores catadores atendidos e acompanhados pela IS/UFG (IS/UFG, 2016).

Atualmente, em Goiânia, estima-se que grande parte dos catadores encontra-se reunidos em cooperativas (IS/UFG, 2016), em contraposição ao que já ocorreu não só no município, como também no Brasil, quando se via nas ruas de várias cidades o catador trabalhando sozinho ou nos lixões. O processo de união em cooperativas foi uma quebra de paradigma, de mentalidade, de formação social e pedagógica, principalmente dos catadores.

O universo da catação abrange uma variada realidade, como observou Silva (2017), que alguns catadores se dedicam somente ao empreendimento, outros, vieram dos lixões, juntamente com toda uma família. Alguns estão na cooperativa por acreditar na economia solidária, por gostar da catação. Alguns, por outras questões, como a perda do emprego. Alguns dados trazidos pela IS/UFG, sobre a realidade das cooperativas cadastradas, nos permite-nos

⁶ O título do projeto Catasol é: Fomento a empreendimentos econômicos solidários de catadores de materiais recicláveis nas regiões metropolitana de Goiânia, Apa João Leite e municípios integrantes do projeto Ser Natureza do Ministério Público de Goiás (Catadores Solidários-Catasol). Foi conveniado através do edital 004/2011–SENAES/ MTE/MDS: Fomento a empreendimentos econômicos solidários e redes de cooperação atuantes com resíduos sólidos constituídas por catadores e catadoras de materiais reutilizáveis e recicláveis. A entidade conveniente é a Universidade Federal de Goiás. O Projeto teve início em 01/10/2012 e término em 30/12/2016, sendo este período o mesmo a que se refere o relatório citado nesta pesquisa. O relatório final do Projeto é parte dos arquivos da IS/UFG, 2016.

uma visão geral sobre o universo da catação no estado. De acordo com esses dados, a maioria dos catadores atua na atividade da catação há muitos anos, em lixões, ruas, ou cooperativas.

Extraí-se dos dados da IS/UFG, das cooperativas pesquisadas ao longo dos seus projetos, que um alto percentual de pessoas que trabalham com recicláveis o fazem porque gostam, mostrando um número de 47,06% de catadores afirmando que gostam da profissão, seguido por 15,29% por pessoas que não encontraram um outro trabalho, e 10,59% de pessoas que foram indicados por outras pessoas e gostaram da profissão. Porém, um percentual tão alto quanto, de 66,67% já afirmaram ter sofrido preconceito no trabalho, mostrando a vida estigmatizada que os catadores enfrentam.

A cadeia da reciclagem funciona também basicamente de forma semelhante em todos os municípios brasileiros. O catador separa o material, faz triagem para a venda, no entanto, são poucas as indústrias compradoras, “o que resulta na formação de um mercado oligopsônio, com poucos compradores que possuem alto poder de definição do preço e da qualidade final dos produtos a serem comercializados” (SILVA, 2017, p. 17). As cooperativas acabam tendo que vender para o atravessador, o que tira o lucro do material vendido. A formação em Redes ou Centrais é uma tentativa para não necessitar vender o material para o atravessador, e, por fim, conseguir melhores preços com venda do produto.

Em Goiânia, 6 organizações se uniram e formaram a Cooperativa Central das Cooperativas de Trabalho de Catadores de Materiais Recicláveis de Goiânia “Unidos Somos Mais Fortes” – UNIFORTE. O objetivo da central é buscar melhores condições de comercialização em conjunto dos produtos das cooperativas filiadas, para assim, melhorar suas estruturas, renda dos seus cooperados e proporcionar o fortalecimento e o reconhecimento da categoria como classe trabalhadora (IS/UFG, 2016). Das 6 cooperativas fundadoras da Uniforte, 4 são as que foram pesquisadas e que serão tratadas no capítulo 3.

Segundo dados da IS/UFG (2016), o universo da catação em Goiânia traz consigo um histórico de luta social de alguns grupos por melhores condições de vida e trabalho. Recentemente, o Ministério Público Estadual e a Central UNIFORTE firmaram um acordo⁷ para construção de 5 galpões para as cooperativas, com recursos obtidos através de um TAC entre o MP-GO e uma rede de hipermercados de Goiânia. A prefeitura fez a doação das áreas de 2 mil metros cada, e a UNIFORTE está realizando a execução da obra, que promete ser um grande avanço na estruturação das cooperativas de catadores de Goiânia.

⁷ Informação buscada no site da prefeitura de Goiânia, sobre a gestão municipal dos resíduos sólidos. Disponível em: < <http://www4.goiania.go.gov.br/portal/pagina/?pagina=noticias&s=1&tt=not&cd=13118&fn=true> > Acessado em 05/03/2018.

II. UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO MARGINAL E A CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL

2.1. As possibilidades da emancipação social

Para Singer (2002b), a economia solidária foi desenvolvida no início do século XIX, como uma forma de os operários, pobres e explorados encontrarem formas de trabalho e sobrevivência.

As cooperativas eram tentativas por parte dos trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo. A primeira grande onda do cooperativismo de produção foi contemporânea na Grã-Bretanha, da expansão dos sindicatos e da luta pelo sufrágio universal. (SINGER, 2002b, p. 83)

O maior idealizador da economia solidária, para Singer (2002), foi Robert Owen, que começou a dedicar proteções e melhores condições de labor aos trabalhadores da sua indústria. Em que pese tenha tido a fama de filantropo, Singer (2002) aponta que Owen tinha um projeto de ir além da utopia de boas condições de trabalho. Pensava em ir além, projetando uma mudança profunda no sistema social, visando a abolição da empresa lucrativa capitalista.

As ideias de Owen foram abraçadas pelo movimento sindicalista e cooperativista dos operários. Estiveram ligados estreitamente ao radicalismo da luta de classes, quando os operários, muito mais que reivindicar “melhora salarial e de condições de trabalho” (SINGER, 2002, p. 29), passavam a tentar substituir os patrões no mercado. O movimento cooperativista esteve ligado, dessa forma, ao movimento operário organizado, mostrando-se, já no seu nascimento, como uma proposta de ser alternativa ao capitalismo.

Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo. O projeto grandioso de Owen equivalia ao que mais tarde se chamou de República Cooperativa, e ele a propôs, não à moda dos utópicos da época aos mecenas para que a patrocinassem, mas ao movimento operário organizado, que ainda estava lutando por seus direitos políticos. (SINGER, 2002, p. 33)

Singer liga esta fase inicial do surgimento da economia solidária ao que ele chama de “cooperativismo revolucionário”, mostrando que o movimento da economia solidária pode ser visto como uma crítica operária e socialista do capitalismo. Owen propunha uma mudança

política na sociedade, e é neste mesmo caminho que Singer almeja que a economia solidária caminhe. Muito além de propostas alternativas ao desemprego, Singer pensa a economia solidária como uma forma de criar uma emancipação da classe trabalhadora, para então, criar-se nuances e solidez para uma superação do modo de produção dominante.

Para Singer, a economia solidária aparece diante de um contexto de crises e exploração da classe trabalhadora. É neste mesmo sentido que, tendo seu nascedouro logo após o surgimento do capitalismo industrial, a economia solidária renasce em contextos de “crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país” (SINGER, 2002b, p. 87). Porém, coloca que ela só será viável e se tornará realmente uma alternativa ao capitalismo quando “a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientizar de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social” (SINGER, 2002b, p. 87).

A ideia do empreendimento solidário aparece em Paul Singer como uma prática social transformadora e emancipatória ao apresentar-se como diretriz para a superação do trabalho alienado, permitindo a construção de trabalhadores emancipados e críticos.

O alcance da emancipação social e da autonomia são requisitos básicos para a participação política do homem em uma sociedade excludente, levando-o a entender as contradições infiltradas na sociedade capitalista. Todavia, de acordo com Singer (2002), ao longo das décadas, as conquistas do movimento operário de melhores condições de trabalho e salário, concedeu aos trabalhadores um padrão de classe média, que foi acentuado e generalizado globalmente após a Segunda Guerra, o que, de certa forma, enfraqueceu o movimento operário, que passou a lutar por conservação do emprego e dos direitos garantidos, afastando o trabalhador das lutas emancipatórias e do esclarecimento sobre a alienação do trabalho. Para Singer (2002, p. 109) “em vez de lutar contra o assalariamento e procurar uma alternativa emancipatória do mesmo, o movimento operário passou a defender os direitos conquistados e sua ampliação”.

Os movimentos emancipatórios, presentes dentro dos empreendimentos de economia solidária são os que podem garantir uma efetiva mudança na sociedade e na consciência dos trabalhadores. Para Singer, as contradições do capitalismo criam para a sociedade, em especial para comunidades marginalizadas e excluídas, possibilidades de se redescobrirem como sujeitos capazes de uma auto emancipação. É neste sentido que o autor aponta que, muito além de ser uma resposta às contradições do capitalismo, a economia solidária deixa de ser apenas algo inserido no capitalismo em função “dos vácuos deixados por ele mesmo”, para procurar

própria dinâmica, evoluindo como um projeto político de emancipação social, quando voltando-se às suas origens: de ser uma alternativa “superior ao capitalismo”, procurando uma forma de “organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal” (SINGER, 2002, p. 116). Neste mesmo sentido:

Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma *vida melhor*. (SINGER, 2002, p. 114)

Muito além do lucro gerado em um empreendimento solidário, é importante que ele esteja vinculado aos fundamentos da ES, como a solidariedade, a autogestão e a gestão democrática. Esta última, para Singer, inserida na autogestão. Para a construção de um projeto político de sociedade emancipada, é essencial que se prevaleça a igualdade e por isso, necessário que a economia seja solidária e não competitiva (SINGER, 2002). Também se faz necessário “a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais” (SINGER, 2002, p. 9).

A noção de que o empreendimento a todos pertencem, sabendo que seu sucesso é o sucesso de todos, e seu fracasso, também é o fracasso de todo o grupo, traz a ideia de compartilhamento de responsabilidade, e traz ao cooperado um sentimento de pertencimento ao grupo. A igualdade também é um sentimento que deve haver dentro do empreendimento, sabendo que seu voto, sua opinião, tem igual valor à opinião de qualquer outro associado. As decisões coletivas sobre o empreendimento, sobre o funcionamento do trabalho, as formas de retiradas dos ganhos, são todas tomadas de forma democrática, o que encaminha para o outro princípio importante da economia solidária que é a autogestão, que se contrapõe à heterogestão, hierarquizada e presente nas empresas capitalistas.

Segundo Singer (2002), a forma de administração do empreendimento inserido na economia solidária e da empresa da economia capitalista é o que diferem essencialmente as duas. A heterogestão é caracterizada por uma “administração hierárquica, formada por níveis sucessivos de autoridade, entre os quais as informações e consultas fluem de baixo para cima e as ordens e instruções de cima para baixo” (SINGER, 2002, p. 16). A heterogestão está associada diretamente com a alienação do trabalhador, que cumpre ordens, deve seguir os comandos dos gestores, sem participar do seu trabalho, sem poder emitir opiniões, sem poder ter domínio do seu labor diário, devendo desempenhar seu trabalho com o máximo de esforço

e dedicação, para que atinja alta produtividade e, como consequência, gere altos lucros para um único proprietário, ou grupos de proprietários.

Na organização solidária, a autogestão é a que promoverá possibilidades de emancipação do trabalhador. Na empresa autogerida, os trabalhadores administram democraticamente o empreendimento. Eles se reconhecem naquele trabalho, tomam decisões sobre o empreendimento, conseguem gerir coletivamente a economia e o trabalho. Para os empreendimentos inseridos na economia solidária, a geração de renda também é importante, mas não é o seu objetivo principal. Para o autor, a autogestão tem como mérito principal o desenvolvimento humano que proporciona aos participantes, pois “participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura” (SINGER, 2002, p. 21).

As lutas emancipatórias as quais a economia solidária promove, com uma união dos iguais em luta contra sujeição e exploração, estão ligadas às mesmas lutas em greves, protestos, passeatas, ocupações de terra visando a reforma agrária, porém, “o perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios” (SINGER, 2002, p. 22). Daí a necessidade de uma formação pedagógica emancipatória, o que se aproxima bastante das ideias de Paul Freire e a prática pedagógica de superação da opressão (FREIRE, 2018).

Assim, percorre-se nas possibilidades de trazer ao catador o agir consciente, analisando a partir do processo de emancipação que se remeterá ao campo das lutas sociais e superação da situação de exclusão e marginalidade. O processo de tornar-se autônomo, para atingir a emancipação social advém da ideia de fazer suas próprias escolhas, posicionar-se, emitir suas próprias opiniões.

As populações ditas excluídas e marginalizadas, afastadas de condições dignas de trabalho e vida, a partir das práticas da economia solidária, e sua possibilidade de transformação social, criam possibilidades do desenvolvimento da sua autonomia e de uma emancipação social. A emancipação deve ser vista como um processo tanto individual, quanto coletivo, bem como um processo social, que abrange toda a sociedade.

Neste mesmo pensamento, Freire (2018) defende uma formação na qual todos possam se emancipar, através de uma luta libertadora, que “só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e os opressores” (FREIRE, 2018, p. 30). E ainda, destaca que, por meio da união dos homens é que se constrói a possibilidade de mudança, formando uma consciência em busca da transformação da realidade que oprime.

Freire trabalha com o conceito de autonomia como a capacidade de agir por si, de poder escolher e expor ideias. É nesse contexto que se analisa a formação do catador de reciclável, quando inseridos em empreendimentos que se pratica autogestão. Na prática autogestionária, o trabalhador verá possibilidades de mudanças sociais, mudando a si próprio, o que possibilitará a construção de uma emancipação social.

Os catadores, imersos em uma situação de opressão social e exclusão, têm a possibilidade de se inserirem em um processo de emancipação, de tomada de consciência de sua realidade, libertando-se das situações que os oprimem, quando envolvidos nos empreendimentos de economia solidária, transformando sua realidade em uma luta dos oprimidos, pela “recuperação de sua humanidade roubada” (FREIRE, 2018, p. 40). O processo de libertação de sua situação de opressão há de ocorrer para os catadores oprimidos, que passam a reconhecer que estão inseridos em uma estrutura injusta que gera as situações de desigualdades, levando-os a um processo de luta pela humanização do seu trabalho.

O sentido da busca de uma vida autônoma e emancipada, para os catadores, requer que seja também reconhecido que dentro de cada oprimido também pode ser que se hospede um opressor, o que impede práticas autogestionárias e verdadeiramente democráticas dentro de um EES. Assim, há surgimento, dentro da dinâmica dos empreendimentos, de figuras líderes que, ao invés de agregarem a solidariedade e a autogestão, na prática, afastam as possibilidade de aplicação dos princípios da economia solidária nos empreendimentos. Neste sentido, Freire (2018):

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. (FREIRE, 2018, p. 43).

Dessa forma, extrai-se do pensamento de Freire que em vez de os oprimidos buscarem a libertação, lutando por ela, tendem a ser opressores também. Somente na luta pela libertação, tendo o oprimido reconhecimento da realidade opressora, é que se pode alcançar a superação da sua condição de oprimido e também opressor. Freire (2018) ainda aponta que o dilema ao qual os oprimidos têm de enfrentar é a expulsão do opressor de dentro de si:

A libertação, por isto, é um parto. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos. A superação da

contradição é o parto que traz ao mundo este homem novo não mais opressor; não mais oprimido, mas homem libertando-se. (FREIRE, 2018, p. 48)

O pensamento freiriano irá aproximar-se de Singer também no momento em que Freire (2018) coloca que a prática da educação libertadora implica o poder político, porém, como os oprimidos não o tem, para se realizar esta pedagogia antes da revolução, há de serem realizados os “trabalhos educativos”, com os oprimidos, no processo de sua organização. Singer, no mesmo pensamento, destaca a atuação das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP), que “organizam comunidades periféricas em cooperativas mediante a incubação, um complexo processo de formação pelo qual as práticas tradicionais de solidariedade se transformam em instrumentos de emancipação” (SINGER, 2002, p. 123).

São as incubadoras que irão realizar essa prática educativa, de aproximação com os catadores, de diálogos com eles, afastados da ideia de depósito de “propaganda libertadora”, a qual Freire critica. O diálogo e a pedagogia exercida dentro dos EES, pelas incubadoras mostram-se cruciais neste processo de libertação e superação da condição de oprimidos.

Freire (2018) entende que a pedagogia humanista e libertadora terá o primeiro momento, no qual “os oprimidos irão desvelar o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com sua transformação” (2018, p. 57); e o segundo momento, quando esta pedagogia passará a ser a dos homens em processo de permanente libertação. A ideia freiriana trazida na Pedagogia do Oprimido, de que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”, aproxima-se bastante das ideias de solidariedade presentes em Singer. Os conceitos de união, de organização, de luta, (presentes na solidariedade e autogestão de Singer) são colocados por Freire (2018) como taxados de perigosos, “e realmente o são, mas para aos opressores. É que a praticização destes conceitos é indispensável à ação libertadora” (FREIRE, 2018, p. 190).

A consciência de classe, e uma consciência revolucionária, fazem-se presentes em Singer (2002) e Freire (2018), mostrando que são os oprimidos organizados e unificados que detêm a força transformadora, tornando o mundo mais humano, mais solidário. Singer aponta para a economia solidária como possibilidade de construção de um mundo diferente, superando as situações de opressão, em busca de libertação, como explana Freire. Necessário se faz uma formação política emancipatória das classes oprimidas.

2.2. Uma crítica à economia solidária: a inclusão marginal

A economia solidária enfrenta duras críticas, que a colocam como um modelo utópico, que apenas serve para colocar mão de obra barata e desqualificada à serviço das grandes empresas do grande capital, afastando o trabalhador das lutas políticas e verdadeiramente emancipatórias. Wellen (2012), como um dos maiores críticos da economia solidária afirma:

Não somente inexiste uma falta de fundamentação teórica na “economia solidária”, mas esta insuficiência também está presente nos postulados políticos e organizativos. Mesmo que já integre cerca de vinte mil experiências, a “economia solidária” ainda enceta os primeiros passos organizativos, políticos e ideológicos para conformar suas diretrizes. Ainda que este projeto social seja apresentado pelos seus representantes como um fenômeno social avançado e capacitado à promoção de mudanças estruturais, evidências acerca de suas limitações são apreendidas por qualquer análise sóbria sobre a “economia solidária”. (WELLEN, 2012, p. 21)

Wellen (2012) salienta que a economia solidária transforma-se em forma ideológica e enganosa para intensificar processos de alienação humana, precarizar o trabalho e contribuir para que o trabalhador permaneça subjugado ao interesse do capital.

Esta crítica coloca que a economia solidária acaba por se tornar ou formas de exploração do trabalho ou mero assistencialismo, que não consegue promover reais transformações na vida do trabalhador, estando longe de ser um projeto político emancipador. Sobre as experiências da economia solidária, Wellen aponta que, “na sua essência, não apontam nem para uma funcionalidade contrária ao capitalismo e sua consequente defesa dos trabalhadores e de implementação de espaços igualitários e democráticos, nem para uma atuação autônoma e sem laços com instituições capitalistas” (Wellen, 2012, p. 56). O autor ainda aponta que os EES são solos férteis para se alargar as jornadas de trabalho, baratear a mão de obra e precarizar o trabalho. Ademais, tornam propício que se surjam as cooperativas fraudulentas conhecidas no mercado brasileiro, que usam da mão de obra cooperada para desvirtuar as relações de emprego, alienando o trabalhador e o explorando.

Neste mesmo sentido, há críticas sobre as políticas públicas sobre o cooperativismo e a economia solidária que as colocam como políticas assistencialistas que não promovem uma verdadeira emancipação do trabalhador. Tais críticas atingem por exemplo, a criação da SENAES, os investimentos em chamadas públicas editalícias para fomento e criação de empreendimentos de economia solidária.

Demo (2006) defende que no contexto neoliberal, a desigualdade persiste como regra do sistema. Assim, políticas sociais aparecem, em sua maioria, como inclusão marginal do pobre, suprimindo suas poucas necessidades, porém, não suficientes para um verdadeiro desenvolvimento da cidadania.

O autor propõe que os pobres não estão excluídos do sistema, mas sim, empurrados à margem, colocando que os “modos de inclusão neoliberal são sempre contaminados de dinâmicas excludentes, porquanto a lógica do sistema, não podendo ser mudada, digere inclusões tipicamente marginais” (DEMO, 2006). Assim, o autor aponta que as políticas públicas de desenvolvimento social estão marcadas por vícios e mecanismos que meramente se propõem a acomodar o pobre no sistema neoliberal, não permitindo reais transformações sociais.

Para aqueles que criticam a economia solidária, as políticas públicas de promoção da inclusão social do catador, são meras práticas de inclusão marginal, como, por exemplo, quando a PNRS (BRASIL, 2010) estabelece que os Poderes Estatais irão elaborar políticas de financiamento e desenvolvimentos das cooperativas de catadores, destinando os resíduos sólidos obrigatoriamente às cooperativas, que também receberão o apoio público para seu desenvolvimento e manutenção.

A inclusão neoliberal marginal proposta pelo autor, no contexto da economia solidária, surge como um argumento de ser uma forma de marginalizar o pobre ainda mais. As críticas que advém sobre o cooperativismo popular inserem-se na questão de que o efeito emancipatório “desaparece na própria precariedade das ofertas” (DEMO, 2006). Nesse sentido, Demo aponta que:

O discurso atual sobre “inclusão”, levemente difundido em políticas públicas, tem por função crucial encobrir a face dramática da marginalização, combatida com paliativos crescentes que tipicamente incluem na margem. Mesmo assim, tais políticas detêm um lado correto e imprescindível, ou seja, da assistência como direito de cidadania, porque sobreviver é direito. O problema é que, à sombra desta face correta, tende-se a vender assistência social como política social quase exclusiva, acomodando multidões pobres com sobras orçamentárias através de transferência de renda. No mínimo, ignora-se a marca neoliberal deste tipo de política, completamente subordinada à lógica do mercado. (DEMO, 2006)

Ainda, Wellen (2012) critica as possibilidades de uma construção diferente e emancipadora da economia solidária e ressalta que suas boas vontades e ações são insuficientes para romper com a ordem do capital. Este autor coloca que há, de certa forma, um retrocesso

da luta dos trabalhadores na medida em que não explicita a emancipação da classe trabalhadora, que atua como um vetor da terceirização e precarização da força de trabalho.

Para o autor, a “economia solidária” se propõe para uma geração de emprego e renda para os trabalhadores, mas não a um projeto de emancipação política ou de emancipação humana, afirmando que “a realidade das cooperativas de trabalho expressa uma função social de retrocesso das conquistas trabalhistas” (WELLEN, 2012, p. 222). Ao modelo do que é colocado por Demo, a economia solidária estaria longe de ser um projeto de emancipação, aproximando-se de uma inclusão marginal das classes mais pobres no sistema, para que os pobres continuem pobres, porém, sem o incômodo social às classes abastadas.

Wellen (2012) aponta na sua obra vários exemplos e críticas que colocam a economia solidária como uma forma de precarizar o trabalho, alienar o trabalhador e fazer uma inclusão marginal, mascarada de uma inclusão social. Afirma, em toda sua obra, que não é possível que haja emancipação do trabalhador perante o capital e situações de exploração.

Uma dessas críticas é também sobre o distanciamento dos empreendimentos com as questões da autogestão, bem como a dependência desses empreendimentos de “representantes das classes dominantes” (WELLEN, 2012, p. 60). O autor utiliza dados da SENAES (WELLEN 2012, p. 68 a 71) para enfatizar que poucos são os empreendimentos que surgiram da união dos trabalhadores, de uma possível consciência de classes, como por exemplo, na recuperação de empresas, dizendo que “equivoca-se, segundo dados da Senaes, ao inferir uma relação direta destas com a luta dos trabalhadores pela ocupação de fábricas capitalistas ou de terras para reforma agrária (WELLEN, 2012, p. 71)

Sobre a autonomia do empreendimento e dos trabalhadores, importante ressaltar que de acordo com Silva (2017), os fundamentos da autogestão estão ligados aos requisitos e envolvimento dos trabalhadores com a gestão coletiva e autônoma do seu empreendimento. A autogestão entrará nesta lógica em contraposição à heterogestão, hierarquizada, com níveis de autoridades diferenciados, decisões conhecidas como “de cima para baixo”. Nos marcos legais sobre o cooperativismo, como, por exemplo, na Lei 12.690/12 (BRASIL, 2012), o artigo 2º, § 2º, quando estabelece sobre a autogestão, traz a definição de um dos pilares do cooperativismo, o que, para muitos autores, aparece como uma definição vaga e inconsistente:

§ 2. Considera-se autogestão o processo democrático no qual a Assembleia Geral define as diretrizes para o funcionamento e as operações da cooperativa, e os sócios decidem sobre a forma de execução dos trabalhos, nos termos da lei.

Há muitas críticas sobre a autogestão nos EES, apontando no sentido de uma incapacidade dos cooperados em gerirem seus negócios. Como coloca Martins (2002), as cooperativas de uma forma geral, e também a de catadores de materiais recicláveis, deparam-se com dificuldades para desenvolver a autogestão em seus empreendimentos, pois passam a ter o controle do processo de produção, porém são obrigados a negociar com o Estado ou o capital privado, em busca de apoio.

Durante o processo de negociação, estes terceiros podem assumir o controle dos movimentos que se propunham a ser autônomos, comprometendo a autonomia dos trabalhadores e do próprio empreendimento. Dessa forma, “tal fato retira a autonomia dos trabalhadores, pois para ser competitiva esta deverá adotar outro padrão de gestão, nos moldes daqueles preconizados pelas relações de trabalho capitalistas” (MARTINS, 2002, p. 17).

O produto híbrido desses processos de incorporação de práticas sociais detém parte da originalidade da intenção que as geraram: inicia-se uma transmutação a partir da adoção de temas, bandeiras de luta, expressão de necessidades sociais, difusas ou localizadas, de segmentos de trabalhadores. Invariavelmente, as organizações incorporam as reivindicações, as necessidades e as estruturas hierárquicas dos movimentos autônomos – antes livres – metamorfoseadas para atender à ordem vigente. (MARTINS, 2002, p. 17).

Neste mesmo sentido, Wellen (2012) aponta que os EES não são capazes de uma negociação com os compradores direto dos seus produtos, apontando para uma crítica da impossibilidade de se construir um empreendimento verdadeiramente autogerido e autônomo.

A determinação da elevada precariedade dessa relação de trabalho é resultante direto do nível hierárquico dentro da cadeia produtiva formada pelas relações mercantis das grandes empresas com seus fornecedores (sejam de produtos ou de mão de obra) e, no caso analisado, com as cooperativas usadas para terceirizar a produção. (WELLEN, 2012, p. 224)

Ainda, Wellen coloca que os empreendimentos, em sua maioria, não conseguem a garantia de direitos básicos mínimos, como férias, salário mínimo, descanso semanal remunerado, uso de equipamentos de proteção individual e aposentadoria. Além de apontar que as condições precárias de trabalho “condicionam um sentimento que deprecia o potencial revolucionário dos trabalhadores” (WELLEN, 2012, p. 237). Para os críticos da economia solidária, os empreendimentos jamais conseguirão ser autônomos e, por consequência, tornarem-se uma real possibilidade de construção de uma emancipação social. As práticas de inclusão social dentro de uma sociedade neoliberal são inevitavelmente marginais, e as práticas

que não são verdadeiramente emancipadoras mostram que quanto mais gente está incluída, “mais os ricos sempre se incluem mais ainda”, como aponta Demo (2006):

Mesmo em sociedades neoliberais é possível combater a desigualdade social, desde que não seja apenas efeito indireto do mercado, nem artimanha de programas sociais que fazem da população mero beneficiário. Incluir na margem é a estratégia mais vigente de acomodar o pobre. Trabalham-se suas necessidades materiais, em geral muito prementes, mas evita-se cultivar sua cidadania, porque seria incômodo para o mercado e seus programas sociais perceber que pobreza é apenas “gerida”, não enfrentada (Oliveira/Rizek, 2007). (DEMO, 2006)

Para Demo (2006), o grande problema ocorre quando não se propõe uma formação política daqueles que se pretende incluir, aos mesmos moldes de Wellen (2012). Neste sentido é que as críticas colocam que as políticas que envolvem a EES não permitem reais transformações, estando somente vinculados a assistencialismo, comprovando que o grande problema dessas populações marginalizadas não está somente nas questões econômicas, mas sim, políticas, e “o que mais compromete a mudança é a pobreza política da população que não sai da condição de beneficiária”. (DEMO, 2006).

O autor fala sobre os problemas que acarretam em situações de inclusão marginal, como, por exemplo, o barateamento da mão de obra, “usar trabalhadores sem proteção legal e facilidades do mercado informal no mundo subdesenvolvido” – uma das questões levantadas por Wellen que a economia solidária produz. É corrente nas críticas sobre políticas que não promovem uma verdadeira autonomia, que “o feito emancipatório por vezes apregoadado desaparece na própria precariedade das ofertas” (DEMO, 2006).

Nesta perspectiva é que analisaremos essas críticas, observando em qual patamar de desenvolvimento, inclusão e promoção da emancipação social as cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Goiânia se encontram, bem como seu alcance para a promoção de uma verdadeira emancipação social, buscando analisar, na prática das experiências dos EES.

III. IMERSÃO NAS COOPERATIVAS DE CATADORES: UMA ANÁLISE PARA ALÉM DOS RESULTADOS

3.1. Panorama geral dos catadores de Goiânia e dos catadores pesquisados

Atualmente, em Goiânia, a realidade geral que permeia o universo da catação é que os catadores já passaram por um processo de união em cooperativas que, por sua vez, já passaram ou estão passando pela etapa de formalização, assessoramento técnico e pedagógico através dos projetos da IS/UFG ou pelo apoio de órgãos públicos. Para se ter uma noção geral sobre as características das cooperativas pesquisadas, comparar-se-á, neste tópico, os dados obtidos na ida a campo com os dados secundários obtidos pela IS/UFG (2016).

De acordo com dados da IS/UFG (2016) foi feito um cadastro de 578 catadores no município de Goiânia unidos em cooperativas, sendo 239 homens e 339 mulheres. Em Goiás, estão cadastrados 1185 catadores, totalizando 486 homens e 700 mulheres, conforme demonstra a tabela seguinte:

Tabela 1. Total de catadores de materiais recicláveis cadastrados em Goiás

Município	Homens	Mulheres	Total
Goiânia	239	339	578
Aparecida de Goiânia	15	47	62
Anápolis	57	57	114
Senador Canedo	41	66	107
Hidrolândia	15	18	33
Nerópolis	37	17	54
Trindade	9	23	32
Nova Veneza	11	5	16
Minaçu	3	9	12
Varjão	3	6	9
Santo Antônio de Goiás	3	10	13
Vicentinópolis	1	12	13
Bela Vista	3	27	30
Guapó	3	7	10
Goianira	19	34	53
Bonfinópolis	1		1
Inhumas	5	5	9
Corumbáiba	6	4	10
Acreúna	12	11	23
Itapuranga	3	3	6
Total	486	700	1.185

Fonte: Incubadora Social da UFG, 2016.

Em todo o Estado de Goiás, percebe-se elevado número de mulheres envolvidas no universo da catação, totalizando 700 catadoras. Em Goiânia, esse número é de 339, em

contraposição aos trabalhadores do gênero masculino, que soma-se em 239. Segundo os dados (IS/UFG, 2016), os cooperados afirmam que as mulheres têm apresentado maior interesse e sensibilidade para às propostas da economia solidária, estando também à frente da liderança da maioria das cooperativas populares. Nas cooperativas pesquisadas, as mulheres ocupam o papel da liderança, apesar de nem sempre serem a maioria nos empreendimentos.

Tabela 2. Total de catadores pesquisados e distribuição da participação e liderança conforme o gênero nas cooperativas pesquisadas

Cooperativa	Total	Homens	Mulheres	Presidente
Cooperrama	40	29	11	Mulher
Coopermas	15	7	8	Mulher
Cooperec	21	6	15	Mulher
Acoop	15	5	10	Homem
Total	107	55	52	-

Elaboração Própria

Ainda de acordo com os dados obtidos na IS/UFG (2016), a maioria dos catadores cadastrados em Goiás, no percentual de 39,33%, estão na faixa etária entre 18 a 30 anos. Nas cooperativas pesquisadas, a maioria dos cooperados entrevistados, em um percentual de 33,33% possuem idade entre 31 e 44 anos.

Tabela 3. Distribuição geral de idade nas cooperativas de Goiás e nas cooperativas pesquisadas

Idade	Cooperativas em Goiás (IS/UFG)	Cooperativas pesquisadas (Ida a campo)
Menor de 18	5,71%	0%
18 a 30	39,33%	20%
31 a 44	31,46%	33,33%
45 a 55	8,89%	20%
56 a 69	11,24%	26,66%
Acima de 70	3,37%	0%

Elaboração própria

Outro importante dado obtido através dos estudos da IS/UFG e da ida em campo na presente pesquisa é com relação ao nível de escolaridade dos cooperados. Como aponta a IS/UFG (2016), os associados apresentam baixo nível de escolaridade. Os dados gerais de todo o estado de Goiás apresentam 46,51% com uma formação educacional inexistente ou deficitária, dentre eles analfabetos, ou que possuem ensino fundamental concluído pelo EJA ou incompleto. Nas cooperativas envolvidas na presente pesquisa, apurou-se que 66,65% das pessoas não possuem o primeiro grau completo, sendo que somente duas pessoas possuem o

ensino médio, uma completo e outra somente o 1º ano, e somente uma pessoa possui o ensino técnico.

Tabela 4. Distribuição geral de escolaridade nas cooperativas de Goiás e nas cooperativas pesquisadas

Escolaridade	Cooperativas em Goiás (IS/UFG)	Cooperativas pesquisadas (Ida a campo)
Não alfabetizado	16,28%	6,66%
Ensino Fundamental 1ª a 4ª séries	27,90%	26,66%
Ensino Fundamental 5ª a 8ª séries	27,91%	20%
Ensino Médio	16,28%	20%
Ensino Fundamental EJA 1ª a 4ª séries	2,33%	6,66%
Ensino Fundamental EJA 5ª a 8ª séries	5,84%	13,33%
Ensino Técnico	2,33%	6,66%
Ensino Superior	1,13%	0%

Elaboração própria

A formação educacional dos catadores se mostra como uma peça chave para melhor compreensão das ideias da economia solidária e práticas da emancipação social. É perceptível o universo opressor no qual os catadores vivem: a maioria não teve acesso à educação básica. Porém, mesmo com uma educação formal deficitária, alguns entrevistados mostraram grande conhecimento das ideias da economia solidária, bem como a importância do seu trabalho para a gestão adequada dos resíduos sólidos, na contribuição de um meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado. Dona Maria, cooperada da Cooperrama, de 60 anos, que está na cooperativa há 11 anos, entende que seu trabalho é de fundamental importância para toda a sociedade, e, apesar de possuir estudo apenas até a 3ª série, do ensino fundamental, mostra compreender a importância da educação, assim como Maria de Lourdes, presidente da Coopermas. A cooperada Sueli, da Cooprec, também tem consciência da importância do seu trabalho. Já Maria Elisângela, da Acop, acredita que o preconceito e não saber sobre a separação adequada do material reciclável, é falta de caráter.

A cooperativa, ela encorpa em todos, sabe? Em todos os cooperados. Isso aqui é o benefício, benefício do meio ambiente. Tudo esse benefício, nós temo que unir e trabalhar, porque Deus fez a matéria prima, né? Eu amo isso aqui. O coração do Brasil está na minha mão. Bem aqui ó [apontando para o coração dela]. O futuro das nossas crianças, dos nossos idosos. No começo assim, tudo nós corrige. Trabalhando, conversando. Conscientizando. Reciclar pessoas né. Reciclar que eu falo, não digo reciclar pessoas. É assim... educar. Educar, pra

saber conversar, saber lidar com as coisa (Dona Maria., Cooperada Cooperrama).

A maioria das pessoas não faz isso não [*a separação adequada dos materiais*]. Mistura o reciclado com o de cozinhas, de banheiro. Eu falo pra você: a coleta seletiva ainda tá assim, muito assim, as pessoas não tem consciência de ter uma coleta seletiva, de ter uma educação, né? Muitas vezes, a maioria do material já tem contaminado porque mistura lixo de banheiro com material reciclável, lixo de cozinha, às vezes tem até bicho, pedaço de frango, essas coisas, mistura tudo com o material. Aquele material tá contaminado (Maria de Lourdes, Presidente da Coopermas).

As pessoas deveria valorizar mais. Porque é um trabalho que a gente está defendendo a natureza. (Sueli. Cooprec)

O povo tem muito preconceito. Educação ambiental todo mundo sabe. O que falta é caráter mesmo. (Maria Elisângela Acop)

Os cooperados entrevistados, de uma maneira geral, têm muita timidez ao falar, apesar de alguns demonstrarem mais expressividade. Os cooperados mais antigos, que participaram de oficinas pedagógicas da IS/UFG, bem como aqueles que têm mais envolvimento com a cooperativa e com o Movimento Nacional dos Catadores costumam apresentar mais desenvoltura, defendem com mais consciência seu trabalho, possuem melhor entendimento da prática coletivista e do que é uma cooperativa popular solidária. Durante as entrevistas e a entrada a campo, alguns apenas respondiam estritamente o que era perguntado, não tiveram paciência e, em duas cooperativas, dois cooperados mostraram total desinteresse com a entrevista.

3.2. A visão da Incubadora Social

As cooperativas de Goiânia tiveram, de uma forma geral, no início dos anos 2000, o seu nascedouro de formação e organização, juntamente com a ascensão da coleta seletiva e da PNRS. Inicialmente, organizar os catadores, que se encontravam nos lixões ou trabalhando nas ruas, fazendo reuniões, mostrando, nas rodas de conversa, o que era uma cooperativa popular, um empreendimento solidário, ou até mesmo organizar os trabalhadores que moravam nas periferias e demonstravam algum interesse nas cooperativas, foi um trabalho dificultoso para aqueles que se envolveram nesse processo de formação inicial. Segundo dados da IS/UFG (2016), foi observado, durante esse período, uma migração dos catadores para os lixões de outros municípios.

Não se pode afirmar os motivos que levaram a essa migração, mas percebeu-se que a desconfiança na capacidade das instituições em manter um programa de coleta seletiva eficiente, capaz de gerar renda compatível com o ganho obtido nos lixões, foi sempre o principal argumento a justificar tal movimentação. (...) Outro fator observado foi a cooptação dos catadores pelos sucateiros locais a instigar a não participação na cooperativa sob pena de perda do “apoio” financeiro aos produtos de seu trabalho de catação nas ruas ou lixões. Em determinados locais de maior densidade, foram identificados até três níveis de intermediação dentro do próprio lixão. Em vários momentos ocorreram interferências desses intermediários nas reuniões preparatórias junto aos grupos de catadores visando desestabilizar o processo de organização e desinformá-los sobre as propostas quanto ao funcionamento do programa de coleta seletiva e das cooperativas, pois com o advento da cooperativa, tiveram os seus interesses contrariados. (IS/UFG, 2016)

A IS/UFG desempenhou importante papel na formalização dos EES em Goiás. Os exploradores dos trabalhadores, quando perceberam o interesse dos catadores na possibilidade de união em cooperativas, começaram a coagi-los e a intimidá-los. O processo pedagógico desempenhado nas cooperativas era lento e demandava muito diálogo com o catadores. Aos moldes defendidos por Singer (2002), a economia solidária se reascendeu neste grupo de catadores com o apoio de várias instituições. Nas cooperativas pesquisadas, a Cooperrama teve o apoio da Incubadora Social. A Coprec e a Coopermas se desenvolveram no âmbito da igreja católica. A Acop nasceu do movimento dos catadores e, concomitantemente, com o apoio da IS/UFG. Nesse sentido, aponta Singer:

“Cumpre observar, no entanto, que a reinvenção da economia solidária não se deve aos próprios desempregados e marginalizados. Ele é obre também de inúmeras entidades ligadas, ao menos no Brasil, principalmente à Igreja Católica e a outras igrejas, a sindicatos e a universidades. São entidades de apoio à economia solidária, que difundem entre trabalhadores sem trabalho e microprodutores sem clientes os princípios do cooperativismo e o conhecimento básico necessário à criação de empreendimentos solidários. Além disso, estas entidades de apoio treinam cooperadores em autogestão e acompanham as novas empresas dando-lhes assistência tanto na realização de negócios como na construção do relacionamento interno da cooperativa” (SINGER, 2002, p. 113)

A conversa entre os trabalhadores se deu de formas bastante diversificadas. Houve intromissão daqueles que exploravam trabalhadores nos lixões, mostrando uma nítida interferência negativa para não deixar que se propagasse os ideais de uma cooperativa popular, barrando um provável início de um empoderamento das populações marginalizadas e periféricas. No início do processo de formação das cooperativas, o que mais dificultou o trabalho foi a mudança de concepção do que é uma gestão solidária, do que seria unir os

catadores em um lugar só, para trabalhar em coletivo. Outro impasse encontrado também foi a situação de exclusão que os catadores se encontravam.

As pessoas são individualistas e competitivas. Isso eu não canso de falar, porque isso é uma constatação no âmbito dos catadores, principalmente os que estão fora de cooperativa. Sei muito bem isso, dos lixões onde a gente ia começar a organizar as cooperativas, a dificuldade que era começar a entender, de sair desse espaço do eu, do meu, para o nós, nosso. Aí você pergunta por que isso acontece? Aí você vai ver, poxa, está ligado à experiência de vida deles. Eles passaram a vida, 10 anos, 20 anos, vivendo e vivenciando isso no dia a dia. Chegar primeiro no monte, chegar primeiro no melhor material, pegar isso aqui, isso é meu. Aquela coisa. Aí você tenta trazer isso para dentro da cooperativa, e mudar isso, “não, isso agora é nosso, eu também sou dono, eu também sou responsável, somos nós. É uma mudança de cultura mesmo. Então há uma dificuldade desse entendimento mesmo, principalmente os que estão ingressando agora nas cooperativas, os mais novos, que não passaram pelo processo de formação, de experiência, de exercício dessa prática de autogestão. Então, vai existir sempre essa questão de você encontrar pessoas que ainda não tenham o entendimento completo do próprio funcionamento da cooperativa. (Fernando, Incubadora Social)

Bem, como sabemos a desigualdade social, não somente é fruto do nosso país, tá longe de alcançarmos uma mudança no sentido real da palavra, pois o próprio conceito perpassa por contradições históricas, sociais e principalmente de classe. No Brasil, não poderia ser diferente, imagina quando se regionaliza? Já que, a nossa desigualdade, se fortaleceu ao longo de um passado mutilador e que pagamos o preço até hoje, porque as diferenças sociais gritante nas distribuições de renda, que agrava o aumento entre os mais pobres e os ricos do nosso país são alarmantes e excludentes e a falta de investimento para solucionar essa problemática e dificultando a equiparidade entre esses grupos tão marginalizados. Em relação à exclusão social, ela é danosa, pois ela já elimina qualquer participação de grupos vulneráveis. (Flávio, Incubadora Social)

Inicialmente, o choque que essa população enfrentou, de mudança de entendimento de um senso individualista, para um pensamento em prol do coletivo, foi um trabalho árduo daqueles que se envolveram no processo de formação da cooperativas. Ainda, a situação de exclusão social e pobreza que muitos catadores enfrentavam foi um grande entrave para o processo pedagógico inicial. Para o catador, sair das ruas, sair do lixão, para agora se associar e entender que “unidos somos mais fortes”, foi um momento que demandou dos grupos de formação, práticas pedagógicas e políticas sobre a economia solidária e o cooperativismo popular.

Diferentemente do que ocorreu na Inglaterra com o cooperativismo em Robert Owen e os modelos de Rochdale, que nasceu de um movimento dos operários, vinculados a uma provável consciência de classe e libertação do julgo do capitalista, a formação do cooperativismo popular de catadores, em Goiânia, no geral, não ocorre com base numa

formação política e social de consciência de classe. Primeiramente, os catadores buscam sobrevivência. Após o despertar por alguns grupos, começa a nascer o pensamento coletivo dos catadores e então, ele adquire força e noção de mobilização social e então, começa o despertar para uma consciência social e política. Os envolvidos nos projetos com catadores sempre destacam a importância dos cursos e das práticas pedagógicas de gestão.

Eu destacaria que, também, que o sucesso dos cursos ofertados aos cooperados só foi possível grato à confiança dos cooperados junto aos técnicos da incubadora, pois todas as atividades pedagógicas eram propostas através de discursões sobre a realidade dos catadores e seu contexto social e sua identidade de catador, pois eram durante essas discursões que os impasses eram colocados em pautas e solucionados, levando o grau de sensibilização e conscientização dos assuntos abordados pelos técnicos da incubadora. (Flávio, IS/UFG)

Os cursos ofertados pela Incubadora Social da UFG foram fundamentais para a mudança de pensamento e da realidade dos catadores de Goiânia, não só para os catadores, mas também para os técnicos, que aprenderam e evoluíram no lidar com este público, nas práticas pedagógicas e no desenvolvimento de ideais de inclusão social.

Os cursos, não só foram importantes para os próprios catadores como também para os próprios técnicos que atuam junto ao projeto, pois após as reuniões, os técnicos através de conversas, reviam suas atuações frente às demandas das cooperativas. Não vejo como é possível todos não saírem transformados. A experiência obtida através do Projeto Cata Sol, a meu ver, foi uma experiência incrível e transformadora, principalmente no uso da metodologia adotada pela incubadora, na aplicação de todos os cursos, que é a busca de soluções democráticas, que é o combinou, tá combinado, que traz, no momento se sua aplicação, um grau de participação maior para todos os catadores e catadoras. (Flávio, IS/UFG)

Vários membros da IS/UFG estão ligados há 10 anos com os projetos sobre o cooperativismo e a economia solidária. Muitas são as dificuldades que as cooperativas enfrentam, mas os entrevistados da IS/UFG acreditam no trabalho que desempenham. Percebem que as oficinas de autogestão, as rodas de conversas sobre democracia, as práticas pedagógicas sobre solidariedade e direitos dos trabalhadores mostram para os envolvidos diretamente nesses projetos que há implementação de uma consciência social e política, de uma necessidade de luta por direitos. No geral, fazem um balanço positivo sobre a atuação da equipe da IS/UFG, em que pese terem apontado as dificuldades que enfrentam, em especial com relação à rotatividade nas cooperativas. E, ainda, apontam os obstáculos em lidar com as

situações de extrema pobreza de alguns cooperados, assim como a falta de continuidade do apoio público.

A Cooperrama, especificamente, você tem muitos cooperados novos. E que não passaram por aquele processo todo que a gente fez ao longo dos projetos. Mas, ainda tem aqueles mais antigos que estão passando, a seu jeito, as regras de funcionamento. Eles tem feito reuniões, tem feito tomadas de decisões. Mas assim, a gente entende isso, é normal. O que eu falo muito Vanessa, é assim, é muito difícil você trabalhar com pessoas que tem uma experiência de vida anterior já sedimentada. (Fernando, IS/UFG)

Os resultados foram bons, pois atingimos e ultrapassamos algumas metas principalmente no número de empreendimentos. (...) Tivemos bons resultados junto aos técnicos e aos cooperados. Enquanto, os erros, por questão de tempo e atrasos não foi possível alcançar outras metas e objetivos do projeto, mas faz parte em todo projetos e principalmente cuja demanda são os catadores como público-alvo, porque existem demandas pontuais e particulares deste grupo tão marginalizado socialmente em nosso país. (Flávio, IS/UFG)

Outro ponto [a ser melhorado] seria a visão dos próprios catadores diante dos empreendimentos. O que quero dizer é a ideia de pertencimento, pois é importante para tomada de reconhecimento e a busca por seu lugar de fala. Nos futuros projetos, espero que intensifiquem com metas para esse propósito. (Flávio, IS/UFG)

Eu fico satisfeito com o que eu vejo. Todo mundo que vai nas cooperativas, percebem. Só que não tem o retorno da linguagem acadêmica. E nem precisa. Tem uns que até chegam perto. O importante é saber como é a forma de perguntar. (Fernando, IS/UFG)

Os dados obtidos na Incubadora Social (IS/UFG, 2016) mostram também a satisfação daqueles que vivenciaram de perto a melhoria de vida dos catadores, o despertar de uma consciência social e política, mesmo que ainda tímida em algumas pessoas. A satisfação no resultado dos projetos é perceptível naqueles que vivem a economia solidária na prática, em que pese encontrem dificuldades na caminhada, mas que entendem não diminuir a importância do projeto.

3.3. As cooperativas pesquisadas: uma construção comparativa entre emancipação social e inclusão marginal

Para ilustrar e equiparar as possibilidades de construção da emancipação social e da inclusão marginal, procurou-se, neste momento, elaborar uma tabela comparativa e elencar alguns critérios objetivos, de análise das cooperativas pesquisadas sobre quais aspectos

estariam os EES ligados de forma mais aproximada à emancipação social e quais estariam aproximados à ideia de inclusão marginal.

Dessa forma, foram elaboradas duas colunas: à esquerda, a inclusão marginal; e à direita, a emancipação social. As categorias de análise escolhidas foram as de numeração 1, 2, 3 e 4, sendo: 1- Competição x Solidariedade; 2- Heterogestão x Autogestão; 3- Gestão Hierarquizada x Gestão Democrática; 4- Trabalho precário x Direitos Sociais e fundamentais. A escolha dessas categorias foi com base nos três principais princípios da economia solidária, quais sejam: solidariedade, autogestão e gestão democrática, que são as categorias da emancipação social.

Para contrapor-se a eles, foram criadas categorias da inclusão marginal: a competição, a heterogestão e a gestão hierarquizada. A quarta categoria refere-se ao trabalho precário, como categoria da inclusão marginal; e aos direitos sociais fundamentais, como categoria da emancipação social, eis que entende-se importante analisar as condições de trabalho nas cooperativas.

Cada uma das 4 categorias é subdividida em 3 características. Por exemplo, a categoria 1 Competição x Solidariedade, é subdividida entre: 1.1 Relacionamento conflituoso x Bom relacionamento entre os associados; 1.2 Falta de empatia entre os associados x Ajuda mútua e empatia no trabalho; e 1.3 Pensamento individualista x Pensamento coletivo de união. Da mesma forma, ocorre com as demais categorias.

Enquadrar um EES, de forma objetiva entre “sim” e “não” mostrou-se impossível, eis que as relações pessoais e sociais não se demonstraram prontas e exatas. Nesse sentido, procurou-se estabelecer um medidor gradual, de forma que, à medida que o medidor alcança o nível 5, o EES se aproxima de uma construção da ideia da emancipação social, suas categorias e suas respectivas características. De forma oposta, quando o medidor aproxima-se do nível 1, o EES mostra-se mais vinculado às práticas de uma inclusão marginal, distantes de uma construção da emancipação social.

Após a análise das 3 características de cada uma das 4 categorias, tem-se uma média valorativa de cada categoria, que é o segmento que aparece em vermelho. Na tabela exemplificativa, extrai-se a informação de que na categoria 1 Competição x Solidariedade, o EES exemplificativo possui uma média de 2 pontos. Já na categoria 3 Gestão Hierarquizada x Gestão Democrática, o EES possui média de 4 pontos.

Tabela 5. Tabela padrão exemplificativa com os critérios a serem observados pelas cooperativas pesquisadas

	Inclusão Marginal	1	2	3	4	5	Emancipação Social
1	Competição						Solidariedade
1.1	Relacionamento conflituoso						Bom relacionamento entre os associados
1.2	Falta de empatia entre os associados						Ajuda mútua e empatia no trabalho
1.3	Exclusão e preconceito no grupo						Sentimento de pertencimento ao grupo e de inclusão
2	Heterogestão						Autogestão
2.1	Desinteresse dos associados com o EES						Interesse dos associados
2.2	Dependência financeira de outras instituições						Autonomia financeira
2.3	Atravessador intermedia a venda						Venda direta para o comprador final
3	Gestão Hierarquizada						Gestão Democrática
3.1	Decisões centralizadas						Vontade coletiva nas decisões
3.2	Não participação nas reuniões						Interesse e participação coletiva
3.3	Pensamento Individualista						Pensamento coletivo de união
4	Trabalho precário						Direitos Sociais Fundamentais
4.1	Cooperados acreditam que não tem direitos trabalhistas						Percepção dos cooperados como sujeitos de direitos
4.2	Não garantia dos direitos artigo 7º da Lei 12.690/12						Garantia dos direitos da Lei 12.690/12
4.3	Estrutura precária do local de trabalho						Preservação da saúde e segurança do trabalhador

Elaboração própria

Dessa forma, após as entrevistas com os cooperados, a pesquisa em campo e a participação em reuniões, foi possível estabelecer uma avaliação das cooperativas, e elencar se elas estariam mais aproximadas de uma construção para a emancipação social ou vinculadas às ideias de inclusão marginal, como veremos em cada uma das cooperativas nos próximos tópicos.

3.3.1. A Cooperrama

Na região do Jardim Curitiba IV, foi fundada a Cooperativa Cooperrama, após a criação da Coleta Seletiva em Goiânia, no ano de 2005. Com a união de interessados que faziam parte da Comurg e com a população da região, foram sendo feitas reuniões para a criação da

cooperativa. A participação da Incubadora Social da UFG se deu com oficinas pedagógicas e práticas durante quase todos os anos de funcionamento da cooperativa. A Cooperrama, durante seu processo de formação, contou com oficinas de autogestão, práticas pedagógicas de gestão democrática e solidariedade junto aos técnicos da IS/UFG, alunos e professores. Foram feitos também cursos sobre os direitos trabalhistas dos cooperados, e oficinas de noções básicas de contabilidade. A cooperativa é formada em sua maioria por homens, e é liderada por uma mulher. A maioria dos cooperados são moradores do bairro. Uma característica da Cooperrama é a alta rotatividade de catadores, bem como o bom relacionamento com a vizinhança, que aceita e apoia o EES na região. Passa-se à análise da tabela comparativa elaborada sobre a Cooperrama, com fundamento nas entrevistas e na pesquisa observacional.

Tabela 6. Cooperrama: Inclusão Marginal x Emancipação Social

	Inclusão Marginal	1	2	3	4	5	Emancipação Social
1	Competição						Solidariedade
1.1	Relacionamento conflituoso						Bom relacionamento entre os associados
1.2	Falta de empatia entre os associados						Ajuda mútua e empatia no trabalho
1.3	Exclusão e preconceito no grupo						Sentimento de pertencimento ao grupo e de inclusão
2	Heterogestão						Autogestão
2.1	Desinteresse dos associados com o EES						Interesse dos associados
2.2	Dependência financeira de outras instituições						Autonomia financeira
2.3	Atravessador intermedia a venda						Venda direta para o comprador final
3	Gestão Hierarquizada						Gestão Democrática
3.1	Decisões centralizadas						Vontade coletiva nas decisões
3.2	Não participação nas reuniões						Interesse e participação coletiva
3.3	Pensamento individualista						Pensamento coletivo de união
4	Trabalho precário						Direitos Sociais Fundamentais
4.1	Cooperados acreditam que não tem direitos trabalhistas						Percepção dos cooperados como sujeitos de direitos
4.2	Não garantia dos direitos artigo 7º da Lei 12.690/12.						Garantia dos direitos da Lei 12.690/12
4.3	Estrutura precária do local de trabalho						Preservação da saúde e segurança do trabalhador

Elaboração própria

3.3.1.1. Competição x Solidariedade

A Cooperrama é uma cooperativa que tem um bom relacionamento entre os sócios. É marcada por uma intensa relação de solidariedade, com ajuda mútua no trabalho, empatia entre os colegas. Não houve nenhum relato de preconceito, bem como não se verificou tal prática no momento da observação. É comum ouvir dos cooperados que eles se ajudam, que os colegas conseguem compreender os problemas um do outro.

Existe relatos de pequenas discussões, porém, apenas ligados ao dia a dia do trabalho, que são tidas como prontamente resolvidas com conversa entre o grupo. A Cooperrama é conhecida por ser uma cooperativa acolhedora, onde há muitos cooperados que estão cumprindo o regime semiaberto, e que dificilmente conseguiriam alocação no mercado de trabalho formal. Em conversa com um desses cooperados, foi relatado que nunca sofreram nenhum tipo de preconceito dentro da Cooperativa, e que se sentem acolhidos no grupo. Neste quesito, a cooperativa alcançou o nível 5, ou seja, está no nível máximo de proximidade com a construção de uma emancipação social.

3.3.1.2. Heterogestão x Autogestão

Nesta categoria, a Cooperrama está no nível intermediário 3. A autogestão é um dos princípios mais difíceis de serem observados na prática. É comum o desinteresse dos associados, que é “o maior inimigo da autogestão”, conforma aponta Singer (2002). A grande questão deste problema na Cooperrama é a rotatividade dos associados, pois, com ela, os associados passam a não se identificar com o empreendimento, não se envolvem e assim, quando conseguem outro trabalho, abandonam a cooperativa.

A falta de autonomia financeira, como uma grande crítica de Wellen (2012), também colabora para colocar a Cooperrama, nesta categoria, em um nível intermediário. Este EES necessitou da doação de área da prefeitura, e da ajuda do Ministério Público para nesta área poder construir o galpão onde funcionarão as atividades da cooperativa nesta área. O EES também dependeu de doação de um caminhão e da prensa para realização de suas atividades.

Por outro lado, a média da renda dos associados atualmente é em torno de R\$ 900,00 reais mensais. Sabendo que a cooperativa possui 40 cooperados, concluímos ser relativamente alta a movimentação de dinheiro mensal. A equipe da diretoria consegue lidar com todo esse processo de gestão do empreendimento sem interferência de órgãos públicos ou outras pessoas. Eles possuem uma assessoria contábil, que pagam como prestação de serviço à cooperativa.

Sobre a venda do material, atualmente, existe a Rede Uniforte que tem tentado fazer a venda diretamente para o comprador final, sem a intermediação do atravessador. Porém, ainda estão em processo de fortalecimento da Rede e tentativas de venda. Tem sido negociada a associação com outras redes de outro estados, mas, até o momento, o material continua sendo vendido para o atravessador que, em Goiânia, é tarefa desempenhada por uma grande empresa.

3.3.1.3. Gestão hierarquizada x Gestão democrática

Neste requisito, entendeu-se que este EES alcançou a média 4. Existe poder de mando e comando concentrados não só na presidenta, como também em outras duas ou três pessoas. Porém, os cooperados não se mostram insatisfeitos com isso, eis que foi uma prática determinada em reunião. Por exemplo, o cooperado X é o responsável pelo comando na descarga do caminhão; o cooperado Y é o comandante na triagem. Nas decisões corriqueiras do dia a dia, há centralização na presidente, que possui uma postura ativa e de liderança. Os problemas são sempre levados a reuniões, momento em que os cooperados possuem muita voz participativa. Nas reuniões, é comumente decidido sobre questões do dia a dia, como horário de trabalho, regras sobre o uso do telefone celular, proibição de uso de drogas ilícitas nas dependências e nos arredores da cooperativa.

A Cooperrama possui um Regimento Interno desenvolvido e votado por todos os cooperados. Neste regimento, são estabelecidas regras de boa convivência, formas de advertência, suspensão e exclusão dos cooperados, bem como direitos e garantias dos cooperados. A distribuição das tarefas são democráticas. Os cooperados não são submetidos a pressão e cobranças no âmbito laboral. Os conflitos são resolvidos em reuniões. Metade dos cooperados ainda apresenta um pensamento individualista de que a cooperativa deveria existir um dono ou patrão na cooperativa, afastando-se do pensamento coletivo de união e gestão.

3.3.1.4. Trabalho precário x Direitos sociais fundamentais

Nesta categoria, a Cooperrama atingiu o nível 3. Está em um nível intermediário, aparentando estar caminhando para ser um empreendimento que promove, ou que ao menos almeja promover uma emancipação social.

É comum os cooperados acreditarem que não possuem direitos mínimos trabalhistas. Acreditam que por não estarem “fichados” não possuem direitos básicos como, adicional noturno, horas extras, jornada de trabalho diária máxima, e, principalmente, a vinculação à

Previdência Social, que acarreta no direito à aposentadoria e aos auxílios decorrentes dos riscos ambientais e sociais aos quais os trabalhadores estão submetidos.

Na Cooperativa Cooperrama, segundo informação da presidenta, está em andamento, junto à sua assessoria contábil, a preparação para o desconto no rateio dos cooperados das contribuições previdenciárias e seu devido pagamento. O plano é que a cooperativa arque com a responsabilidade de fazer o desconto e o pagamento dos boletos junto ao INSS. A presidenta acredita que terá resistência dos cooperados sobre este desconto, eis que os trabalhadores não gostam de “receber menos” do que imaginariam que receberiam.

A gente tem aquele programa social, vidas renovadas. O próximo passo nosso é esse [inscrever os cooperados no INSS]. Semana que vem, vamos cadastrar todo mundo no Cad-único. Vamos cadastrar todo mundo, arrumar identidade, CPF. Tem uns que tá enrolado, porque não localizou o registro, o cartório queimou. Às vezes tá com esse problema. Reservista dos meninos, título de eleitor (...). Aí depois que eu fizer esse cadastramento, a gente vai começar a por todo mundo para recolher o INSS. (Dulce., Presidente Cooperrama)

Sobre os direitos do artigo 7º da Lei 12.690/12 (BRASIL, 2012), o EES tem conseguido garantir a retirada no valor de quase um salário mínimo. Aqueles que trabalham à noite para descarregar o caminhão, apesar de não receberem financeiramente valor a mais, garantem folga no dia seguinte. Tal fato foi acordado em reunião com todos os cooperados. Os associados possuem direito a um descanso anual remunerado de 30 dias, mediante uma escala de férias. A cooperativa não funciona aos domingos e a jornada nunca ultrapassa 8 horas diárias e 44 semanais. Não é garantido o seguro acidente de trabalho.

A Cooperrama não possui terreno próprio, ou seja, faz locação do espaço onde funciona a cooperativa. Ela é uma das cooperativas contempladas com o acordo que o MP-GO firmou com a Rede Uniforte. Seu novo terreno já foi doado pela prefeitura e nele está sendo construído o novo galpão. A expectativa entre os cooperados é grande, pois o galpão trará melhores condições de trabalho, estrutura organizacional e expectativa de não mais terem gasto com o aluguel do espaço.

Os cooperados, de uma forma geral, não fazem uso de EPI, a não ser a bota e a luva. A cooperativa, apesar de possuir uma estrutura precária, possui grades para a separação do material, prensa, locais separados para cada cooperado guardar seus pertences pessoais. Há um espaço separado para realizar as refeições, apesar de não ser adequado às normas de saúde e segurança do trabalho do MTE. Os banheiros são precários, porém, limpos. O espaço é relativamente limpo e bem organizado, na medida do possível.

3.3.2. A Coopermas

A Coopermas nasceu de uma típica relação familiar e entre entes que se aproximavam por laços religiosos. A cooperativa surgiu no pátio da Igreja Católica do Bairro Vera Cruz, quando alguns cristãos começaram a fazer a separação de material reciclado, sua venda e, com o dinheiro do material vendido, eram feitas campanhas solidárias da Igreja, de ajuda aos mais necessitados.

Na gestão do Prefeito Pedro Wilson, de 2001 a 2004, foi doada uma área onde até hoje funciona a cooperativa. Naquela época, quem liderou todo o processo de formação desta organização popular foi a irmã da atual presidenta.

Além do caráter coletivo e da autogestão na organização da atividade produtiva, outro fator que geralmente caracteriza um EES é que seus trabalhadores, ou pelo menos uma boa parte deles, já mantinham previamente alguma relação social entre si, seja por já dividirem outros ambientes de trabalho, seja por serem de uma mesma localidade, ou familiares, seja até mesmo por pertencerem a grupos étnicos em comum. Por tal motivo, a razão econômica presente nesses empreendimentos tende a se combinar com outros vínculos sociais geradores de “solidariedade de proximidade”, que vão além das “solidariedades naturais” presentes na esfera doméstica. Isso se traduz tanto em um maior envolvimento dos participantes nas questões relativas ao empreendimento quanto no seu relacionamento com as questões locais e comunitárias nas quais estão inseridos (França Filho e Laville, 2004).

É nesse sentido que a Cooperativa Coopermas, que no seu surgimento chamava-se Coopersol, tendo sido fundada pela irmã da atual presidenta, conta em seu quadro de cooperados também com sua filha, que está trabalhando na cooperativa há 9 anos. A consciência social do trabalho não surgiu espontaneamente na atual presidenta. Foi preciso um processo de aceitação para que se desenvolvesse admiração pelo trabalho. Nas suas palavras: “No começo, eu tinha vergonha disso, achava que era lixo”. Mas, após conhecer o trabalho, a presidenta desenvolveu admiração pela reciclagem, e hoje sente orgulho e pertencimento àquele grupo, colocando que a cooperativa nasceu “da união, vontade de melhorar as pessoas, cooperativismo mesmo”.

A Cooperativa foi primeiramente desvinculada de qualquer apoio da universidade, tendo sido desenvolvida dentro da Igreja, com apoio da prefeitura e dos moradores da região. Posteriormente, passou pelo processo de incubação da IS/UFG e teve vários cursos e oficinas sobre autogestão, cooperativismo e economia solidária. Infelizmente, já sofreu dois incêndios, o que fez com que perdesse parte da sua estrutura.

Tabela 7. Coopermas: Inclusão Marginal x Emancipação Social

	Inclusão Marginal	1	2	3	4	5	Emancipação Social
1	Competição						Solidariedade
1.1	Relacionamento conflituoso						Bom relacionamento entre os associados
1.2	Falta de empatia entre os associados						Ajuda mútua e empatia no trabalho
1.3	Exclusão e preconceito no grupo						Sentimento de pertencimento ao grupo e de inclusão
2	Heterogestão						Autogestão
2.1	Desinteresse dos associados com o EES						Interesse dos associados
2.2	Dependência financeira de outras instituições						Autonomia financeira
2.3	Atravessador intermedia a venda						Venda direta para o comprador final
3	Gestão Hierarquizada						Gestão Democrática
3.1	Decisões centralizadas						Vontade coletiva nas decisões
3.2	Não participação nas reuniões						Interesse e participação coletiva
3.3	Pensamento Individualista						Pensamento coletivo de união
4	Trabalho precário						Direitos Sociais Fundamentais
4.1	Cooperados acreditam que não tem direitos trabalhistas						Percepção dos cooperados como sujeitos de direitos
4.2	Não garantia dos direitos artigo 7º da Lei 12.690/12.						Garantia dos direitos da Lei 12.690/12
4.3	Estrutura precária do local de trabalho						Preservação da saúde e segurança do trabalhador

Elaboração própria

3.3.2.1. Competição x Solidariedade

Na Coopermas é perceptível um bom relacionamento entre os associados, tendo atingido a nota máxima, de 5 pontos nesta categoria. A empatia e a solidariedade são muito visíveis. Foi comum na fala dos entrevistados que eles encontraram na cooperativa uma porta aberta e acolhedora para o trabalho. Todos os entrevistados disseram que têm um bom relacionamento entre os colegas, sendo este perceptível também nas reuniões e na execução dos trabalhos. É comum que um cooperado diga que estava levantando um “bag” (grande saco com o material já separado), e outro apareceu para o ajudar. Apesar de ter uma divisão de tarefas, é comum um cooperado dizer que quando termina a dele, o outro aparece para ajudar.

Pequenos conflitos existem, porém, a Coopermas não lida com problemas de fofocas no trabalho e rixa entre os cooperados. Há tempos não possuem desentendimentos e, quando tiveram, conseguiram resolver em reuniões e no diálogo. A quantidade de homens e mulheres trabalhando é praticamente a mesma. As mulheres afirmam serem tratadas com respeito pelos homens, bem como dizem que não sofrem comentários e atitudes machistas dentro da cooperativa.

A Coopermas já foi assaltada uma vez, e os trabalhadores suspeitam que foi um cooperado que ficou pouco tempo na cooperativa. A presidenta acredita que ele se passou por uma pessoa interessada em ser associada e ficou na cooperativa poucos dias, tendo se desvinculado após o assalto. Por este motivo, a cooperativa costuma aceitar como associado somente pessoa que seja indicada por alguém que já é associado, o que cria um ambiente de mais confiança e familiaridade.

3.3.2.2. Heterogestão x Autogestão

Este EES possui uma produtividade rápida e isto se deve a vários fatores, sendo um deles, o entrosamento entre os associados e a divisão do trabalho bem delimitada. Essa gestão prática e rápida permite que a produção por dia seja alta e, como consequência, a venda seja maior. E assim, é garantido aos cooperados uma boa renda. Dentre as cooperativas pesquisadas, a Coopermas é a de maior renda e maior satisfação dos cooperados com sua realidade. A média mensal dos últimos meses é em torno de R\$ 1200,00 reais.

Porém, ao mesmo tempo, é a cooperativa na qual a presidenta mais relata desinteresse dos cooperados. Ela tem um bom poder de comando e muita organização e transparência, mas, relata que é sobrecarregada de trabalho e afazeres, pela falta de desinteresse de grande parte dos trabalhadores, no que diz respeito ao comando da cooperativa. A presidenta, além de desempenhar a tarefa de comando, também trabalha na separação como todos os demais cooperados. Ela relata que não há cooperados interessados em ocupar e desempenhar efetivamente as tarefas de um cargo de gestão.

A cooperativa tem pouca dependência financeira de outras instituições. Possuem um caminhão cedido pela Rede Uniforte, bem como uma prensa que foi adquirida por meio de doações. A área foi doada pela prefeitura. Conseguem pagar uma assessoria contábil que auxilia a presidenta na gestão financeira. A renda é boa e possuem parcerias com a Coca Cola para doação de EPI.

Assim como as demais cooperativas, a venda ainda é pelo atravessador. Como uma cooperativa que faz parte da Rede, tentam fazer a venda diretamente para o comprador final, mas ainda não tiveram êxito em uma grande venda.

3.3.2.3. Gestão hierarquizada x Gestão democrática

Uma grande qualidade da Coopermas talvez seja a gestão democrática, sendo que neste quesito, este EES ficou com média 4. A presidenta é uma mulher muito lúcida sobre o que é uma democracia e a importância do voto. Ela faz questão de sempre chamar os cooperados a participarem, mesmo quando muitos se mostram desinteressados. Todos os cooperados responderam que para todas as decisões da cooperativa, são feitas reuniões. O que a maioria decide vale, é sempre levado em consideração a decisão majoritária. Mesmo naquelas decisões corriqueiras do dia a dia, a presidenta faz questão de chamar a reunião e repassar aos cooperados as possibilidades para que todos decidam juntos.

Apesar de a presidenta reclamar da falta de interesse dos cooperados, o que se percebe é que a presidenta tem um grande engajamento no que diz respeito aos ideias cooperativistas, e da economia solidária, de que todos são donos, de que se o empreendimento crescer, todos crescerão juntos. E este engajamento de crença na economia solidária percebe-se em poucos cooperados. Porém, a participação nas reuniões é relevante. Quase todos os cooperados costumam opinar muito sobre se irão trabalhar em um feriado, se irão usar o dinheiro do fundo da reserva, se aceitam um novo membro, etc. Assim como na Cooperrama, ainda falta um pensamento coletivista de quase a metade dos cooperados. Muitos ainda dizem que a cooperativa poderia ter um dono ou patrão, mostrando ainda existir um pensamento individualista distante da prática de pensar coletivamente.

3.3.2.4. Trabalho precário x Direitos sociais fundamentais

Na categoria 4, “Trabalho precário x Direitos sociais e fundamentais”, a Coopermas atingiu nota 3. É comum na fala dos cooperados eles entenderem que não possuem direitos básicos, pois não estão “fichados”. Poucos se percebem como sujeitos de direitos.

Sobre os direitos contidos no artigo 7º da Lei 12.690/2012 (BRASIL, 2012), boa parte deles são observados, a saber: as retiradas mensais têm sido sempre superiores ao salário mínimo legal. A duração do trabalho nunca é superior a 8 horas diárias e 44 semanais. Há repouso semanal aos domingos. Sobre o trabalho noturno, há um cooperado que é responsável

pela descarga do caminhão que entrega material no período noturno, porém, este cooperado não é remunerado de forma adicional. Ele possui folgas por um período no dia posterior ao trabalho.

A cooperativa tem a proposta de trabalhar apenas com materiais recicláveis e não com matéria orgânica. Porém a falta de educação ambiental da população faz com que o material recebido pela prefeitura contenha grande quantidade de matéria orgânica, o que torna o ambiente provavelmente insalubre. Não há como dizer sobre a certeza da insalubridade nem mesmo o possível grau, eis que tal tarefa demanda uma inspeção técnica de um Médico ou Engenheiro do Trabalho. De todo modo, não há percepção de adicional de insalubridade para os cooperados.

Há um repouso anual remunerado, acordado e votado em reunião que será de 30 dias. Este descanso o cooperado adquire após 1 ano de trabalho e é feita uma escala para a sua concessão. Não há seguro de acidente de trabalho. E assim como a Cooperrama, não há recolhimento previdenciário.

A presidenta da Coopermas informou que o empreendimento não possui sequer discussão em andamento com os cooperados sobre a importância dos recolhimentos previdenciários. Ela disse que a rotatividade dos membros integrantes da cooperativa é alta, apontando o desinteresse coletivo sobre estas questões. Este desinteresse talvez se dê por falta de conhecimento dos benefícios e importância que há em ser segurado do INSS.

Porque cooperativa hoje também é muito rotativo, é muito complicado você fazer isso. Vamo fazer. Porque a gente faz o pacote né, pra ficar mais barato. A pessoa começa a pagar e fica aí, um mês, dois mês, seis mês, um ano, sai. Aí já complica, porque você já fez um pacote. Então é muito complicado neste termo. Teria, as pessoas teria que fazer individual cada um pra si, e se interessasse, fazer. Mas, as pessoas só quer pensar no presente, eles não pensa no futuro. Igual eu mesma, eu tive câncer, entrei com auxílio doença e não consegui. Porque eu não pagava. O interesse tinha que partir deles né Vanessa, eles não tem interesse. Eu não posso fazer uma coisa que eles não querem. (Maria de Lourdes., Presidente Coopermas).

O mesmo discurso se observa na fala de Tatiana., cooperada da Cooperativa Coopermas, que coloca que a cooperativa é rotativa e por isso dificulta o estabelecimento de recolhimento de contribuição previdenciária. Ao mesmo tempo que diz gostar do seu trabalho, aponta que gostaria de estar trabalhando de carteira assinada, em decorrência dos benefícios como a possibilidade de uma futura aposentadoria.

Sobre saúde e segurança no trabalho, os cooperados não usam EPI, a não ser bota e alguns usam luvas. A prensa faz muito barulho e os cooperados que a manuseiam não usam protetor auricular. O terreno não é cimentado ou asfaltado, e possui hoje somente uma pequena

construção onde funciona o escritório e duas coberturas inacabadas e visivelmente destruídas pelo fogo. A cooperativa é limpa e organizada, na medida do possível. Alguns cooperados trabalham no sol. O espaço onde eram realizadas as reuniões desabou com o incêndio, e hoje, as reuniões são realizadas em um espaço menor. As reuniões são semanais. Não há espaço adequado para realização de refeições e há apenas um banheiro precário.

3.3.3. A Cooprec

A Cooperativa Coprec localiza-se no bairro Jardim Conquista e foi fundada em 20 de abril 1998, pela PUC-GO, através do Projeto Meia Ponte, no intuito da cooperativa trabalhar o impacto ambiental e social que existia na região na época. Foi uma cooperativa que, no princípio, foi muito bem estruturada. Lá, faziam compostagem, fabricavam telhas a partir do material reciclado. Tinha muito apoio da PUC e de outros órgãos públicos.

De acordo com a narrativa da presidenta da Cooprec, a cooperativa nasceu juntamente com o loteamento do bairro Dom Fernando I. Os moradores do bairro diziam que havia uma promessa do Bispo da Igreja Católica Dom Fernando de lotear a região, construir casas para a população carente. Porém, o Bispo faleceu antes de cumprir sua promessa. Foi quando a população começou a invadir os terrenos no local. Houve doações, invasões e até mesmo venda de casas no bairro e também apoio da Igreja para lotear e regularizar a região.

Juntamente com a ocupação da população no bairro, surgiu o Projeto da Cooperativa, tendo a Arquidiocese ajudado com cursos, gestão, mas, como afirma a presidenta da Cooprec, sempre foram os cooperados que comandaram a cooperativa.

A Cooprec é um EES que tem uma história vinculada à reivindicação da população por melhores condições de vida. A presidenta faz questão de dizer que ela tem uma história, que todos os envolvidos têm orgulho de sua trajetória. Já fabricaram telha, já fizeram compostagem e até mesmo recebiam visitas de escolas em trabalhos escolares para conhecerem sobre a reciclagem e a separação dos resíduos sólidos. Como é comum nos EES, passou por diversas dificuldades ao longo de todos esses anos. A rotatividade foi alta e os cooperados nem sempre estiveram entusiasmados com a cooperativa.

Ela não passou por processo de incubação da UFG na sua formação, porém, sempre teve contato com a IS/UFG, tendo recebido algumas oficinas pedagógicas e visita técnica para ajuda no andamento das atividades.

Possui um terreno próprio, bem estruturado. Há galpão para guardar os materiais, e os cooperados não trabalham sob o sol. Há espaço adequado para reuniões, bem como para

realização de refeições, além de haver até mesmo escritórios separados. O uso do EPI assemelha-se às demais. Nem todos os cooperados usam, mas boa parte sabe da consciência de usá-los.

Em média, atualmente a cooperativa tem retiradas de em torno de R\$ 800,00 reais mensais. A presidenta tem bom senso de liderança, solidariedade e gestão democrática. Ela é moradora do bairro, e, assim como a maioria dos cooperados, teve envolvimento com a Cooprec e com a ocupação do bairro desde o início de sua história.

Tabela 8. Cooprec: Inclusão Marginal x Emancipação Social

	Inclusão Marginal	1	2	3	4	5	Emancipação Social
1	Competição						Solidariedade
1.1	Relacionamento conflituoso						Bom relacionamento entre os associados
1.2	Falta de empatia entre os associados						Ajuda mútua e empatia no trabalho
1.3	Exclusão e preconceito no grupo						Sentimento de pertencimento ao grupo e de inclusão
2	Heterogestão						Autogestão
2.1	Desinteresse dos associados com o EES						Interesse dos associados
2.2	Dependência financeira de outras instituições						Autonomia financeira
2.3	Atravessador intermedia a venda						Venda direta para o comprador final
3	Gestão Hierarquizada						Gestão Democrática
3.1	Decisões centralizadas						Vontade coletiva nas decisões
3.2	Não participação nas reuniões						Interesse e participação coletiva
3.3	Pensamento Individualista						Pensamento coletivo de união
4	Trabalho precário						Direitos Sociais Fundamentais
4.1	Cooperados acreditam que não tem direitos trabalhistas						Percepção dos cooperados como sujeitos de direitos
4.2	Não garantia dos direitos artigo 7º da Lei 12.690/12.						Garantia dos direitos da Lei 12.690/12
4.3	Estrutura precária do local de trabalho						Preservação da saúde e segurança do trabalhador

Elaboração Própria

3.3.3.1. Competição x Solidariedade

Neste requisito avaliativo, a Cooprec, assim como os demais EES, atinge nota máxima, pois é perceptível o bom relacionamento entre os associados. Eles possuem uma relação de confiança e empatia. Se ajudam no trabalho de forma solidária, e compreendem uns as limitações dos demais. A Cooprec hoje conta com 21 cooperados, sendo a maior parte deles mulheres.

Nenhuma delas afirmaram sofrer preconceito ou machismo no local de trabalho. Os trabalhadores entrevistados, que se declararam negros, também afirmam que se sentem acolhidos e que nunca sofreram racismo na cooperativa. Há relatos de que se sentiram acolhidos quando tiveram as oportunidades do mercado de trabalho formal diminuídas. São comuns também, no momento da execução dos trabalhos, as ajudas para carregar um material pesado, o sentimento de irmandade. A Cooprec possui uma história dos moradores do bairro e de grande parte dos membros da cooperativa à luta pela moradia e enxergaram na Cooperc uma oportunidade de trabalho e renda.

3.3.3.2. Heterogestão x Autogestão

Na categoria de construção da Autogestão como caminho para se alcançar uma emancipação social, este EES conseguiu, de um total de 5 pontos, um valor de 3 pontos. Com relação ao interesse dos associados, a presidenta relata falta de envolvimento com a cooperativa. Os cooperados não trazem novas ideias, não são adeptos a cursos que são oferecidos por entidades apoiadoras. Quando há palestras na universidade, grande parte do grupo também se mostra desinteressado. Nas palavras da presidenta: “muitos aqui só querem vir, cumprir seu trabalho, e ir embora.

Porém, ainda há um grupo muito interessado, que “corre atrás” de coisas novas, e pensa no empreendimento como algo que tem que ser melhorado. Por esta razão, a nota ficou no patamar de 3 pontos. Ainda há muito a ser melhorado, em especial no que diz respeito ao envolvimento da maioria. Mas, os que se envolvem com o EES se mostram empenhados.

A Cooprec não possui dependência financeira direta de outras instituições, entretanto, grande parte da sua estrutura, seus equipamentos e materiais foram doados. Seus EPs também provém de doações. Mas, a renda mensal dos trabalhadores é fruto somente do trabalho dos cooperados. A renda, nos meses pesquisados, mostrou-se baixa, o que faz com que os cooperados declarem pela não suficiência da renda, e procurem outros meios para

complementação da renda familiar. Como cooperativa membro da Rede, existe tentativa de fazer a venda em conjunto, diretamente para o comprador. Todavia, ainda é forte a presença do atravessador.

3.3.3.3. Gestão hierarquizada x Gestão democrática

A Cooprec, neste item avaliativo, obteve uma média de 3 pontos.

Os cooperados participam das decisões em reuniões, é comum o voto direto e aberto. A diretoria sempre está de portas abertas para sugestões e acolher dúvidas, pendências e reclamações dos cooperados. Contudo, decisões corriqueiras do dia a dia acabam sendo tomadas pela diretoria administrativa. As decisões não são centralizadas apenas na presidenta, como também, em um grupo de três ou quatro pessoas que tem mais poder de liderança e comando.

Os cooperados participam das reuniões, mas, nem sempre demonstram interesse em opinar e seguir com suas ideias adiante. O pensamento na maioria já é de coletividade, mas ainda existem raízes individualistas. Compreendem quando alguém precisa sair mais cedo, e aceitam que um colega faça a parte do outro neste dia, com compensação posterior. Ainda ainda há alguns com a mentalidade de que “se não trabalhou, não dá para receber por igual”.

3.3.3.4. Trabalho precário x Direitos sociais fundamentais

Neste item, a Cooprec é a cooperativa que mais tem pontuação, chegando ao nível 4.

A noção de que são sujeitos de direitos foi perceptível em alguns. Eles conhecem que têm direitos garantidos na lei, como por exemplo, a previdência social, mas, entendem que não conseguem pagar, pois o desconto seria grande e as retiradas líquidas têm sido abaixo do salário mínimo.

Neste EES, já houve recolhimento do INSS por parte da cooperativa, fazendo o devido desconto na retirada dos cooperados. Atualmente as retiradas estão com um valor baixo e, por isso, a cooperativa não mais faz este recolhimento. Alguns trabalhadores fazem o pagamento do INSS por si só. Já houve um curso através da IS/UFG sobre a importância de se pagar a Previdência. Ainda, a presidenta afirma que já houve esclarecimento aos cooperados da importância, porém, é difícil convencê-los a realizar este pagamento.

Não é muito fácil convencer os cooperados em contribuir para a Previdência, mas aos poucos estamos conseguindo. (Nair. Presidente Cooprec)

Quanto aos demais direitos, já foi dito que não estão conseguindo fazer retiradas de um salário mínimo. A duração do trabalho nunca é superior a 8 horas diárias e 44 semanais, há descanso semanal aos domingos. Quando é necessário alguém trabalhar no período noturno, para descarga de caminhão, por exemplo, à pessoa é concedida uma folga, e não uma remuneração superior. Não há adicional de insalubridade ou periculosidade, bem como não há seguro de acidente de trabalho. Os cooperados votaram em reunião sobre as férias remuneradas e há uma tabela de concessão.

A estrutura da Cooprec é a melhor estrutura pesquisada. Possui lugar adequado para realização de refeições. Banheiros limpos, bem estruturados e separados. Possui um amplo espaço para reuniões, espaço para preparar refeições, fogão e geladeira. Quase todos os trabalhadores trabalham na sombra, nos galpões existentes. Os pertences pessoais são guardados em locais separados. O chão é cimentado, o que permite uma melhor limpeza e conservação do espaço. Os cooperados trabalham com EPI de luvas e botas, semelhante às demais.

3.3.4. A Acop

A Acop nasceu do movimento popular em busca de moradia e trabalho. No início dos anos 2000, vários moradores residiam na conhecida favela entre os trilhos, próximo à Pecuária de Goiânia. Era uma região que ficava entre a Vila Nova e a Nova Vila, que foi invadida pela população carente que ali se instalou em barracos de lonas. A maioria daquela população viva de catar materiais recicláveis nas ruas. Muitos usavam o conhecido carrinho de puxar, outros iam para o lixão. Era uma região muito pobre e carente.

O Iramar, atual presidente da Acop, estudou somente até a 4ª série do ensino fundamental, começou a trabalhar como catador na rua, por uma necessidade, como ele mesmo relata. Buscou em um depósito no setor do Jardim América um carrinho e começou a catação nas ruas de Goiânia. Provavelmente este depósito, para onde eles também vendiam o que catavam nas ruas, é o que a literatura denomina de “intermediadores”, que exploram o trabalhador que coleta nas ruas e vendem o material para as empresas lucrativas de reciclagem. Como relatou Iramar “não tinha visão de contribuição com o meio ambiente, era só sobrevivência”.

Quando o Iramar conheceu lá na “favela” (como narrado pelo Iramar) o “cumpadi Rafael” (Professor Rafael Saddi), ele passou a conhecer a história do movimento nacional dos catadores. Como relata Iramar: “Ele conheceu o MNCR, e trouxe essa ideia pra cá. Ele encontrou a gente na favela e começou a conversar com a gente sobre isso aí, foi quando eu me interessei sobre o movimento e fui atrás”. Ele até então não conhecia o que era um movimento social e foi despertado nele sobre a potência da reivindicação e luta por vida e trabalho.

Após conhecer e se envolver com o MNCR, o Iramar foi convidado para participar de um encontro de Catadores em Formosa, e lá foi eleito representante estadual do MNCR. Quando começou a entender o que era o movimento e o que era uma cooperativa, resolveu reunir-se com os demais catadores na “favela” para criar uma associação ou cooperativa de catadores. Foi quando começaram a fazer passeatas, movimentos e reivindicações por investimento da prefeitura.

Muitos se intimidaram, acharam que não ia dar certo, por medo da represália da população e do próprio Estado. Houve insistência de um grupo de interessados e, por fim, conseguiram registrar a associação.

Passaram a fazer coletas nos condomínios, reuniões com os moradores sobre a separação do material. Foi quando conseguiram também um espaço na igreja católica da Avenida Paranaíba, com o Padre Marcos, para também realizarem a coleta seletiva e a educação da comunidade que frequentava a igreja.

Para Singer, a alienação é abalada quando a pessoa “se envolve em lutas emancipatórias, que desafiam a ordem vigente: greves, manifestações de protesto (...). Imanar-se com os iguais, insurgir-se contra a sujeição e a exploração constituem experiências redentoras. Quando reiteradas, modificam o comportamento social dos sujeitos. Entre as empresas solidárias, a autogestão se pratica tanto mais autenticamente quanto mais sócios são militantes sindicais, políticos e religiosos”. (Singer, 2002, p. 22)

Na mesma época, saíram notícias no jornal sobre a criação da coleta seletiva em Goiânia. O grupo da Acop foi atrás dessa notícia, houve uma audiência pública sobre a coleta, que começou a ser implementada em Goiânia.

A Acop esteve sempre ligada ao movimento social, de reivindicação e luta por inclusão social. Assim como aponta Singer sobre a relevância das lutas emancipatórias, Iramar tem a consciência da importância desses movimentos: “A maioria das cooperativas são beneficiadas com o movimento, mas não sabe que para conseguir hoje, teve uma luta de muitos anos atrás, militando no movimento”.

A cooperada ME conta que nasceu neste universo da catação, relatando sua experiência própria: “A gente morava todo mundo lá, era invasão, não tinha trabalho, não tinha nada. A gente catava na rua. Eu quase não tive participação nessa época, eu era muito pequena. Era mais minha mãe”. A sua mãe sempre foi catadora, e hoje também trabalha na associação: “Reuniu todo mundo lá e a gente, o Iramar já foi atrás do Iris, de tudo, de um monte de gente pra dar apoio. Aí ia dar as casas. Aí o Iramar disse que a gente já tinha uma cooperativa. E ganhamos essa área. Foram atrás, fizeram passeata.” Foi através da luta que a Acop conseguiu a doação da área onde ainda hoje funciona a associação, além de ter conseguido também doação de várias casas no bairro. Ainda é formada por mais da metade dos associados que tiveram vinculação com aquela época.

Tabela 9. Acop: Inclusão Marginal x Emancipação Social

	Inclusão Marginal	1	2	3	4	5	Emancipação Social
1	Competição						Solidariedade
1.1	Relacionamento conflituoso						Bom relacionamento entre os associados
1.2	Falta de empatia entre os associados						Ajuda mútua e empatia no trabalho
1.3	Exclusão e preconceito no grupo						Sentimento de pertencimento ao grupo e de inclusão
2	Heterogestão						Autogestão
2.1	Desinteresse dos associados com o EES						Interesse dos associados
2.2	Dependência financeira de outras instituições						Autonomia financeira
2.3	Atravessador intermedia a venda						Venda direta para o comprador final
3	Gestão Hierarquizada						Gestão Democrática
3.1	Decisões centralizadas						Vontade coletiva nas decisões
3.2	Não participação nas reuniões						Interesse e participação coletiva
3.3	Pensamento Individualista						Pensamento coletivo de união
4	Trabalho precário						Direitos Sociais Fundamentais
4.1	Cooperados acreditam que não tem direitos trabalhistas						Percepção dos cooperados como sujeitos de direitos
4.2	Não garantia dos direitos artigo 7º da Lei 12.690/12.						Garantia dos direitos da Lei 12.690/12
4.3	Estrutura precária do local de trabalho						Preservação da saúde e segurança do trabalhador

Elaboração Própria

3.3.4.1. Competição x Solidariedade

Os associados da Acop, melhor do que as demais, têm muita noção de coletivismo e solidariedade. Nesta categoria de avaliação, este EES atinge a nota máxima. Existe um bom relacionamento entre todos os sócios. Muita empatia e ajuda mútua no trabalho. Assim como nos demais EEs pesquisados, é comum um estar desempenhando uma tarefa difícil e aparecer outro para ajudar. Foi relatado nas entrevistas que quando precisam resolver um problema pessoal, o colega faz sua tarefa, ou o ajuda a terminar seu trabalho mais cedo.

Não houve nenhum relato de sentimento de exclusão e preconceito no grupo. Ao contrário, os associados relatam sentir-se acolhidos no grupo, como é o caso de uma associada que já foi usuária de drogas ilícitas, chegou a perder a guarda dos seus filhos e, com o envolvimento no trabalho da associação, não é mais usuária e gostaria de recuperar ao menos as visitas aos filhos.

3.3.4.2. Heterogestão x Autogestão

Neste item, a Acop mantém basicamente a mesma média das demais cooperativas, de 3 pontos. Há um certo desinteresse dos associados com as questões do empreendimento. Aqueles associados que são mais antigos, vieram da “favela”, possuem mais interesse no empreendimento, mais noção do que é um EES, e o que é a união dos trabalhadores. Porém, a Acop é formada em sua metade por novos associados, que mostram certo desinteresse.

A Acop dependeu de outras instituições para sua fundação. A prensa é uma doação da prefeitura, o caminhão, da Rede. A área também foi doada e luta por parcerias com outras instituições para conseguirem melhorar a renda.

A venda, semelhante às demais, é direta para o atravessador, porém, tem sido tentada uma realidade diversa, como o apoio da Rede.

3.3.4.3. Gestão hierarquizada x Gestão democrática

A Acop destaca-se na gestão democrática do empreendimento, atingindo nota 4. As decisões não são centralizadas, e os associados apresentam muita lucidez sobre a importância do voto, da manifestação de vontade, das decisões coletivas. A vontade coletiva parecer sempre prevalecer, mesmo quando o presidente gostaria de tomar outra decisão, a vontade majoritária é ressaltada como uma característica da Acop.

A participação nas reuniões faz-se presente naqueles cooperados que possuem mais tempo envolvidos com a associação. Porém, o pensamento de coletividade e de união é sentido nas reuniões e no relacionamento interpessoal do grupo.

3.3.4.4. Trabalho precário x Direitos sociais fundamentais

A menor pontuação da Acop foi relacionada às questões legais. Formalmente, a Acop é uma associação. Porém, funciona na prática com regramentos de uma cooperativa. Em termos legais, a Acop está distante de ser um empreendimento a ser seguido. No início, por questões burocráticas, preferiram constituir-se como uma associação. Ao longo dos anos, tentaram realizar a mudança de tipo societário, o que mostrou-se difícil e oneroso. Também tentaram formalizar uma cooperativa, mas, os custos elevados e o desinteresse e medo de alguns associados de participarem de cargos de gestão fizeram com que este projeto fosse adiado. Hoje, os associados estão com projetos de criar uma cooperativa de trabalho e manter o nome da associação pela história que ela tem e pelos contratos que já possui firmado, como, por exemplo, é uma dos empreendimentos que terá o galpão construído pelo TAC da Rede Uniforte com o MP de Goiás.

A expectativa de construção do galpão é grande. Os associados dizem que irá “melhorar o trabalho em mil por cento” (Maria Elisângela. Acop), pois não irão trabalhar no sol, poderão ter o material protegido da chuva e terão melhores condições de trabalho. Atualmente, a Acop funciona apenas em uma área doada pela prefeitura, com pouca cobertura. Não há espaço para realizar refeições, o chão não é cimentado ou asfaltado, sendo que a poeira é constante. Há apenas um banheiro com relativa condições de uso.

Os associados não se enxergam, na sua maioria, como sujeitos de direitos, afirmando alguns que gostariam de trabalhar com carteira assinada para poder aposentar um dia. Não fazem recolhimento previdenciário e não há esclarecimento sobre os riscos sociais e ambientais. Como associação, não está vinculada legalmente aos direitos do artigo 7º da Lei 12.690 (BRASIL, 2012). Contudo, de forma analógica, podemos dizer que não garantem retiradas igual ou superior ao salário mínimo. É a cooperativa que está com a menor retirada, no valor de R\$600,00 reais. Há trabalho nunca superior a 8 horas diárias e 44 semanais. Não há adicionais noturnos, de insalubridade ou periculosidade. Não há seguro acidente do trabalho, entretanto, há férias anuais remuneradas, que são gozadas mediante uma escala aprovada por todos.

3.4. Os discursos da solidariedade, da autogestão e da gestão democrática

Os catadores nas cooperativas pesquisadas, em sua maioria, apresentam boa compreensão do cooperativismo popular, apesar de afastarem-se dos conceitos formais e acadêmicos. Quando perguntados sobre conceitos de “autogestão, autonomia, emancipação social e economia solidária”, menos da metade souberam elaborar uma resposta. Porém, a maioria dos que não responderam, não o fizeram por timidez e medo de errar a resposta. Durante a conversa, foram percebidos trechos das suas falas que mostram que os catadores possuem noções de democracia, economia e cooperativismo, apesar de afastarem-se de conceitos prontos.

Uma outra realidade que atinge a cooperativa é sobre sua limpeza e os resíduos que chegam nela através da coleta seletiva. De acordo com o IPEA (2010), apenas 2,4% de todo o serviço de coleta de resíduos sólidos urbanos no Brasil é executado de forma seletiva, sendo todo o restante realizado como coleta regular, sem separação adequada.

Assim, é por esse cenário que as cooperativas recebem uma alta parcela de lixo orgânico, misturado com o reciclável. É uma das maiores críticas e reclamações das cooperativas pesquisadas: a falta de educação ambiental, que faz com que as pessoas não façam a separação adequada do material. Apesar dessa realidade, as cooperativas pesquisadas possuem um ambiente, na medida do possível, organizado e ausente de resíduos orgânicos espalhados pelo chão.

A vida em prol do coletivismo nas organizações populares tem suas dificuldades, em especial no que tange à questão da sobrevivência, que coloca em cheque a vontade de se ver crescendo juntamente com as cooperativas populares, em contraposição às dificuldades que enfrentam no dia a dia. Porém, estar trabalhando associativamente, segundo os cooperados, é melhor do que estar nas ruas. As noções de solidariedade e união no grupos pesquisados são o que mais aparenta ser evoluído nos grupos. O que ainda está em processo de amadurecimento é o despertar do interesse de boa parte do grupo pelas ações coletivas da cooperativa.

É comum o relato do desinteresse do grupo, de uma forma geral, bem como sobre a falta de motivação em trabalhar, de acreditar no crescimento da cooperativa. Foi percebido, inclusive, falta de interesse durante a entrevista, mostrando descrédito no empreendimento. O entusiasmo, motivação e crença na cooperativa se vê presente nos líderes, e em alguns cooperados.

Se todo mundo trabalhasse e pensasse no coletivo, hoje a gente tinha que tá aí bem mais além do que a gente tá hoje. É uma forma de trabalho muito

interessante. Tem tudo pra dar certo. Se todo mundo entendesse e trabalhasse coletivo. (Dulce, Presidente Cooperrama)

Tem esse grupinho que falei pra você, que tá ali unido. Às vezes tem o Zé, que não quer saber de nada, mas tem a Maria, os outros, o Joaquim, que quer. Às vezes não querem, mas um grupinho pequeno consegue levar a cooperativa. Muitas vezes não é o todo, é um grupo pequeno que consegue manter, que consegue levar ela. Como eu falo, carregar nas costas, é um grupo pequeno. Pode ser 40, mas desses 40, vamos dizer que 10 é que tá querendo isso. (Dulce, Presidente Cooperrama)

Então assim, ninguém quer essa responsabilidade. Então todas as vezes que vai fazer uma nova eleição eu falo “não vou pegar mais, não vou pegar mais”, e o pessoal “então vai fechar. (M^a.de Lourdes, Presidente Coopermas)

Igual eu te falei: responsabilidade ninguém quer. Ter uma responsabilidade. Diretor financeiro mesmo aqui, nunca exerceu a profissão. Eu aqui faço tudo. Tinha que ter. (M^a.de Lourdes, Presidente Coopermas)

Na maioria das vezes, os cooperados aqui são solidários uns com os outros. Mas tem os problemas, né? Tem muitos desinteressados. (Nair, Presidente Cooperec)

Mas assim, não tem ambição. Os cooperados aqui, eu não vejo ambição dos cooperados. As pessoas não estão muito envolvidos. Eles pensam mais na questão do bem estar mesmo, ter o horário do lanche, ter o horário do almoço, sair mais cedo. Tem isso. Eu não sei se isso é ruim. Eu tenho que ir ali no postinho. Eu tenho que ir ali levar minha mãe. Aqui é mais flexível. Eu acho que falta compromisso. (Nair, Presidente Cooprec)

Eu sempre tive uma formação como pessoa. Eu morei na rua, e a gente tinha as questão de sobrevivência. (...) [estar hoje na cooperativa] melhorou mil por cento. Só de não tá na rua catando já é melhor. (Iramar, Presidente Acop)

A autogestão, como ideia que transcende à autonomia do empreendimento, é tido como um dos pilares dos empreendimentos solidários. Permite que as organizações tenham controle da sua própria gestão, sem interferência de órgãos públicos, outras entidades de apoio, ou até mesmo de outros atores envolvidos na cadeia produtiva da reciclagem, como, por exemplo, os atravessadores. Como já foi apontado, a maior dificuldade dos empreendimentos é manter a autogestão.

O recurso fundamental para que uma empresa autogerida obtenha sucesso é a gestão do negócio. Sob uma ótica socialista, o aprendizado dos trabalhadores em gerir empresas pode ser entendido como uma finalidade em si já que, neste caso, a classe trabalhadora teria que assumir coletivamente a operação da produção (SINGER e MACHADO, 2000).

As críticas sobre a autogestão são em torno de os cooperados não conseguirem gerir seus negócios, o que não foi verificado na observação, nem nas entrevistas. Os trabalhadores

mostraram-se lúcidos das dificuldades que enfrentam, porém, conseguem administrar o empreendimento e mostram-se participativos do processo de gestão da cooperativa.

Podemos dizer que nas cooperativas pesquisadas, os cooperados conseguem manter um certo grau de autonomia do empreendimento. Não há interferência de entes privados ou estatais no funcionamento das cooperativas e nas decisões do dia a dia. Inevitavelmente, inseridos no mercado neoliberal, possuem algumas dificuldades, mas, nada que comprometa toda a lógica e estruturação do cooperativismo popular e autogerido. Há dificuldades, por exemplo, com a venda do material, pois só conseguem vender para os conhecidos “atravessadores”, que pagam às cooperativas um preço menor, e vendem por um preço maior para as empresas de reciclagem. Contudo, as cooperativas, cientes de tal realidade, como já foi relatado, unem-se em Redes de Cooperativas, ao modelo da Rede Uniforte, para conseguir melhores condições de vida e trabalho, entre eles, conseguir melhor condições de venda do material.

Quando perguntados diretamente sobre os conceitos do que é autogestão e autonomia, poucos souberam responder e formular definições prontas como academicamente é proposto. Porém, ao longo das entrevistas, extrai-se que os trabalhadores possuem, na prática, uma cooperativa autogerida, e conseguem organizar o próprio negócio sem tantas e extremas interferências e ligações externas.

Hoje nós conseguimos ser um empreendimento autônomo. Os cooperados dão conta do recado. Hoje não há necessidade de ninguém vir aqui. As pessoas tem que ver que nós temos condição de fazer, e fazer. Se nós estamos precisando de um consultor, e nós temos condições de pagar, porque não? Sim, podemos. Através disso, é que a gente vai crescer e empoderar. A gente tem que parar com aquela visão de assistencialismo. E ver que nós somos empreendedores. Se nós somos empreendedores, nós temos que arcar com tudo. Promover sua cooperativa. (Dulce, Presidente Cooperrama)

Aqui todo mundo é dono. Não existe patrão. Todo mundo trabalha em prol de si e coletivo. Logo existe regras e normas, que tem que ser cumpridas. Não é porque não existe, que eu sou a dona, que eu vou fazer o que eu quero, do jeito que eu quero. Lógico que não. Então assim, porque existe uma diretoria? Pra já tá coordenando esse tipo de coisa. Né? Porque pensa assim, eu sou o dono eu trabalho do jeito que eu quero, a hora que eu quero, não... não é assim. Apesar de ser uma cooperativa, mas existe regras, tem horários pra ser cumprido, tem normas pra ser cumprida, existe um estatuto, que reza as normas da cooperativa. E o que cabe aos diretores? Executar o que foi decidido. (M^a de .Lourdes, Presidente Coopermas).

A autonomia é toda da cooperativa. Ninguém decide por ela. A diretoria com os cooperados é que decide todo o futuro da cooperativa. (M.L. Presidente Coopermas)

As decisões são pelo o grupo. O grupo todo é que decide. Não tem ninguém de fora que manda na Cooprec a não ser os próprios cooperados. (Nair, Presidente da Cooprec)

Aqui na Acop todo mundo decide tudo. Não tem ninguém de fora que manda em nós. Nunca foi assim. Nós já teve ajuda de professor, de universidade, mas nós é que manda aqui. Não tem quem chega lá de fora e manda aqui. (Iramar, Presidente Acop)

A Cooperativa é um grupo de pessoas trabalhando junto. Ao mesmo tempo. Tipo assim, cooperado quer dizer associado. (Bertina, Cooperrama)

Aqui todo mundo é dono. A gente trabalha pra nós mesmos. Na empresa cê é empregado. E aqui não, a gente não é empregado. A gente trabalha pra nós mesmo. Associado. (Anderson Coopermas)

Nós trabalha com espírito solidário. Acho que tem muita gente que dá muita promessa de ajudar, mas não dá Aqui é despesa, diferente de empresa privada que tem capital grande. Cooperativa não é isso. Aqui a gente é pela gente. (Daniel, Cooprec)

A diferença é que na cooperativa você ter autonomia. E outra você tem democraticamente participação na coisas que acontece dentro da cooperativa. Numa empresa, você trabalha a vida toda e a empresa não vai valorizar você como pessoa. (Iramar, Presidente Acop)

A Cooperativa que eu acho, é o povo, se unir, trabalhar tudo junto. Individual cada um é por si. Aqui, por exemplo, ninguém tem patrão. (Cícera, Acop)

Aqui é uma oportunidade, aqui as porta é aberta pra quem quer trabalhar. Se a pessoa chega, e quer trabalhar, a gente aceita. A gente e não o Iramar. (Maria, Acop)

A cooperada Dona Maria, da Cooperrama, quando perguntada se a cooperativa decide por si própria, ou se há alguém de fora que decide as coisas, a cooperada é incisiva na resposta: “Faz uma reunião pra você nos ver decidir aqui! É sempre o melhor pra cooperativa!”. A cooperada T. da Coopermas, também defende a cooperativa como sendo dos cooperados: “A empresa privada tem dono, né? Patrão que manda e desmanda. A cooperativa não. Todos são sócios, responsabilidades, deveres e direitos iguais pra todo mundo. E uma empresa não. É o dono que arca com tudo. E fica”. Na Acop, a cooperada M^a Elisângela afirma incisivamente que: “as decisões, o Iramar chama todo mundo, e nós toma a decisão, não é só ele não”.

Como já foi dito que é uma afirmação de Singer (2002), e também de acordo com Silva (2017. p. 53), “o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige”. De uma forma geral, o que ocorre nas cooperativas é que, muitas vezes, não é a direção que oculta informações aos sócios, mas sim, há um

desinteresse geral dos sócios e eles preferem delegar à diretoria esse caráter de tomada de decisão.

A gente reúne e na hora de, da decisão, de tomar decisão, eles passam a bola pra você. Eles não consegue, muitas vezes... principalmente se for pra excluir alguém. Eles não tem coragem. Eles falam: não, a senhora que é a presidente, a senhora que tem que dizer isso. Aconteceu um caso até engraçado esses dias... a gente falando que vai excluir a pessoa, a gente vai conversar, a pessoa não fica trabalhando, a gente vai começar a fazer exclusão mesmo. Aí um virou e falou “ah não, é a senhora quem vai escolher”. Aí eu “porque tem que ser eu?”. Aí “ai... e se o cara me pegar ali na esquina?” E eu: “uai, e eu posso apanhar?” Pra você ver como que é. Eles tem medo de expor a vontade deles. Então acho que isso aí é uma coisa que tem que trabalhar muito ainda. (Dulce, Presidente Cooperrama)

É difícil você colocar na cabeça dos cooperado que eu não sou patroa. Eu sou a representante da cooperativa. Eles me vê como patroa. Se eu falar, todos obedecem. Mas, eu não vejo assim. Eu não sou patroa de ninguém, eu sou simplesmente a representante da cooperativa, que assino por ela. Mas, vocês tem que ter a noção de que aqui é de vocês e você tem que ficar falando, fulano você faz isso, fulano, fulano, vocês tem que ter os olhos pra ver o que que precisa de fazer. Vocês são os donos. (Maria de Lourdes, Presidente Coopermas).

O ser humano é complexo. Tem pessoas que precisa e não quer ser incomodado. Aqui não é só pelo dia trabalhado, é pelo volume de trabalho. A pessoa vem e não trabalha bem. (Iramar, Presidente Acop)

Arguidos para saber como funciona o processo de tomada de decisão, sobre a presença das decisões democráticas, os cooperados responderam que a maioria das decisões são feitas através de uma gestão participativa, pelo voto direto. Durante a pesquisa observacional, foi percebido que muitos sócios não se manifestam. Às vezes por timidez de expor sua própria opinião. Outras vezes, aconteceu de alguns seguirem a maioria e não prestarem atenção no que está sendo dito e decidido. Todas essas questões importantes das cooperativas são decididas coletivamente, o que afasta por completo do modelo de uma empresa hierarquizada. Quando arguidos sobre os processos decisórios:

A gente reúne toda quarta. Às vezes acontece de eu não estar, sair, a gente faz na quinta. E se tiver algum problema, a gente faz de imediato. (Dulce, Presidente Cooperrama)

Pra reunião, pra decisão é maioria de voto. Quando vai entrar pessoa a gente faz reunião, é maioria de voto é que decide se vai ou não. Se tem algum problema na cooperativa, por exemplo, se vai tirar um cooperado, eu ponho em reunião, eu exponho os problemas, a decisão são deles. Mesmo eu achando que não vai dar certo, mas eu tenho que acatar. Mesmo que daqui 10, 15 dias,

fala “não deu certo”, mas eu tenho que seguir a maioria. Eu não posso passar por cima das normas da cooperativa. (M^a de Lourdes, Presidente Coopermas)

As decisões são todas pelo o grupo. Fazemos reunião toda hora. (Nair, Presidente Cooperec)

Aqui eles decide tudo. Esses dias mesmo decidi que ia emendar o feriado e quando eu cheguei da venda, só vieram me falar que ninguém ia trabalhar no feriado. (Iramar Acop)

Primeiro a diretoria né. Depois nós repassava e faz a reunião, o que é que acha, pra registrar em ata, né? Tudo registrado em ata. A hora que eu falo minha fala e ela é pra valer, tem que ser registrada, né? Tem uma ata. Se precisar, e o cooperado for na justiça, nós tem que ter o comprovante. O cooperado mandou embora, né? Ele tem que ter o reconhecimento porque ele foi mandado embora. Aí ele tem a consciência que ele errou, foi embora, aí ele pode recuperar e trabalhar. (D. Maria, Cooperrama)

Aqui faz reunião pra tudo, escala de trabalho, quem vai liderar. Quem vai entrar, quem vai sair. (Bertina, Cooperrama)

Aqui faz reunião, através de ata, maioria de voto, decisão conjunta. (*A vontade da maioria*) com certeza prevalece. Tem que prevalecer. (Tatiane Coopermas)

Aqui é reunião, maioria e vota. Pessoal decide na reunião e o pessoal tem que acatar. Gostando ou não. (Anderson, Coopermas)

Chama reunião, explica o que tá acontecendo, pergunta se a gente concorda ou não. Se a maioria concordar, né? (Sueli, Cooprec)

Eu sinto que posso opinar, se tiver alguma coisa errada, posso falar, posso chegar pro presidente e falar isso aqui não é assim, é assim, dar sugestão, com a ajuda de todo mundo. Nas reuniões quase eu num falo não. Mas se a pessoa tiver achando algo errado, por exemplo, a pessoa que não tá dando produção, já chega nele e já fala. (Cícera, Acop)

Aqui faz reunião, debate, pra decidir tudo”. Resolve por aqui mesmo, aos trancos e barrancos, mas ai vai. (M^a Elisângela, Acop)

Com a gestão democrática, surge o que não se vê numa gestão hierarquizada: o resgate da participação, o valor social do trabalho, e da possibilidade se reconhecer no seu ambiente de trabalho. É nesse sentido que reuniões, registros em atas, destinar um momento para o cooperado se manifestar, são situações comuns dentro das cooperativas, mesmo que haja alguns momentos do uso da autoridade do presidente, para decidir, por si só, assuntos que demandam decisão imediata.

A prática solidária e da empatia é o que mais se encontra presente nas cooperativas, em especial na Acop, que é uma cooperativa que tem sua história vinculada ao movimento social de luta por moradia e trabalho de pessoas que viviam excluídas e trabalhavam nas ruas.

É um lugar bom para trabalhar. Por causa do meu problema, todo mundo me ajuda. É mais tranquilo para eu trabalhar. Eu sei que se eu for fazer uma faxina, trabalhar em outro lugar, eu não vou dar conta. Quando eu não tô bem, eu não venho. Ah, você tem que vir. Não, não tem esse negócio. Se você não está bem, eu tiro uns dias por conta própria. (Sueli, Coopermas)

As empresas você sabe como é, não pode atrasar, não pode matar serviço. Aqui não, quando nós não vem, sempre tem um motivo, ne, às vezes vai no médico, vai na escola resolver problema. Mas aí, nós reúne, fala que faltou por causa disso, por causa disso, aí trabalha uma hora mais cedo, para uma hora mais tarde. É combinado. (Cícera, Acop)

Aqui não tem preconceito. A gente trata todo mundo igual. (Cícera, Acop)

Todo mundo aqui é em paz, ajuda, um tá puxando um bag, ta puxando um ferro pesado, vai lá, ajuda a carregar. Tem muitas que tá interessada, agora tem umas duas por aí mais ou menos que a gente vê que não tá se esforçando como os outros. (M^a Elisângela, Acop)

Aqui, um tem um problema, o outro ajuda, senta, conversa. Lá no trilho era diferente. (Cícera, Acop)

A solidariedade, ajuda mútua, respeito ao próximo e empatia são perceptíveis não somente nos discursos, mas também no dia a dia do trabalho. Um ajuda o colega a segurar um material pesado. Outro chama pelo companheiro para irem almoçar juntos em casa. Eles costumam compreender a falta ao trabalho, a necessidade de um ter que sair mais cedo. Alguns chegam a dizer que a cooperativa é uma grande família. É comum celebrarem o aniversário de um colega, visitarem um a residência do outro, mantendo laços de afeto para além do trabalho. E, como muitos afirmaram, em uma empresa não iriam poder ter esse tipo de liberdade e relação.

3.5. As possibilidades de construção da emancipação social e a busca pelos Direitos Humanos dos trabalhadores

A economia capitalista acumula os benefícios decorrentes da exploração dos trabalhadores para poucos detentores dos meios de produção, excluindo a grande maioria da população da riqueza e do lucro, o que torna “difícil reconhecer a legitimidade de um modelo de desenvolvimento que exclui legiões de seres humanos das oportunidades de participação não só dos frutos da riqueza, mas até mesmo na produção da riqueza” (MARTINS, 2002, p. 10).

A economia solidária emergirá como uma proposta de resgatar o valor do trabalho, fazendo com que ele seja uma forma de realização do trabalhador como ser humano, além de

procurar atuar como uma estratégia ao desenvolvimento, priorizando a busca por uma vida digna e até mesmo a sobrevivência de grupos que podem ser tidos como excluídos e marginalizados.

A globalização neoliberal fortalecida no início deste século coloca na agenda do sistema hegemônico uma constante redução de direitos, exclusão dos pobres, regresso civilizacional e crescimento da desigualdade social. É nesse sentido que a classe burguesa tornam-se mais hegemônica economicamente e há um aumento crescente da população miserável. Como aponta Martins: “O capitalismo que se expande à custa da redução sem limites dos custos do trabalho, debitando na conta do trabalhador e dos pobres o preço do progresso sem ética nem princípios, privatiza ganhos nesse caso injustos e socializa perdas, crises e problemas sociais”. (MARTINS, 2002, p. 11)

Apesar de alguns países terem conseguido aplicar no início dos anos 2000 algumas mudanças sociais, como, por exemplo, destinação de políticas públicas para o desenvolvimento social, como foi o caso de investimento na SENAES e edição de leis voltadas ao cooperativismo popular, como tratado no capítulo anterior, nos últimos anos, tem-se mostrado um aumento da desigualdade social e enfraquecimento de uma política voltada ao bem estar dos mais pobres.

A economia solidária aparece como uma forma alternativa de distribuição de bens e serviços, de resistência à globalização neoliberal, para ser um caminho para se garantir os direitos humanos dos trabalhadores. O cooperativismo popular se propõe a ser uma alternativa de produção emancipadora, que amplia a democracia participativa, formando-se organizações autogestionárias voltada para a valorização do trabalhador e construção do seu bem estar, alcance da sua dignidade e promoção dos seus direitos básicos.

O projeto de emancipação social busca uma transformação na vida política, social, econômica e cultural. Este processo, conforme defende Santos (2005), procura elaborar uma teoria de emancipação como sendo efeito de uma nova teoria democrática que criará novos caminhos para a construção do conceito de sujeito. Para Santos, é necessário que haja um processo de emancipação que abarque não só o âmbito social, mas também o pessoal.

O que se pretende, então, é centrar a atenção simultaneamente na viabilidade e no potencial emancipatório das múltiplas alternativas que têm sido formuladas e praticadas um pouco por todo o mundo e que representam formas de organização econômica baseada na igualdade, na solidariedade e na proteção do meio ambiente (SANTOS, 2005, p. 25)

Santos (2005, p. 29) ainda aponta que o que as experiências em economia solidária nos mostram é que elas tem em comum “o fato de que, ainda que não pretendam substituir o capitalismo de um só golpe, procurarem (com resultados díspares) tornar mais incômoda a sua reprodução e a sua hegemonia” (SANTOS, 2002, p. 29). Portanto, é nesse sentido que a economia solidária procura criar novas formas de produção, abrindo novos caminhos para a emancipação social, para o alcance dos direitos humanos dos trabalhadores. Formar uma concepção de emancipação social é procurar desenvolver um processo fundamentado na possibilidade de emergir uma consciência da autonomia pessoal e social. Neste contexto, Gaiger (2004) aponta que:

É preciso considerar que as práticas e a sociabilidade dos empreendimentos econômicos solidários, ao demonstrarem a viabilidade de outras formas de vida social e econômica, ao negarem o exclusivismo e a superioridade da lógica utilitária e do primado da mercadoria, adquirem uma conotação anticapitalista mesmo quando não se contrapõem diametralmente às relações sociais dominantes. A melhor forma de combater o capitalismo talvez seja provar a vida de forma não capitalista (GAIGER, 2004, p. 397)

Gaiger (2004) traz exemplos diversos que a economia solidária desenvolveu ao longo dos anos, mostrando que os EES provam a viabilidade de uma outra lógica social de produção e de outra relação à materialidade, colocando-se como uma real alternativa diante das crises e contradições do capitalismo.

Singer (2002) aponta neste mesmo sentido, sobre as possibilidades de se construir uma sociedade diferente e ainda completa sobre a necessidade de os EES proporcionarem um bom padrão de vida, para que os cooperados sejam crédulos na economia solidária. Quando se falta o requisito econômico, quando o EES não consegue produzir riqueza suficiente, os cooperados ficam desanimados e sem entusiasmos.

“A economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de autosustento, *usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona*. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiros e científicos tecnológicos solidários”. (SINGER, 2002, p. 121)

A economia solidária, como foi percebido nas entrevistas, pode ser um processo de libertação dos homens. Como colocado por Freire (2018, p. 33), pode ser visto muito além de

uma “posição idealista a mais, quando não um ‘blá-blá-blá’ reacionário”. Ela pode ser, concretamente, uma semente a ser plantada para a mudança.

A diminuição de projetos que visem à emancipação das classes oprimidas, aos moldes de Paulo Freire, ou do que se propõe Singer com relação à economia solidária, seja uma forma, como colocou Darcy Ribeiro (2006), de distanciamento social entre as classes dominantes e as subordinadas, sendo que as elites sempre viveram e vivem ainda sob o “pavor pânico” do alçamento das classes oprimidas: “boa expressão desse pavor pânico é a brutalidade repressiva contra qualquer insurgência e a predisposição autoritária do poder central, que não admite qualquer alteração da ordem vigente” (RIBEIRO, 2006, p. 21).

É desse modo que podemos resumir as críticas à economia solidária. Talvez, ficando estritamente vinculado ao rigor teórico, a economia solidária pode parecer impossível, mera fantasia ideológica, ou formas de incluir na margem, para ajustar o pobre no sistema, não promovendo uma efetiva emancipação social.

Mas, é necessário entrar na prática dos empreendimentos, e perceber que a economia solidária é uma semente plantada na vida daqueles que não tinham sequer uma possibilidade de existência. O trabalhador catador, traz na sua vida e história, a realidade da exclusão, que “é constituída por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações, de anulações e, também, de inclusões enganadoras” (MARTINS, 2002, p. 21).

As ações que envolvem a economia solidária procuram trazer uma prática de mudança objetiva e subjetiva de cada catador. Quando perguntado se a vida do catador está melhor agora, depois de vinculado à cooperativa, todos responderam que sim. E este fator não diz respeito apenas à vinculação financeira, mas também à realidade de uma vida livre para fazerem suas próprias escolhas, uma vida onde conseguiram reconhecimento e dignidade.

“A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “inversão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens” (FREIRE, 2018, p. 51)

A ação libertadora exercida pela incubadora social da UFG, bem como no processo de incubação por outras entidades, é perceptível no dia a dia de cada cooperativa, como também na narrativa de histórias de vida de cada trabalhador. Os EES permitem que os trabalhadores se tornem sujeito de direitos, possibilita que seja exercida sua cidadania, que sejam a eles concedidos direitos fundamentais do artigo 5º da Constituição Federal. Demo (2006) aponta

para a educação libertadora, aos moldes de Paulo Freire e às práticas da IS/UFG como uma prática de liberdade, própria, individual e coletiva, para o alcance e satisfação da autonomia.

Educação poderia ser vital para a gestação e gestão desta autonomia, à medida que constrói a habilidade de saber pensar. Saber pensar implica dupla qualidade: formal, no sentido de brandir método, instrumentos, estratégias cientificamente bem formulados e praticados; política, no sentido de saber o que fazer com esta instrumentação, vinculando meios adequados a fins éticos. A autonomia pressupõe capacidade de questionamento, porque vimos ao mundo sem autonomia, completamente dependentes dos outros. Com o tempo, aprendendo e conhecendo, com o cuidado dos outros, vamos nos desvencilhando das amarras e surgimos como sujeitos capazes de história própria, individual e coletiva. (DEMO, 2006)

A cooperativa permitiu ao trabalhador do lixão, morador da favela, como os cooperados da Acop, uma forma de reivindicação por moradia e trabalho. A união dentro dos empreendimentos possibilita formação política, de esclarecimento, de percepção da realidade de mundo. É neste sentido que os apoios das entidades ligadas aos movimentos sociais, das universidades, incubadoras e igrejas são imprescindíveis para o crescimento e emancipação dos catadores, para o fortalecimento das práticas pedagógicas e da ação política nas cooperativas.

Na fala da Cooperada Dona Maria, da Cooperrama, percebemos uma história de vida marcada pela submissão e exclusão. Na entrevista com Fernando Bartholo, da IS/UFG, percebeu-se que durante as práticas pedagógicas e nos cursos de autogestão nesta cooperativa, a cooperada permanecia em silêncio, nunca opinava ou mostrava que estava entendendo algo que era dito. Na sua vida marcada pela opressão social, não pode opinar, não pode se enxergar como sujeito de direito, detentora de dignidade e de autonomia. Após um conflito surgido entre dois cooperados, emergiu na cooperada um sentimento de libertação, quando, para surpresa de todos, começou a falar o que era solidariedade, que ali eles eram uma economia solidária, que todos tinham que pensar em prol do bem comum e do crescimento da cooperativa, pois o empreendimento a todos pertencia, que ali eles seriam valorizados enquanto trabalhadores. Esta ação surpresa da cooperada Dona Maria mostrou o que Freire chama de “ação cultural”, para a liberdade. Foi possível perceber uma semente plantada para nascimento de uma ação política da trabalhadora que até então era oprimida.

As ações libertadoras são perceptíveis também na Acop. Uma cooperativa ligada ao movimento social, de reivindicação e luta por visibilidade de uma população que viveu em uma favela, excluídos e vendendo o material que catavam nas ruas por preços baixíssimos para um atravessador, apenas para garantirem a subsistência do dia seguinte. Ainda, perceptível também na Cooprec, que nasceu da reivindicação da população por moradia, com a invasão de terrenos,

tendo como consequência, a participação da Igreja Católica para promoção de ações de inclusão social. Como observa Singer:

Para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana. (SINGER, 2002, p. 112)

A geração de riqueza é indispensável para sobrevivência na sociedade cooperativa. Porém, um EES não é apenas sobre gerar lucro e garantir uma renda capaz de satisfazer os cooperados. Como aponta Martins: “Trata-se da distribuição equitativa dos benefícios sociais, culturais, políticos que a sociedade contemporânea tem sido capaz de produzir, mas não tem sido capaz de repartir. A questão é muito mais social do que econômica” (MARTINS, 2002, p. 10).

É neste sentido que a economia solidária não é analisada apenas quanto à geração de renda. Muito além disso, trata de incluir e emancipar o trabalhador. De ser um local onde há possibilidades de se fazer uma formação política emancipatória. Não se trata apenas da Coopermas conseguir uma média salarial de R\$1300,00 reais mensais, mas, também conseguir uma gestão participativa, em que os cooperados opinam sobre seu próprio labor, em que têm a certeza de gerirem o negócio juntamente com a presidenta líder. Sabem e têm consciência de que prestam um serviço social ambiental.

Da mesma forma, ocorre na Acop, que atualmente está com uma renda muito baixa, porém, os associados têm a certeza de que tudo irá melhorar, com o envolvimento deles com o empreendimento que é de todos, com muito trabalho. Nenhum entrevistado cogitou desligar-se do empreendimento por causa desta renda, bem como ressaltam as vantagens de participarem da gestão da associação e como o empreendimento possibilitou que agora fossem reconhecidos como trabalhadores dignos e não como “favelados que puxam carrinhos nas ruas” (Maria Elisângela, associada da Acop).

Para se ter uma visão geral e panorâmica da realidade das cooperativas pesquisadas, foi elaborada uma tabela sobre a média de cada cooperativa, pontuada de 1 a 5, sobre as categorias que, quando bem aplicadas em um EES, podem alcançar reais possibilidades de serem um empreendimento que promove a emancipação social.

Na categoria solidariedade, todas as cooperativas tiveram média máxima, de 5 pontos. Nas práticas de autogestão, as cooperativas ficaram todas com a média de 3 pontos. Na gestão democrática, a Cooperama e a Cooprec, conseguiram média de 3 pontos, enquanto a Coopermas

e a Acop, uma média de 4 pontos. Sobre os direitos sociais, a Cooperrama e a Coopermas, média de 3 pontos. A Cooprec, em razão da boa estrutura física da cooperativa, conseguiu uma média de 4 pontos. Já a Acop, uma média de 3 pontos, em razão de estar conseguindo um valor de retirada abaixo das demais.

No geral, as cooperativas conseguiram uma média relativamente boa. São empreendimentos que mostram um caminho para a construção de uma emancipação social, distanciando-se da ideia de que são práticas que promovem a inclusão marginal no sistema, sem promover a conscientização política.

Na média geral dos EES pesquisados, a solidariedade atingiu 5 pontos, a autogestão conseguiu uma média de 3 pontos. A gestão democrática, 3,5 e os direitos sociais, 3,25 pontos. Em um total de 5 pontos, em que seria o máximo alcançado para um empreendimento ser considerado promotor da emancipação social, os EES pesquisados conseguiram uma nota de 3,68 pontos.

Tabela 10. Resultados gerais comparativos das cooperativas pesquisadas: Inclusão Marginal x Emancipação Social

Categorias	Solidariedade	Autogestão	Gestão Democrática	Direitos Sociais	Média Final
Cooperrama	5	3	3	3	3,5
Coopermas	5	3	4	3	3,75
Cooprec	5	3	3	4	3,75
Acop	5	3	4	2	3,5
Média Final dos EES pesquisados	5	3	3,5	3,25	3,68

Elaboração própria

Um dos grandes desafios enfrentados pelos EES é a falta de apoio estatal e a inércia de outros setores do qual ele depende, como, por exemplo, da coleta seletiva e da educação ambiental da sociedade. E ainda, a vida estigmatizada dos catadores. A alta rotatividade de cooperados contribui para que os empreendimentos sofram altas e baixas. Por exemplo, é provável que quando a pesquisadora esteve em uma cooperativa, ela estava com uma renda

baixa, mas, pode ser que tenha havido uma renda melhor no mês seguinte. Como apontou o presidente da Acop, bem como um dos coordenadores pedagógicos da IS/UFG:

Com a consciência que a gente tem, a gente acha que deveria tá melhor, ter um lugar para morar, pra trabalhar, viver com dignidade. Com a organização da coleta seletiva e da categoria dos trabalhadores eu vejo o seguinte, que há uma manipulação para que a gente não tenha incentivo da categoria. Porque sem o investimento, a gente já tá mostrando até onde a gente tá chegando. Imagina se a gente tivesse um investimento, um fomento do Estado, do governo federal, de incentivo. Só a Acop são 14 anos tirando o material do lixão, que iria pra dentro do aterro. (...) Esse ano vai fazer 10 anos de coleta seletiva. Se você ver a estrutura que a gente, é um estado de calamidade. (Iramar., Presidente Acop)

[há falta de apoio] por vários aspectos, tanto pelo imaginário social, que estigmatiza os próprios catadores juntos aos resíduos sólidos, pois para a sociedade tudo que é “lixo” deve ser evitado e excluído, e essa mudança de habitus. E também, por falta de apoio do poder público frente às demandas dos catadores, que em certos momentos demora em solucionar alguns impasses burocráticos e aumentando, assim, o prolongamento de alguns recursos, alvará de funcionamento entre outros documentos importantes para o bom funcionamento das cooperativas, para que os catadores possam obter o seu sustento. (Flávio, IS/UFG)

Os catadores enfrentaram os problemas da desigualdade social, da exclusão e marginalização, quando catadores solitários nas ruas, ou quando excluídos de outras formas do mercado de trabalho. Quando inseridos nas cooperativas populares, alcançam novos horizontes e enfrentam novos desafios.

“A exclusão moderna é um problema social porque abrange a todos: a uns porque os priva do básico para viver com dignidade, como cidadãos; a outros porque lhes impõe o terror da incerteza quanto ao próprio destino e ao destino dos filhos e dos próximos. A verdadeira exclusão está na desumanização própria da sociedade contemporânea, que ou nos torna panfletários na mentalidade ou nos torna indiferentes em relação aos seus indícios visíveis no sorriso pálido dos que não têm um teto, não têm um trabalho e, sobretudo, não têm esperança”. (MARTINS, 2002, p. 21)

Viver com dignidade, como cidadãos, buscar nos EES formas de sobrevivência, de fazer valer seus direitos sociais e fundamentais, é buscar ter seus direitos humanos compreendidos no universo da catação de recicláveis. Foi percebido nos discursos dos catadores, nas suas histórias de vida, que os EES estimularam os trabalhadores na busca por melhores condições de vida, de trabalho, de moradia. O movimento cooperativista despertou nos trabalhadores a luta por dignidade e reconhecimento.

A economia solidária possibilitou que essas pessoas até então excluídas da sociedade, desenvolvesse, ou ao menos despertasse uma consciência política, que tem sido capaz de determinar a autonomia e construção da emancipação social desses trabalhadores. Como bem lembrou o presidente da Acop sobre o que é um EES: “É solidariedade, uma reunião, uma união de direitos. Não é só sobre a geração de renda, é sobre a inclusão”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa de mestrado, buscou-se elucidar e compreender as cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Goiânia, que, inseridas em empreendimentos de economia solidária, tornam-se formas de promover a inclusão social de um grupo estigmatizado e excluído, bem como promover a efetivação dos direitos humanos e sociais. A análise sobre a economia solidária, como arranjo organizacional na qual as cooperativas estão inseridas, permeou também a crítica da inclusão marginal, que aparece como um viés não efetivo de se promover inclusão e emancipação dos catadores.

Primeiramente, as discussões do estudo giraram em torno da origem e dos fundamentos do cooperativismo e da economia solidária. Importante destacar os momentos históricos do surgimento do cooperativismo na Europa, que se deu em um cenário vinculado às situações de exploração e miséria dos trabalhadores, perda de direitos, em prol do desenvolvimento do capitalismo industrial, da produção em larga escala, bem como do enriquecimento dos donos do capital. Um dos movimentos de massa dos trabalhadores, em resposta a esta situação foi o movimento cooperativista, que, inspirado nas teses de Robert Owen, os trabalhadores enxergaram uma oportunidade de sair da submissão e exploração.

O trabalho faz um arremate histórico do cooperativismo no Brasil, e da evolução legislativa nacional da temática. Neste caminho, é apontado que não se confunde o cooperativismo com a economia solidária, eis que a economia solidária é uma modalidade de cooperação, mais vinculada a transformações emancipadoras. O arranjo organizacional mais comum da economia solidária é em cooperativas, mas não necessariamente os empreendimentos de economia solidária estarão todos formalizados por meio de cooperativas.

No Brasil, a economia solidária teve um renascimento com a crise do desemprego dos anos 90, quando diversos grupos decidiram unir-se em cooperativas populares em um momento de necessidade de reinserção no mercado de trabalho. Ela também se apresenta como uma recusa aos modos de produção até então estabelecidos, bem como um projeto político vinculado às lutas operárias de busca por emancipação social.

Um dos grupos que se fortaleceu nesta união em cooperativas será o de catadores de materiais recicláveis, que, assim como os demais grupos vinculados à economia solidária, terão o apoio de diversas entidades, como a igreja e as universidades, através das incubadoras sociais. Em 1990, com o surgimento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, este grupo ganhou força e dois momentos importantes foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, e a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em

2010, quando diversos catadores na cidade de Goiânia, ganharam força e incentivo para união em cooperativas.

O trabalho traz também a problematização da questão estigmatizada que envolve os catadores, sobre os resíduos sólidos, que é o material com o qual trabalham, erroneamente chamado de lixo. Um breve histórico do descarte dos rejeitos e dos materiais inutilizáveis mostrou-se importante para traçar as dinâmicas excludentes que envolvem os catadores, em razão da vida estigmatizada que eles têm. A repulsa e a rejeição com aquilo que não é mais útil, é um marco na forma como a sociedade ocidental trata aquilo que é descarte.

É assim que a sociedade traça estigmas que, quanto mais próxima e vinculada com aquilo que é para ser descartado, menos possuidora de dignidade e respeito a pessoa deve ter. Nesse diapasão, os catadores enfrentam dificuldades para o reconhecimento de sua atividade como labor digno de respeito e direitos, o que faz com que eles se afastem da efetivação dos direitos humanos e sociais aos quais fazem direito.

A problematização maior da pesquisa é em torno da vida do catador inserido nas cooperativas de economia solidária e as reais possibilidades de construção de uma emancipação social, ou se seriam esses EES marcados por dinâmicas não efetivamente includentes, que promovem uma acomodação do pobre em níveis toleráveis de marginalização e exclusão.

Para os críticos da economia solidária, ela se apresenta como uma construção teórica não bem delimitada em suas bases, apontando que não se apresenta como uma real emancipação social, não promove uma formação política, e, ainda, aliena o trabalhador, serve para ser um aglomerado para exploração e precarização do trabalho. As críticas ainda colocam que a economia solidária não permite que os empreendimentos sejam autônomos, argumentando que eles somente conseguem sobreviver com a filantropia e ajuda de outras entidades.

Os defensores, de forma contrária, apontam que a economia solidária é uma nova forma de produzir, desvinculada do modelo existente e tido como impositivo na nossa sociedade. É o projeto de uma construção de uma nova sociedade, possibilidades de uma formação política, marcada por uma dinâmica includente e de transformação social.

Para a imersão no universo das cooperativas de Goiânia, buscando nelas o impasse que envolve a economia solidária, teve-se como amostra 4 cooperativas, que representam um total de 107 catadores na cidade, sendo 55 homens e 52 mulheres. E, ainda, para compreender o universo da catação a partir da visão de pessoas diretamente envolvidas em projetos pedagógicos de emancipação social, entrevistou-se o coordenador geral da Incubadora Social da UFG e um dos coordenadores pedagógicos.

Nas falas dos catadores, nas entrevistas, na suas participações em reuniões, as práticas autogestionárias e verdadeiramente democráticas são visualizadas nestes empreendimentos. Nos discursos analisados dos catadores, percebe-se a noção de uma gestão coletiva e solidária. É notório o sentimento que o trabalhador tem de pertencimento ao grupo.

Foi possível observar que os catadores reconhecem sua situação de opressão, que estão inseridos em uma estrutura injusta, que acarreta em situações de desigualdades. A luta pelo reconhecimento e humanização do seu trabalho é presente nas cooperativas. É notório que está afastada a linguagem acadêmica e teórica, mas, na vivência das experiências, na prática, mostram-se distantes as críticas que permeiam a economia solidária.

O trabalho da Incubadora Social da UFG, assim como de outras entidades que prestaram auxílio e formação pedagógica, mostrou-se indispensável para o despertar da uma emancipação dos catadores. A libertação freiriana, do processo opressor da nossa sociedade, que exclui e estigmatiza, tem-se mostrado presente nas cooperativas.

Muito além do retorno financeiro, que às vezes ainda se mostra pouco em algumas cooperativas, a economia solidária está voltada à recompensa humana, ao resgate do ser humano em sua relação com seu trabalho.

A inserção crítica dentro dos empreendimentos solidários deveria ser imprescindível àqueles que criticam a economia solidária sem olhar para a prática nos empreendimentos. Em uma sociedade tão excludente, tão contraditória, marcada pela pobreza do seu povo, os empreendimentos pesquisados sobrevivem com resistência, com esperança em uma sociedade mais justa e solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERY, Maria Amália. *Para Compreender a Ciência: uma perspectiva histórica*. 16 ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2012.

ARAÚJO, Luciana Souza. *Cooperativismo e economia solidária sob o olhar filosófico latino-americano: A crítica da colonialidade*. Lx Humana, v. 6, n. 2, dez. de 2014.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edições 70 - Brasil. 70, 2011.

BRASIL. *Lei n. 5.764 de 16 de dezembro de 1971*. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico de sociedades cooperativas, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 1971.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 5.452 de 1º de maio de 1943*. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial da União, 1943.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 8 de outubro de 1988.

BRASIL. *Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002*. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações–CBO/2002, para uso em todo território nacional e autoriza a sua publicação. Ministério do Trabalho, 2002. Disponível em <<http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/classificacao-brasileira-de-ocupacoes/legislacao/>> Acessado em 10/03/2018.

BRASIL. *Decreto 5811 de 21 de junho de 2006*. Dispõe sobre a composição, estruturação, competência e funcionamento do Conselho Nacional de Economia Solidária – CNES. Diário Oficial da União, 2006.

BRASIL. *Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006*. Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2006b.

BRASIL. *Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. *Decreto nº 7.357 de 17 de novembro de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Pooulares – PRONINC, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2010b.

BRASIL. *Decreto nº 7.405, de 23 de dezembro de 2010*. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 2010c.

BRASIL. *Lei n. 12.690, de 19 de julho de 2012*. Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do

Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943. Diário Oficial da União, 2012.

DEMO, Pedro. *Inclusão Marginal*. 2007. Disponível em: <<http://pedrodemo.blogspot.com.br/2007/02/inclusao-marginal.html>> Acessado em: 20/03/2017.

EIGENHEER, Emílio Maciel. *Lixo: A limpeza urbana através dos tempos*. 2009. Editora Campus.

EIGENHEER, Emílio Maciel. *Lixo, vanitas e morte*. Niterói: Eduff, 2003.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 47ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artemed, 2008, p. 147-170.

FRANÇA FILHO, G. C. *A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional*. *Revista Sociedade & Estado*, Brasília, Departamento de Sociologia - UnB, v.14, n.1-2, p.243-75, jan./dez. 2001.

FRANÇA FILHO, G. C, e LAVILLE, J. L. *Economia Solidária, uma abordagem internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. *A economia solidária diante do modo de produção capitalista*. Caderno CRH, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. *Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil*. Organizado por Luiz Inácio Germany Gaiger. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1988.

GOIÁS. *Lei Estadual nº 14.248, de 29 de julho de 2002*. Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado de Goiás, Goiânia, GO, 29 de julho de 2002.

GOIÁS. *Plano Estadual de Resíduos Sólidos*. Disponível em <http://www.secima.go.gov.br/arquivos/pers_versao_final_forum_de_residuos_solidos.pdf> Goiânia, 2017. Acessado em 30/01/2018.

HOBBSAWM, Eric J. *A era das Revoluções 1789-1848*. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1977.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa nacional de saneamento básico*: 2008/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=283636>> Acessado em 03/02/2018.

IS/UFG – INCUBADORA SOCIAL DA UFG. *Relatório Final de Execução Termo de Cooperação 003/2012*. Universidade Federal de Goiás/SENAES/MTE. 2016.

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. *Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos*. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_arquivos/estudo_do_ipea_253.pdf> Acessado em 04/01/2018.

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. *Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos*. Brasília: Ipea, 2012. Relatório de Pesquisa. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120911_relatorio_catadores_residuos.pdf> Acessado em 04/01/2018.

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. *Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável*. Brasília, 2013. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacao_social_mat_reciclavel_brasil.pdf> Acessado em 04/01/2018.

IPEA – Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. *Os novos dados do mapeamento de economia solidária no brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos*. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf> Acessado em 04/01/2018.

LIMA, Jacob Carlos. *Trabalho informal, autogestionário e gênero*. Revista *Sociedade e Cultura*, v. 9, n. 2, 2006.

MARTINS, Angela Maria. *Autonomia e educação: a trajetória de um conceito*. Cadernos de pesquisa, n. 115, p. 207-232, março 2002.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro/São Paulo: Abrasco/Hucitec, 1992.

MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1995.

PINHO, Diva Benevides. *A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista*. São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1966.

RECH, Daniel. *Cooperativas: uma alternativa de organização popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é Cooperativismo*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.

RODRIGUES, José Carlos. *Higiene e ilusão: o lixo como invento social*. Rio de Janeiro: NAU, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. Porto: Edições Afrontamento. 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver: os caminhos da procuração não capitalista*. Boaventura de Sousa Santos, org. 2º ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SILVA, Sandro Pereira. *A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária*. IPEA: Rio de Janeiro, 2017.

SINGER, Paul. *Para além do neoliberalismo: A saga do capitalismo contemporâneo*. São Paulo em perspectiva, 12(2) 1998.

SINGER, Paul. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998b.

SINGER, Paul; MACHADO, João. *Economia socialista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. *Economia solidária*. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b. pp.: 79-129.

SINGER, Paul.; SOUZA, André. Ricardo. (Org.). *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2003.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo. *Direito como liberdade: O Direito Achado na Rua Experiências Populares Emancipatórias de Criação do Direito*, 338 f, Tese de Doutorado em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília. Brasília-DF, 2008.

WELLEN, Henrique. *Para a crítica da “Economia Solidária”*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS DOS CATADORES

- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

- o Roteiro de entrevista – Membros da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis

1. Nome
2. Idade
3. Gênero
4. Raça/Etnia
5. Estado Civil
6. Escolaridade
7. Você tem votado nas últimas eleições?
8. Caso negativo, porque?
9. Renda familiar
10. Suficiência de Renda. A renda é suficiente para a família?
11. Há quanto tempo está na Cooperativa?
12. Possui outro trabalho, renda complementar?
13. Já trabalhou em outro lugar? Qual?
14. Gosta de trabalhar na cooperativa?
15. Para você, o que é uma cooperativa?
16. Defina o seu trabalho na cooperativa.
17. Por que trabalha como catador?
18. Que diferença vê no trabalho sozinho e em uma cooperativa?
19. Já trabalhou no lixão ou na rua?
20. Qual a diferença de trabalhar na cooperativa e no lixão e na rua?
21. Acha que sua vida hoje é melhor trabalhando na Cooperativa?
22. Qual a importância que você dá para sua profissão?
23. Como você acha que a sociedade vê sua profissão?
24. O que dificulta o trabalho na cooperativa?
25. Você sabe dizer o que é autogestão?
26. Aqui na cooperativa você sente que todos os sócios são tratados de forma igual?
27. A cooperativa tem um dono, um patrão?
28. Como é a tomada de decisões? Você sente que a vontade da maioria é o que prevalece?

29. Você acha que a cooperativa pertence a todos?
30. Há distribuição dos trabalhos de forma justa?
31. Você exerce algum cargo de gestão na cooperativa?
32. Qual cargo de gestão que você exerce?
33. Você sabe dizer a diferença de uma cooperativa para uma empresa privada?
34. Você gostaria de estar trabalhando com carteira assinada?
35. Você sabe dizer o que é Economia Solidária?
36. Como são feitas as transações comerciais dos produtos das Cooperativas?
37. Quais são as dificuldades que a Cooperativa enfrenta?
38. O que é inclusão social? Você acha que a Cooperativa promove inclusão social?
39. No que mudou sua vida desde que você entrou na cooperativa?

APÊNDICE B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM PARTICIPANTES DA INCUBADORA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

- INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

- o Roteiro de entrevista – Participantes dos Projetos da Incubadora Social da UFG

1. Nome
2. Idade
3. Gênero
4. Escolaridade
5. Há quanto tempo está na Incubadora?
6. De qual projeto você participou?
7. O que diria da união dos catadores em Cooperativas?
8. Conheceu muitos catadores nos lixões ou nas ruas?
9. Você entende que as cooperativas conseguem uma efetiva prática da economia solidária?
10. Existe, na sua opinião, autonomia dos cooperados e uma prática de decisão coletiva no âmbito das Cooperativas?
11. Com relação às Cooperativas em sua atuação no mercado, você acha que ela exerce autonomia ao comercializar os produtos?
12. Você ainda diria que há efetiva inclusão social no contexto das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis?

APÊNDICE C – ROTEIRO DA PESQUISA OBSERVACIONAL NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

▪ ROTEIRO PARA A OBSERVAÇÃO

1. Local escolhido:

- A Cooperativa na qual serão aplicadas as entrevistas
- Descrição do ambiente, espaço físico e condições adequadas de trabalho.
- Verificação de ambiente saudável e equilibrado para o trabalho

2. Público alvo:

- Os trabalhadores desta Cooperativa

3. Horário:

- Um dia normal de trabalho.
- Um dia de reuniões.

4. Rotina de trabalho

- Horário de entrada e saída
- Horário de descanso
- Cumprimento de normas internas da Cooperativa

5. Divisão das tarefas

- Critérios de divisão dos trabalhos

6. Comportamento dos cooperados

- Autonomia para tomada de decisões
- Satisfação com o trabalho

7. Relacionamento entre os cooperados

- Boa relação com os colegas
- Relacionamento dos diretores e demais membros cooperados
- Verificação da paridade e igualdade entre os membros
- Verificação das relações de mando e comando

- Hierarquia entre os cooperados

8. Conflitos

- Observar os conflitos entre os trabalhadores, em especial com relação à hierarquia.
- Observar o relacionamento dos cooperados com os diretores, em especial o Presidente.

9. Tomadas de decisões

- Como são feitas as tomadas de decisões rápidas do dia a dia.
- Tomadas de decisões mais complexas

10. Reuniões

- Forma de condução da reunião.
- Direito de fala dos cooperados.

11. Venda do material reciclável

- Autonomia para venda do material
- Responsáveis pela venda do material.

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “*Direitos Humanos no universo da catação de recicláveis de Goiânia: a economia solidária como construção da emancipação social ou inclusão marginal?*”. Meu nome é Vanessa Maria Coelho Guimarães, sou a pesquisadora responsável. Minha área de atuação é em direitos humanos e estou sob orientação do Prof. Dr. Mauro Machado do Prado. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você, em nenhuma hipótese, será penalizado (a). Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail vanessaguimaraes.adv@gmail.com ou através de ligações, inclusive a cobrar, ao telefone: (62) 99959-597. Outras dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62) 3521-1215.

A pesquisa “*Direitos Humanos no universo da catação de recicláveis de Goiânia: a economia solidária como construção da emancipação social ou inclusão marginal?*” pauta-se na consideração de que os catadores de materiais recicláveis, unidos em Cooperativas de Trabalho são sujeitos de direitos humanos e sociais na ordem Constitucional, tendo por objetivo refletir se mesmo com o apoio estatal e alguns avanços legais, os catadores unidos em cooperativas ainda enfrentam diversas dificuldades.

A reflexão será se esta união pode ser um meio efetivo para os catadores se desvincularem da submissão e exclusão social, e se as políticas públicas sobre o cooperativismo e a economia solidária têm sido meios eficazes para a defesa dos direitos humanos e sociais dos catadores, sua emancipação social e promoção da sua autonomia. O estudo deste tema na perspectiva dos Direitos Humanos possibilita a reflexão sobre os direitos dos trabalhadores de se emanciparem socialmente, terem autonomia e respeito. Discutir sobre os empreendimentos de economia solidária, no contexto dos catadores unidos em cooperativas e a forma como esses trabalhadores podem alcançar e buscar a efetivação dos seus direitos humanos, bem como entender toda a dinâmica social e econômica na qual o catador está inserido é tema de direitos humanos.

Nesse sentido a sua participação no referido estudo será no sentido de responder a algumas questões realizadas pela pesquisadora, na tentativa de ajudá-la a coletar informações para sua pesquisa, estando ciente de que, caso necessário, poderá haver a realização de mais

uma entrevista, sendo que todas serão no âmbito da Cooperativa onde você trabalha. Posteriormente os registros serão transcritos e então, o registro sonoro será descartado, não sendo utilizado, portanto, a divulgação de sua voz nos resultados publicados da pesquisa ou correlatos. Este trabalho poderá contribuir de forma indireta na ampliação do conhecimento sobre seus direitos humanos e sociais na Cooperativa onde trabalha; para as discussões sobre as melhorias na qualidade de trabalho e vida dos catadores; crescimento da cooperativa enquanto empreendimento econômico solidário; e também crescer sobre a compreensão dos aspectos relacionados ao reconhecimento como trabalhador digno de direitos.

Os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não, sendo divulgados via repositório do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos após defesa da dissertação, via artigos científicos e seminários institucionais, bem como lhe será realizada uma devolutiva individual. Você está ciente de que pode se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem que haja necessidade de justificativa. Se desejar sair da pesquisa, não haverá prejuízo e também não sofrerá qualquer penalidade. Você está sendo informado (a) de que pode optar por não ter seu nome divulgado. Qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, lhe identificar, será mantido em sigilo, se assim você desejar. Basta que você marque na opção desejada abaixo.

- () Permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa;
() Não permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa.

Convém observar que você está ciente e alertado (a) de que, da pesquisa a se realizar, não receberá benefícios financeiros ou de qualquer outra ordem, inclusive veda-se o ressarcimento das despesas decorrentes de transporte e alimentação, uma vez que as entrevistas serão realizadas no ambiente da Cooperativa que você trabalha, conforme horário previamente combinado. Porém, caso ocorra algum dano decorrente de sua participação no estudo, poderá solicitar judicialmente a indenização, por danos imediatos ou futuros, conforme determina a lei. Tendo sido orientado (a) quanto ao teor do presente termo e compreendido a natureza e o objetivo do referido estudo, solicita-se seu manifesto livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação.

Consentimento de Participação na Pesquisa

Eu, _____,
inscrito (a) sob o RG/CPF _____,
abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “*Direitos Humanos no universo da catação de recicláveis de Goiânia: a economia solidária como construção da emancipação social ou inclusão marginal?*”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora responsável Vanessa Maria Coelho Guimarães sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, _____ de _____ de _____

Assinatura por extenso da participante

Vanessa Maria Coelho Guimarães

Pesquisadora Responsável

Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica



ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Autonomia ou Inclusão Marginal? Uma análise das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis de Goiânia sobre a garantia dos direitos humanos e sociais dos trabalhadores.

Pesquisador: VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 79564417.6.0000.5083

Instituição Proponente: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.430.279

Apresentação do Projeto:

O Estudo propõe uma pesquisa observacional em quatro cooperativas de catadores de materiais recicláveis de Goiânia, sendo: duas que já receberam acompanhamento dos projetos de Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária, da Universidade Federal de Goiás (UFG) e duas cooperativas que não foram acompanhadas por esses projetos no seu processo de formação. Serão também realizadas entrevistas com quatro trabalhadores em cada uma das cooperativas: o presidente da cooperativa, um cooperado membro de um cargo de diretoria que não seja o de presidente e dois cooperados que não ocupem cargos de gestão. A amostra é composta por 20 participantes.

Objetivo da Pesquisa:

Analisar se as cooperativas, após conquistas com o avanço legal e projetos de promoção da economia solidária pelo Poder Público, têm conseguido um verdadeiro desenvolvimento econômico, garantia de uma efetiva inclusão social, autonomia dos trabalhadores e dos empreendimentos e, como consequência, promoção dos direitos humanos e sociais dos cooperados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não se verificam riscos diretos aos participantes, nem em relação às entrevistas nem em

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 2.430.279

observações, assim como quanto à análise de dados do programa Incubadora Social da UFG, uma vez que serão observados os princípios éticos de sigilo, confidencialidade e respeito à privacidade dos envolvidos, dentre outros, sem exposição de pessoas ou estabelecimentos e nem mesmo qualquer forma de constrangimento. Quanto a possível impacto dos procedimentos de entrevistas e de observação, salienta-se que estes serão criteriosamente explicados e poderá a pessoa que atua na Incubadora ou nas Cooperativas se recusar a ser tanto entrevistada como observada.

Benefícios:

A pesquisa poderá contribuir, de forma indireta, na ampliação do conhecimento sobre os direitos humanos e sociais dos trabalhadores das Cooperativas; e, de forma direta, para as discussões sobre as melhorias na qualidade de trabalho e vida dos catadores, em suas em busca de fortalecimento, esses trabalhadores ainda enfrentam diversas dificuldades, como a inexistência de valorização e reconhecimento como trabalhador, bem como a ineficácia de alcance de seus direitos humanos e sociais. A tentativa de se unirem em cooperativas pode ser um meio efetivo para se desvincularem da submissão e exclusão social. Porém, o questionamento é se as políticas públicas sobre o cooperativismo e a economia solidária têm sido meios eficazes para a defesa dos direitos humanos e sociais dos catadores, sua emancipação social e promoção da autonomia desses trabalhadores. O Cooperativismo e a Economia Solidária enfrentam diversos desafios por estarem inseridos em uma sociedade herdeira de deficiências educacionais, que lida com comportamentos individualistas, presos a um modelo econômico que não permite reais transformações, eis que inseridos dentro de um estado neoliberal. Assim, quando propõem autonomia e emancipação do trabalhador, bem como sua inclusão social deparam-se com uma cultura econômica neoliberal que propaga o individualismo e não que permite a promoção de valores diferentes, como empoderamento, o coletivismo e a solidariedade. Inseridos em uma sociedade capitalista, as cooperativas de uma forma geral, e também a de catadores de materiais recicláveis, deparam-se com a dificuldade para desenvolver a autogestão em seus empreendimentos, pois passam a ter o controle do processo de produção, porém são obrigados a negociar com o Estado ou o capital privado, em busca de apoio. Segundo MARTINS (2002 p. 17), durante o processo de negociação, estes terceiros podem assumir o controle dos movimentos que se propunham a ser autônomos, comprometendo a autonomia dos trabalhadores e do próprio empreendimento. Seriam as políticas públicas de inclusão e desenvolvimento econômico dos empreendimentos de economia solidária programas assistenciais que sempre aparecem marcadas por dinâmicas não efetivamente

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIÂNIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.430.279

includentes e que promovem uma "inclusão marginal" (DEMO, 2006) ao criar políticas de assistência social apenas para

"acomodar o pobre no sistema, em modos mais toleráveis de marginalização social"? Ou seriam as cooperativas de catadores um meio dos trabalhadores adquirirem autonomia e efetivação dos seus direitos humanos e sociais como trabalhadores dignos de direitos?

Data de Submissão do Projeto: 29/10/2017 Nome do Arquivo: PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1015540.pdf Versão do Projeto: 1 Página 3 de 6 Tamanho da Amostra no Brasil: 20 respectivas unidades; bem como servir de referencial para o crescimento da cooperativa como empreendimento econômico solidário; e também auxiliar as cooperativas a crescer sobre a compreensão dos aspectos relacionados ao reconhecimento como trabalhador digno de direitos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa de relevância social. Metodologia bem delineada e de acordo com as recomendações éticas para pesquisa com seres humanos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Protocolo de pesquisa contendo todos os termos de apresentação obrigatória. TCLE com linguagem clara e garantias dos participantes.

Recomendações:

Nenhuma recomendação

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela aprovação do protocolo de pesquisa

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, prevista para julho de 2018.

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
 Bairro: Campus Samambaia CEP: 74.001-970
 UF: GO Município: GOIANIA
 Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 2.430.279

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1015540.pdf	29/10/2017 23:06:20		Aceito
Outros	RoteiroEntrevistasIncubadora.pdf	29/10/2017 22:51:53	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
Outros	RoteiroObservacional.pdf	29/10/2017 22:51:20	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
Outros	RoteiroEntrevistasCatadores.pdf	29/10/2017 22:51:02	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAnuencialIncubadora.pdf	29/10/2017 22:49:15	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAnuenciaCooperativaNaIncubada2.pdf	29/10/2017 22:48:58	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAnuenciaCooperativaNaIncubada1.pdf	29/10/2017 22:48:45	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAnuenciaCooperativaIncubada2.pdf	29/10/2017 22:48:31	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAnuenciaCooperativaIncubada1.pdf	29/10/2017 22:48:19	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	29/10/2017 22:47:58	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermodeCompromisso.pdf	29/10/2017 22:47:36	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDePesquisa.pdf	29/10/2017 22:46:36	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	29/10/2017 22:34:22	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131

Bairro: Campus Samambaia

CEP: 74.001-970

UF: GO

Município: GOIANIA

Telefone: (62)3521-1215

Fax: (62)3521-1163

E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 2.430.279

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 12 de Dezembro de 2017

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador)

Endereço: Prédio da Reitoria Térreo Cx. Postal 131
Bairro: Campus Samambaia **CEP:** 74.001-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS DA EMENDA SUBMETIDA



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DA EMENDA

Título da Pesquisa: DIREITOS HUMANOS NO UNIVERSO DA CATAÇÃO DE RECICLÁVEIS DE GOIÂNIA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL OU INCLUSÃO MARGINAL?

Pesquisador: VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 79564417.6.0000.5083

Instituição Proponente: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.017.693

Apresentação do Projeto:

Título da Pesquisa: DIREITOS HUMANOS NO UNIVERSO DA CATAÇÃO DE RECICLÁVEIS DE GOIÂNIA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL OU INCLUSÃO MARGINAL? **Pesquisadora Responsável:** VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES. n. CAAE: 79564417.6.0000.5083. **Instituição Proponente:** Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. **Membro da Equipe de Pesquisa:** MAURO MACHADO DO PRADO.

Objetivo da Pesquisa:

Esta emenda propõe a inclusão de uma nova cooperativa, não alterando assim, a quantidade de pessoas a serem entrevistadas, que permanece em 20 pessoas.

Outra alteração diz-se acerca do título.

de: Autonomia ou Inclusão Marginal? Uma análise das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis de Goiânia sobre a garantia dos direitos humanos e sociais dos trabalhadores.

para:

"DIREITOS HUMANOS NO UNIVERSO DA CATAÇÃO DE RECICLÁVEIS DE GOIÂNIA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL OU INCLUSÃO MARGINAL?"

Outra mudança é sobre o TCLE. Na submissão do projeto inicial ao CEP, o TCLE constava a informação que os participantes não seriam identificados. Porém, durante a ida a campo, os

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2 - Agência UFG de Inovação - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 3.017.693

participantes manifestaram o interesse de serem identificados, terem seus nomes, suas histórias de vida e da cooperativa divulgados, pois manifestaram que será dado a eles maior visibilidade e importância do seu trabalho. Dessa forma, elaborei um novo TCLE, à semelhança do anterior, colocando a opção para os entrevistados assinalarem se desejam ser identificados. O cronograma, apesar de ter sofrido pequena alteração, permanece em bom andamento, eis que resta apenas esta última cooperativa a ser pesquisada. As demais já foram concluídas, bem como a redação final está em fase de conclusão, aguardando somente a autorização para a pesquisa nesta última cooperativa para conclusão final.

Objetivo Primário:

Analisar se as cooperativas, após conquistas com o avanço legal e projetos de promoção da economia solidária pelo Poder Público, têm conseguido um verdadeiro desenvolvimento econômico, garantia de uma efetiva inclusão social, autonomia dos trabalhadores e dos empreendimentos e, como consequência, promoção dos direitos humanos e sociais dos cooperados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não se verificam riscos diretos aos participantes, nem em relação às entrevistas nem em observações, assim como quanto à análise de dados do programa Incubadora Social da UFG, uma vez que serão observados os princípios éticos de sigilo, confidencialidade e respeito à privacidade dos envolvidos, dentre outros, sem exposição de pessoas ou estabelecimentos e nem mesmo qualquer forma de constrangimento. Quanto a possível impacto dos procedimentos de entrevistas e de observação, salienta-se que estes serão criteriosamente explicados e poderá a pessoa que atua na Incubadora ou nas Cooperativas se recusar a ser tanto entrevistada como observada. Apresentam um box no TCLE dando autonomia do participante pela identificação ou não da sua participação.

Benefícios:

A pesquisa poderá contribuir, de forma indireta, na ampliação do conhecimento sobre os direitos humanos e sociais dos trabalhadores das

Cooperativa; e, de forma direta, para as discussões sobre as melhorias na qualidade de trabalho e

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2 - Agência UFG de Inovação - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIÂNIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 3.017.693

vida dos catadores.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Apresentam um novo TCLE garantindo a autonomia do participante com relação à sua identificação ou não, pois quando foram a campo os participantes expressaram vontade de que sua identificação fosse revelada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- Folha de Rosto devidamente assinada.
- Termo compromisso.
- Parecer consubstanciado anterior.
- TCLE atualizado. Esta em linguagem clara ao entendimento. Garante o direito à indenização em caso de danos advindos da pesquisa. Contem box solicitando a autorização ou não da permissão da identificação com os seguintes dizeres "Permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa" e "Não permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa."
- Termo de Anuência da Cooperativa ACOP Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis Ordem e Progresso.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise dos documentos postados somos favoráveis à aprovação da presente EMENDA que solicita alteração do título do protocolo de: Autonomia ou Inclusão Marginal? Uma análise das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis de Goiânia sobre a garantia dos direitos humanos e sociais dos trabalhadores.

para:

"DIREITOS HUMANOS NO UNIVERSO DA CATAÇÃO DE REICLÁVEIS DE GOIÂNIA: A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL OU INCLUSÃO MARGINAL?"

- A inclusão de novo local de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2 - Agência UFG de Inovação - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
Bairro: Campus Samambaia, UFG CEP: 74.690-970
UF: GO Município: GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 Fax: (62)3521-1163 E-mail: cep.prpi.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 3.017.693

Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_121883_2_E1.pdf	17/09/2018 16:05:55		Aceito
Parecer Anterior	ParecerAnterior.pdf	17/09/2018 16:00:54	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermodeCompromisso.PDF	17/09/2018 15:34:16	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetodePesquisa.pdf	17/09/2018 15:32:18	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAnuenciaNovaCooperativa.pdf	17/09/2018 15:31:58	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	NovoTCLE.pdf	17/09/2018 15:31:34	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.PDF	17/09/2018 15:30:17	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
Outros	RoteiroEntrevistasIncubadora.pdf	29/10/2017 22:51:53	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
Outros	RoteiroObservacional.pdf	29/10/2017 22:51:20	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
Outros	RoteiroEntrevistasCatadores.pdf	29/10/2017 22:51:02	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAnuencialIncubadora.pdf	29/10/2017 22:49:15	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAnuenciaCooperativaNaoIncubada1.pdf	29/10/2017 22:48:45	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2 - Agência UFG de Inovação - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com



UFG - UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS



Continuação do Parecer: 3.017.593

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAnuenciaCooperativaIncubada 2.pdf	29/10/2017 22:48:31	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAnuenciaCooperativaIncubada 1.pdf	29/10/2017 22:48:19	VANESSA MARIA COELHO GUIMARAES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 13 de Novembro de 2018

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2 - Agência UFG de Inovação - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **Fax:** (62)3521-1163 **E-mail:** cep.prpi.ufg@gmail.com